

DEMOCRACIA VIVA 10

MAR 2001 / JUN 2001

Entrevista
Joãosinho Trinta

Debate
Transgênicos

Especial
Jose Bové

50 anos da TV brasileira
Sérgio Mattos

Controle do Judiciário
Andréa Pachá

iBase
etinho

IBASE • 2001
20
anos de
cidadania

O

carnaval, especialmente o carioca, já viveu muitas fases. Não é criação nossa, mas está perfeitamente adaptado à cultura brasileira, de formação marcadamente católica e ibérica (de repressão à sexualidade), mas também fortemente influenciada pelas formas mais livres das culturas africanas. É festa da carne, para extravasar o que nos outros dias do ano foi reprimido. Época de amores furtivos, de indefinição sexual, de permissividade e externalização de desejos. No Rio de Janeiro a festa se concentrou em uma rua, a Marquês de Sapucaí, à exceção de alguns blocos e bandas. No entanto, por lá acontece uma das mais importantes manifestações populares do planeta. Dois pontos de vista sobre a festa são os destaques dessa edição. A entrevista com Joãozinho Trinta, o várias vezes revolucionário carnavalesco do Salgueiro, Beija-Flor, Viradouro e Grande Rio, e o artigo de Edson Farias, que aponta os novos rumos do paganismo tropical carioca.

A temperatura no Hemisfério Sul está alta e não é só pelo carnaval e pelo verão. Depois das previsões sobre o fim da história, da hegemonia do pensamento único e da perplexidade das esquerdas, o mundo parece acordar de um sono que já durava uma década. Talvez tenha sido essa a maior vitória do Fórum Social Mundial: aglutinou descontentamentos, tentando formular propostas viáveis para o desenvolvimento do mundo sob a égide do social. O simples fato de juntar as pessoas em um evento desse porte, unidas pela rejeição ao modelo vigente após a longa dispersão depois da saída de cena do socialismo real, já foi por si só um fato digno de nota desse início de século.

Esta é a chave: juntar pessoas. Quem é do samba sabe que a harmonia entre as alas e a evolução da escola na avenida é essencial. A luta das forças que se identificam à esquerda está pulverizada em ações, objetivos e organizações diversas. O que é uma das maiores riquezas de hoje é também um nó e um baita desafio: como conciliar a diversidade conquistada (e gostamos dela, aprendemos que ela é boa) com ações coordenadas para a realização de objetivos comuns? O FSM não se esgota nele. Ao contrário, faz parte de um processo que passou por Seattle, Praga e que segue para o futuro, buscando alternativas ao modelo vigente.

A atração mais polêmica que esteve em Porto Alegre, José Bové, deu entrevista exclusiva para Democracia Viva. Suas questões são atuais, como a crítica que faz à OMC e à questão dos transgênicos. Para quem ficou confuso com a campanha que diversos setores da mídia fizeram contra o francês (incluindo a televisão, tema de artigo da revista) pode conferir o que pensa o ativista sobre as transnacionais, os testes nucleares, o serviço militar obrigatório, o direito à terra etc.

S U M Á R I O



ENTREVISTA
Joãosinho Trinta



CULTURA
O futuro do carnaval

- 3 ARTIGO**
O papel do Judiciário e o poder do cidadão
Andréa Pachá
- 6 NACIONAL**
TV brasileira, senhora de 50 anos
Sérgio Mattos
- 12 VARIEDADES**
- 14 DEBATE**
Transgênicos
José Luiz Telles de Almeida
Sílvio Valle
Sezifredo Paulo Alves Paz
- 22 ENTREVISTA**
Joãosinho Trinta
- 32 CRÔNICA**
Alcione Araújo
- 34 INTERNACIONAL**
Governança – conceito dúbio, política firme
Annick Osmont
- 42 PELO MUNDO**
- 44 ARTIGO**
Quem tem medo da isergonia?
José Carlos Assis
- 52 ESPECIAL**
Entrevista com José Bové
- 58 RESENHAS**
- 62 OPINIÃO IBASE**
Um arranhão no pensamento dominante
Cândido Grzybowski
- 68 CULTURA**
Tendências de uma nova cena
Edson Farias
- 76 ESPAÇO ABERTO**
Desejo, necessidade e viabilidade da utopia solidária
João Roberto Lopes
- 80 ÚLTIMA PÁGINA**
Marco

iBase
Betinho

Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
Av. Rio Branco, 124 / 8º andar – Centro
CEP 20040-001 Rio de Janeiro/RJ
Tel.: +(21) 509-0660
Fax: +(21) 852-6028
E-mail: ibase@ibase.br
Web site: www.ibase.br

Conselho Curador
Regina Novaes – *Presidente*
João Guerra – *Vice-Presidente*
Nadia Rebouças – *Primeiro Secretário*
Moacir Palmeira – *Segundo Secretário*
Jane Souto de Oliveira – *Terceiro Secretário*

Diretor-Geral
Cândido Grzybowski

Diretor de Finanças e Administração
Jaime Patalano

Assessora da Direção Executiva
Maria Nakano

Coordenadores
Erica Rodrigues – *Administração e Finanças*
Núbia Gonçalves – *Captação de Recursos*
Iracema Dantas – *Comunicação*
Moema Miranda – *Participação e Desenvolvimento Local Sustentável*
Atila Roque – *Políticas Públicas e Globalização*
Francisco Menezes – *Processos Sociais de Inclusão*
João Sucupira – *Transparência e Responsabilidade Social*

DEMOCRACIA VIVA

Diretor Responsável
Cândido Grzybowski

Conselho Editorial
Alcione Araújo
Clara de Góes
Lourdes Grzybowski
Regina Novaes

Coordenação Editorial
Iracema Dantas

Subeditor
Marcelo Carvalho

Assistentes Editoriais
Anacris Bittencourt
Jamile Chequer
Silvana Claudio

Produção
Geni Macedo

Projeto Gráfico
Mais Programação Visual

Foto da Capa
Marcus Vini

Distribuição
Ibase

Fotolitos
Ace Digital

Impressão
Arte Maior Gráfica e Editora

Tiragem
1.500

E-mail: democraciaviva@rits.org.br

O papel do Judiciário e o poder do cidadão

Um dos maiores danos causados pela ditadura neste país foi o aniquilamento do pensamento crítico e o marasmo em que mergulhou a reflexão política e social, desmantelando a capacidade de associação e discussão de temas da maior relevância para os destinos da sociedade.

Foi com esperança que assistimos, em 1988, à promulgação de um texto constitucional rico na proteção dos direitos sociais, farto de mecanismos de controle que serviriam para pacificar e proteger as relações desiguais, tutelando interesses dos que tinham pouca vez e nenhuma voz. O Poder Judiciário ganhava relevância na sociedade, que não mais aceitava passivamente tudo o que lhe era imposto pelo Estado.

Antes, um Poder periférico, inacessível aos leigos e distante das preocupações da vida pública do país, foi o Judiciário alçado ao primeiro plano do cenário político. Com meios para intervir diretamente na esfera social, revelou-se uma instituição central à democracia.

Abandonando progressivamente o legado de décadas de positivismo kelseniano¹, passou a integrar e interagir com o tecido social, num processo que parecia irreversível e atendia às exigências do Estado Democrático de Direito.

¹ Referente ao jurista Hans Kelsen; aplicação integral e incontestada do que diz a lei, entendida como emanação do Direito.

**A inevitável
conclusão é que o
Poder Judiciário
necessita e deve
ser reformado,
incluindo a criação
de um órgão de
controle, pois a
sociedade não pode
se conformar com
a existência de um
poder absoluto e
ilimitado**

As conseqüências foram imediatas. Em 1988, em todas as justiças do país foram ajuizadas 350 mil novas ações. Em 1998, este número saltou para 8 milhões e 400 mil novas demandas.

A evolução natural deste processo político, jurídico e social seria o reaparelhamento das estruturas arcaicas remanescentes, a reforma dos códigos processuais, objetivando a celeridade na solução dos litígios, a adaptação dos membros do Poder – na maioria magistrados que compunham a instituição antes da Carta de 88 – à nova

realidade, assim como a busca de caminhos com a sociedade civil organizada e os outros poderes. Caminhos que eliminassem os entraves burocráticos e minimizassem as mazelas de nepotismo e corrupção, tão arraigadas à vida pública. Não foi isso, infelizmente, o que ocorreu.

Diante da opção feita por um governo globalizado e neoliberal surgiram áreas de atrito que se agravam e cujas conseqüências não se podem prever face ao não-alinhamento doutrinário entre a Constituição vigente e as ações governamentais.

Ao adotar uma política econômica de abertura dos mercados para o capital internacional, o Poder Executivo tende à hipertrofia. Legisla por meio de malsinadas medidas provisórias, desconsiderando os valores éticos e o significado transcendente da ordem constitucional legítima. No que

está sendo até coerente com um Estado que elegeu para seu epicentro o lucro e para seu altar, o mercado. Nessa moldura, para que a economia seja promovida, as ações governamentais devem se libertar dos entraves constitucionais, inclusive dos fundamentos ali contidos, de filosofia política e de ordenação de sociedade, privilegiando o privado no lugar do público, o indivíduo no lugar da nação e a eficiência econômica no lugar do direito.

Poder caduco

Se com o aumento da demanda e as exigências da sociedade o desempenho do Judiciário ficou aquém das expectativas – somos um Judiciário velho para uma sociedade nova – seus membros,

por outro lado, assumiram o papel que lhes foi constitucionalmente delimitado. Passaram a discutir justiça, ética e democracia nas Associações de Magistrados, assuntos até então inimagináveis nos círculos de um Poder tradicionalmente encastelado em gabinetes e silencioso e cuidadoso nas suas ações e posições.

Ao assumir este novo papel de romper o isolamento e impedir que políticas públicas descompromissadas com a justiça e o direito afrontassem situações jurídicas consolidadas ou reconhecidas pelo sistema constitucional – funcionando, verdadeiramente, como uma limitação ao Poder Executivo – passou o Judiciário a incomodar poderosos interesses políticos e econômicos. O que levou o ministro Sepúlveda Pertence a afirmar: “O Judiciário é hoje um freio ao poder. E ainda que funcione mal, funciona e incomoda. Então, haverá sempre aquele que, contrariado, não porque a Justiça não funcione, mas porque ela funciona, se sirva deste caldo de cultura que é a insatisfação social para enfraquecer e, enfim, gerar erosão na credibilidade do Judiciário”.

Veio daí a esperada reação. A instalação de uma CPI cujas “graves denúncias” já estavam sendo investigadas pelos órgãos ditos competentes, com um resultado inconclusivo e uma forte campanha de desmoralização, que tem o objetivo oculto de aprovação da reforma constitucional que pouco ou nada modificará, na essência, o Poder a favor da população, mas servirá apenas para subtrair do Judiciário a autonomia, reduzindo-o a uma função que não possa intervir nem dificultar a hegemonia neoliberal.

Conseguir a adesão da opinião pública para enfraquecer o Judiciário à guisa de moralizá-lo foi fácil. Desde sempre o Poder foi alvo de críticas – procedentes na sua maioria – quanto à morosidade, onerosidade, ineficiência, nepotismo e até casos isolados de corrupção. A insatisfação criada por desigualdades e iniquidades deve ser solucionada pela Justiça que tem se mostrado incapaz de aliviar as tensões sociais e resolver, em tempo razoável, os conflitos gerados. Desta forma, é fácil acreditar que o Poder ruiu e está necessitando de controle para funcionar.

As críticas que a população faz ao Judiciário são assimiladas pelos magistrados, na sua maioria pessoas honradas, imbuídas de espírito público que chegaram às suas funções pelo democrático acesso do concurso público. Para ampliar e democratizar a discussão da reforma que se anunciava, a Associação dos Magistrados do Brasil levou o debate para dentro da Instituição e instalou a Comissão para reforma do Judiciário. Foram elaboradas diversas propostas verdadeiramente

comprometidas com independência, justiça social, transparência e moralidade públicas. O item mais polêmico da reforma foi e continua sendo a questão do controle externo da Justiça.

A proposta de emenda à Constituição, após votação em segundo turno, aprovou a criação do Conselho Nacional de Justiça, formado por 15 membros nomeados pelo presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado, com mandato de dois anos, sendo eles ministros, desembargadores, juizes, procurador e promotor de justiça, advogados e, para parecer democrático, dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara e outro pelo Senado Federal. Dentre suas atribuições estão o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juizes, podendo apreciar a legalidade de atos administrativos, sendo-lhe permitido desconstitui-los ou revê-los e, ainda e mais grave, rever processos disciplinares de juizes e membros dos tribunais julgados há menos de um ano.

Não nos parece adequado comentar a constitucionalidade da proposta. Tais estudos já foram exaustivamente publicados e interessam mais especificamente aos estudiosos do Direito e profissionais da área. Sequer se demonstra relevante o debate sobre a necessidade de fazer-se o controle externo da justiça. É inegável que há um consenso entre opinião pública e magistrados de que o controle constitucional hoje existente, distribuindo a cada tribunal do país autonomia disciplinar e administrativa, tem se mostrado falho, deficiente, resultando em desgaste para o próprio poder que vive e deve viver da sua credibilidade.

O que é inconcebível é que este controle se dissocie dos anseios populares, das garantias constitucionais, dos avanços sociais alcançados. O mais importante é que este órgão controlador racionalize a administração judiciária a favor da sociedade.

Não são os juizes contrários a um controle do Poder. Tanto é assim que a própria Associação dos Magistrados Brasileiros apresentou proposta de criação não só do Conselho Nacional, mas também dos Conselhos Regionais e Estaduais de Justiça, formados por magistrados eleitos por seus pares, advogados, funcionários, promotores, defensores, enfim, por todos os profissionais da área e, ainda, por representantes da sociedade civil organizada. Esses Conselhos funcionariam como Ouvidorias e buscariam as soluções para os problemas apresentados. Caberia a eles também verificar a

pertinência do sistema de distribuição de justiça e seus métodos, a adequação da participação de cada uma das funções essenciais no sistema e a ética que deve presidir o seu exercício, recomendando medidas gerenciais e operacionais, definindo prioridades e firmando convênios de cooperação no interesse da justiça.

Inadmissível é a crença de que o controle da justiça, tal como aprovada na Câmara, seja a tábua de salvação para todas as mazelas do poder. A composição e as atribuições previstas no texto legal, longe de atender os justos reclamos da população que critica a incapacidade de responder a uma demanda que cresce com a democratização do país, servirão como um freio ao Judiciário, um Poder que incomoda e contraria os interesses do mercado.

Elitista na sua composição, autoritário e imbuído de espírito desmoralizador, o Conselho Nacional de Justiça, criado pelo Legislativo e na iminência de ser aprovado em definitivo, significa uma interferência indevida, uma forma velada de censura, objetivando ferir a autonomia e a credibilidade de um Poder que deve crescer e avançar em comunhão com os anseios sociais.

Liberdade com justiça

A sociedade clama pela reforma e pelo controle para que possa ver efetivados os avanços sociais alcançados na Constituição. A magistratura necessita da reforma e do controle para, democratizando o poder, ocupar com eficiência, ética e transparência o papel que lhe conferiu a sociedade. O governo necessita da reforma e do controle para, usurpando do Judiciário a autonomia e a independência, prosseguir, sem limites ou restrições, no projeto econômico, atendendo, assim, ao Banco Mundial que recomenda, dentre outras interferências, a reforma do Judiciário para que o mesmo alcance "padrões internacionais", não citando a quais padrões se refere.

A reforma, inclusive com a adoção de qualquer tipo de controle, somente se legitimará se vier a reboque de uma profunda mudança de mentalidade, acompanhada de uma reforma educacional e cultural. A sociedade, os pensadores e os intelectuais precisam assumir esta discussão que não pode se restringir aos profissionais da área e nem ser formatada em obediência e servilismo às equivocadas concepções de subtração da soberania que constituem os pilares de sustentação de um projeto econômico neoliberal. O comprometimento da independência do Judiciário é também o da própria democracia e não há liberdade sem Justiça. ■

***Andréa Pachá**

Juíza de Direito e presidente da 4ª subseção da Associação de Magistrados do Estado do Rio de Janeiro

TV brasileira, senhora de 50 anos

Este artigo justifica-se pela contribuição àqueles leitores interessados no desenvolvimento da televisão brasileira. E também pelo momento histórico vivido por esse meio de comunicação de massa que, ao completar 50 anos, atinge sua maturidade – alicerçada num alto nível de qualidade técnica que lhe permite competir no mercado internacional – exportando seus programas para dezenas de países e participando das novas tendências de um mercado cada vez mais globalizado. Implantada no país por Assis Chateaubriand no dia 18 de setembro de 1950, a televisão enfrenta hoje uma etapa na qual a própria tecnologia – que tanto ajudou no seu desenvolvimento – passou à competidora.

Da mesma forma que a política socioeconômica brasileira se desenvolveu nos últimos 50 anos dentro de uma mesma matriz, mas sempre oscilando de acordo com as tendências mundiais e ideológicas vigentes, o desenvolvimento da nossa televisão também sofreu influência direta e indireta das mudanças do contexto. Um contexto que apresenta não uma, mas várias realidades díspares. Buscamos identificar uma coerência e semelhança no desenvolvimento da televisão com o próprio desenvolvimento do país nos últimos 50 anos, considerando todas as incoerências dos modelos político-econômico e

social adotados pelos governos a partir do presidente Getúlio Vargas, 1950, até o presidente Fernando Henrique Cardoso.

Nos cortes realizados são levadas em conta principalmente as mudanças das políticas nacionais, suas tendências gerais ou particulares. Em síntese, a história da nossa televisão reflete as fases do desenvolvimento do país e as políticas oficiais adotadas. Exatamente por isso, o veículo não pode ser analisado como objeto independente do contexto no qual está inserido. Tentamos, portanto, estabelecer conexões. Naturalmente que estudos dessa natureza limitam-se a identificar apenas certas lógicas e estratégias, *en passant*, uma vez que cada período e suas respectivas influências no desenvolvimento da nossa televisão mereceriam estudos à parte para um melhor entendimento do que ocorreu e continua ocorrendo no país e seus reflexos no sistema de comunicação.

Se a televisão é considerada como um ponto importante no processo da acumulação capitalista porque ajudou a vender televisores e outros bens de consumo, além de ter sido usada para formação de opinião pública entre outras coisas, é necessário também que se identifiquem os elos vigentes (as lógicas estéticas, sociais, políticas e econômicas) que foram diretamente responsáveis ou promoveram indiretamente aquele processo de desenvolvimento histórico do veículo. Com isto, constata-se, portanto, que ele não pode ser analisado fora do contexto no qual está inserido sob pena de se tirar conclusões cheias de viés, principalmente porque, no caso do Brasil, a televisão sofre não apenas as influências internas como também as externas, cujos resultados podem apontar para certos princípios explicativos.

Assim sendo, concentrar atenção apenas em certos aspectos (por exemplo, econômicos, performances técnicas, condições de produção etc) corre-se o risco de desconsiderar outras particularidades históricas que participam diretamente do processo. Vale lembrar, mais uma vez, que todo e qualquer estudo que se arrisca a demarcar períodos no Brasil pode incorrer em algumas incoerências devido à própria oscilação do nosso desenvolvimento histórico (político, econômico, social e cultural) contemporâneo.

Procuramos, portanto, em nossos estudos sobre o desenvolvimento histórico da televisão (vide: Mattos, 1980, 1982, 1984, 1990, 1996 e 1999) identificar, dentro da realidade cronológica do país nos últimos 50 anos, os principais aspectos que marcaram cada período,

não deixando de considerar que durante toda a sua história, principalmente no período de 1964 a 1985, a televisão foi usada como uma poderosa ferramenta política, tanto de mobilização social como de formação de opinião pública.

Cidade grande

O advento da televisão, em 1950, ocorreu durante o período de crescimento industrial do país. Com a intensificação da industrialização nos anos 50, aumentou a migração das áreas rurais para as áreas urbanas e o rádio transformou-se na mais importante fonte de informação da população nas grandes cidades. De acordo com Sodré, é durante essa fase que podemos encontrar o surgimento de grandes projetos industriais, da política demagógica, do proletariado e da classe média urbana, formada por membros de uma aristocracia decadente e por famílias de migrantes e de imigrantes. É preciso salientar que o processo de urbanização no Brasil ocorreu simultaneamente com o desenvolvimento econômico e social. Em 1950, 20% da população era urbana enquanto 80% viviam na área rural. Em 1975, 60% da população vivia nas cidades enquanto 40% permaneciam nas áreas rurais. Em 2000, cerca de 80% da população brasileira vive nas áreas urbanas.

No início dos anos 60, existiam 15 emissoras de televisão operando nas mais importantes cidades do país. Entretanto, só quando os efeitos do consumo de produtos industrializados cresceram e o mercado se consolidou, as emissoras ficaram economicamente viáveis como empresas comerciais e começaram a competir pelo faturamento publicitário. A fim de receber uma maior quantidade de anúncios, a televisão começou a direcionar seus programas para grandes audiências, aumentando assim seus lucros. A introdução da televisão no Brasil coincide com o começo de um importante período de mudanças na estrutura econômica, social e política.

No dia 31 de março de 1964, o presidente João Goulart (1961-1964) foi afastado por um golpe de estado que resultou de uma aliança de líderes civis e oficiais militares. A causa imediata para o golpe foram os problemas e a decadência política que tomavam conta do país. Diferentemente de outros modelos de ditaduras latino-americanas, o regime militar brasileiro (1964-1985) exerceu o poder como uma instituição. Durante o período de exceção, os governos militares promoveram desenvolvi-

mento nacional através da adoção de uma nova ordem política e econômica, baseada na Doutrina de Segurança e Desenvolvimento Nacional da Escola Superior de Guerra (ESG).

Coincidentemente, nos anos 60, tanto a Unesco como os Estados Unidos estavam aconselhando os países menos desenvolvidos a utilização dos meios de comunicação de massa para a promoção do desenvolvimento nacional. Países desenvolvidos como os Estados Unidos serviam de modelo para os subdesenvolvidos ou em processo de desenvolvimento. É bom lembrar que durante os anos 50 e 60 o conceito de desenvolvimento era centrado no crescimento econômico e a industrialização era considerada como o principal fator de desenvolvimento.

Segundo Wayne Selcher (1977), a filosofia que guiou os governos militares no Brasil foi produzido intelectualmente na Escola Superior de Guerra (ESG), que diplomou muitos dos ministros do regime militar e na qual alguns de seus presidentes serviram na condição de instrutores, a exemplo de Castelo Branco e Ernesto Geisel.

De acordo com os conceitos da ESG, segurança nacional é o relativo grau de garantias políticas, econômicas, psicossociais e ações militares providas pelo Estado, num determinado tempo, para a nação a qual governa, para a

realização e manutenção dos objetivos nacionais (Castro Camargo, 1977:8).

Por um longo período, a segurança nacional foi considerada a partir do ponto de vista da defesa do Brasil contra ataques de fora, mas depois da promulgação da Lei de Segurança Nacional, de março de 1967, começou a ser definida como sendo a garantia das realizações nacionais contra toda e qualquer oposição, interna ou externa (Campbell, 1972:84).

Na seção que trata da segurança interna e da Política Nacional de Segurança, vários objetivos militares, políticos, econômicos e psicossociais estão fixados (Castro Camargo, 1977:53-54). Dentre esses, dois pontos de ação que são de interesse deste trabalho:

- **no campo militar:** a) mobilizar as Forças Armadas no território nacional a fim de cuidar de situações emergenciais iminentes; b) cooperar com empreendimentos ligados ao desenvolvimento e segurança, tais como as comunicações, pontes, rodovias, ferrovias e assistência social;
- **no campo psicossocial:** a) promover o fortalecimento e o interesse nacional pelos valores espirituais, morais e cívicos da nação; b) elaborar um sistema educacional adaptado à realidade brasileira; c) usar os sistemas de

Horário político

No período de 1950 a 2000, o Brasil experimentou mudanças fundamentais, marcadas pela industrialização rápida, urbanização, inflação e uma sucessão de fatores políticos que conduziram o país a um regime de exceção que durou 21 anos (1964 a 1985) e de cujo período continua sofrendo influências, principalmente devido ao modelo de desenvolvimento adotado pelas leis promulgadas ainda em vigor e implantação de agências reguladoras.

O Brasil nos oferece um caso especial para ser estudado porque, apesar de sua dependência econômica e tecnológica, ao longo dos últimos 50 anos, os governos puderam demonstrar como, em algumas situações, a autodeterminação, a confiança e uma política protecionista podem reduzir ou aumentar a influência estrangeira no crescimento dos meios de comunicação e da indústria da publicidade a depender do momento, do interesse, das tendências políticas e socioeconômicas internas e ou externas.

A política de Vargas era orientada para o fortalecimento da participação do Estado como investidor na economia brasileira. Os objetivos eram investir no setor industrial e começar a construir a infra-estrutura necessária para a produção de bens duráveis de consumo. Segundo Fernando Henrique Cardoso (1973: 143-144) esta política era mais voltada para obter respostas imediatas aos problemas existentes do que um plano coerente projetado e baseado numa ideologia nacionalista. Mesmo assim, esta política teve um efeito importante no estilo de desenvolvimento econômico, contribuindo para a formação de um modelo de desenvolvimento no qual o capital brasileiro e o capital estrangeiro (usado principalmente para financiar as empresas estatais) foram os principais responsáveis pelo crescimento econômico.

Embora o modelo de desenvolvimento econômico estabelecido durante o Estado Novo tenha perdido sua

força durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), ele foi revitalizado depois do Golpe de 1964, quando o Estado, novamente, voltou a investir maciçamente na economia brasileira.

A forte participação do Estado na economia, com reflexos diretos sobre todos os setores do país, inclusive nos meios de comunicação de massa, só começou a ser redirecionada a partir da década de 90 com os planos de privatização iniciados no governo Fernando Collor e continuados por Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Isto como um reflexo do processo de globalização que, durante a década de 90, deu início a uma série de transformações geopolíticas, socioeconômicas e da reestruturação institucional dos valores culturais, ideológicos e religiosos, com reflexos diretos e indiretos na evolução da nossa televisão durante esta última década do século.

comunicação social a fim de esclarecer a opinião pública sobre assuntos relacionados com os problemas nacionais, bem como sobre as ações realizadas pelo governo para resolvê-los. Como preconcebida pela Escola Superior de Guerra, essas comunicações eram para ser feitas de maneira honesta, impessoal, e de modo legítimo, as quais poderiam resultar no crescimento das organizações de relações públicas em todos os níveis de atividades.

Mui amigo

O fato de que a TV se beneficiou da situação social, política e econômica do período de 1964 a 1985 é constatado pelo seu considerável desenvolvimento, tecnológico e qualitativo, durante aqueles anos. Sem deixar de considerar os investimentos privados e a própria iniciativa das empresas, não se pode negar que o desenvolvimento da televisão brasileira ocorreu principalmente porque o governo passou a interferir diretamente no processo, criando todas as condições necessárias para que a modernização e o crescimento do setor acontecesse.

O rápido crescimento da televisão brasileira entre 1964 e 1985 foi resultado direto e indireto das políticas adotadas pelo regime militar. E a continuação desse crescimento até os dias atuais continua sendo um reflexo das ações e decisões oficiais em todos os setores, inclusive no que se refere à adoção de modelos tecnológicos a serem implantados no país. Exemplos disso são a escolha do sistema de televisão em cores adotado pelo país (o sistema PAL-M), o sistema de TV a cabo e a lei que regulamenta a operação das empresas que exploram a internet e todo o processo de definição da tecnologia digital.

A essa lista podemos acrescentar as decisões econômicas tomadas durante a última década no que diz respeito ao processo de privatização e de abertura econômica, cada vez maior, com a possibilidade de permitir, oficialmente, a participação de capital estrangeiro nos meios de comunicação de massa – o que até agora só era permitido a brasileiros. Quem sempre decidiu foi o Estado, competindo

A Copa do Mundo é nossa

A ESG por si só não regulamentava o Brasil, mas sua influência e ideologia enfatizavam o nacionalismo e, assim, a necessidade por um governo forte central. Apesar de negar qualquer envolvimento nos governos pós-64, um exemplo do envolvimento indireto da ESG pode ser constatado através da participação de civis, treinados por ela, ocupando altos cargos executivos nas administrações militares. Durante o governo Médici (1969-1974) sete ministros haviam recebido treinamento na Escola Superior de Guerra, ou seja, eles eram graduados da ESG (Campbell, 1972:83). Direta e indiretamente, a ESG sempre esteve envolvida nos governos militares. Por exemplo: Castelo Branco, o primeiro presidente do regime, foi instrutor e diretor de estudos da ESG; General Golbery do Couto e Silva, considerado como o intelectual do movimento de 64, também era instrutor da ESG.

Baseando suas ações na doutrina de "Segurança e Desenvolvimento", o regime militar foi responsável pelo estabelecimento de instituições como o Ministério das Comunicações, o Departamento Nacional de Telecomunicações (Embratel) e o Conselho Nacional de Comunicação. Criando condições operacionais para as telecomunicações brasileiras (facilitando o acesso à rede de microondas, cabo coaxial, satélite, tele-

visão a cores etc), principalmente para o sistema telefônico, o regime militar contribuiu para o desenvolvimento técnico da televisão, a qual também foi usada para promover as idéias do regime autoritário.

Como um exemplo disso, Médici tirou vantagens políticas do triunfo da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de Futebol, em 1970, no México. Naquela época, uma campanha foi veiculada pelos meios de comunicação, principalmente a televisão, transmitindo uma série de slogans que ajudaram a transformar Médici, cuja administração foi uma das mais repressivas, em um dos mais populares presidentes do movimento.

Durante o período das administrações de Médici e de Geisel (1968 a 1979), o governo passou a ter uma influência mais direta na televisão brasileira. Além de promover o desenvolvimento das telecomunicações, começou também a se preocupar com o conteúdo dos programas televisivos. Foi durante tal período que o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, foi intensamente usado para cassar mandatos eletivos, suspender o *habeas corpus*, decretar intervenções federais sem qualquer salvaguarda constitucional e exercer uma forte censura nos meios de comunicação, principalmente nas emissoras de televisão e de rádio.

às empresas nacionais ou estrangeiras aceitarem o processo e se adaptarem a ele de acordo com as regras vigentes, independentemente de todo e qualquer poder externo. Mas não podemos descartar a possibilidade de que durante o processo de definição das tecnologias e dos sistemas de telecomunicações adotados pelo país, o governo tenha sofrido a interferência de *lobbies* ou recebido pressões políticas e econômicas, tanto de origem interna como externa, que de alguma forma podem ter influenciado nas decisões oficiais. O que queremos evidenciar é que no Brasil a palavra final na escolha de todos os sistemas que envolvem as telecomunicações sempre passou, e continua passando, pelo crivo oficial. Historicamente, as empresas de cada um dos setores envolvidos e a sociedade em geral têm arcado com benefícios ou prejuízos das decisões tomadas (sejam de caráter político, tecnológico ou econômico).

Como consequência do crescimento nacional sob o sistema político militar voltado para a produção de bens de consumo, serviços e bem-estar social, a televisão brasileira foi usada para promover entretenimento, encorajar o consumo e difundir as realizações econômicas do país e, ao mesmo tempo, perpetuar a imagem do regime militar. Levando em consideração que durante o período de exceção, principalmente em seus primeiros dez anos, a televisão era considerada um instrumento de modernidade, o regime militar concentrou esforços para disseminá-la em todo o território nacional. Através do rádio e da TV, o regime informava a população de suas realizações atingindo tanto os alfabetizados como os analfabetos.

A influência do regime militar no desenvolvimento da televisão também pode ser constatada sob o ponto de vista da legislação de comunicação e das ações políticas e econômicas que foram impostas ou das consequências das decisões implementadas. Os meios de comunicação, principalmente a televisão, começaram já nos anos 70 a ficar mais e mais sob o controle de grupos estrangeiros devido ao alto grau de dependência na publicidade.

Observe-se que os maiores anunciantes do Brasil são corporações multinacionais, que direta e indiretamente acabam influencian-

do a sociedade brasileira através da compra e venda de programas, tecnologia, fluxo de entretenimento, orientação de mercado, publicidade etc. As corporações transnacionais estão, de acordo com vários estudiosos, impondo seus gostos, valores e estilos de vida e controlando os veículos de massa, fazendo com eles fiquem cada vez mais dependentes da publicidade. É importante observar que se os meios de comunicação de massa brasileiros, especialmente a televisão, são dependentes do suporte publicitário, o conteúdo dos veículos pode facilmente ser controlado por corporações estrangeiras.

Seria ingenuidade sugerir qualquer mudança ou sistema de controle desta situação. Isto porque o que está ocorrendo é o resultado do sistema capitalista globalizado e do modelo adotado pelos governos brasileiros, tanto civis como militares, durante o período de 1950 a 2000, no sentido de promover o desenvolvimento nacional através da industrialização do país com o capital estrangeiro. Entretanto, esse assunto pode ser incluído pelos governantes e por estudiosos dos meios de comunicação de massa em futuras discussões sobre os veículos de massa no Brasil. ■

A TV NO BRASIL

A FASE ELITISTA (1950-1964)

A FASE POPULISTA (1964-1975)

A FASE DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO (1975-1985)

A FASE DA TRANSIÇÃO E DA EXPANSÃO INTERNACIONAL (1985-1990)

A FASE DA GLOBALIZAÇÃO E DA TV PAGA (1990-2000)

A FASE DA QUALIDADE DIGITAL (2000-...)



Hora do comercial

Existe uma estreita relação entre o crescimento da televisão brasileira e o desenvolvimento econômico social do Brasil. O desenvolvimento da televisão brasileira está diretamente correlacionado com fatores tais como urbanização e industrialização, índice de analfabetismo, crescimento do PIB, renda *per capita*, distribuição de renda e aumento dos investimentos publicitários.

Os governos pós-64 promoveram um rápido crescimento econômico baseado no que identificavam como o tripé da economia brasileira: empresas estatais, companhias nacionais e corporações multinacionais. Em 1980, o governo possuía 82 das 200 maiores empresas não-financeiras no país. Desde o início dos anos 70, o governo vem sendo identificado como o maior anunciante individual do Brasil, quando se considera os três níveis, municipal, estadual e federal. Assim, tem um importante poder de influenciar os meios de comunicação de massa, principalmente a televisão, através de pressões econômicas e do controle legal.

Os esforços para atrair investimentos privados estrangeiros desde 1964 ajudaram a acelerar o faturamento da indústria do país. Entretanto, a política também aumentou a dívida externa brasileira e sua dependência na tec-

nologia estrangeira. Essa política oficial aumentou também a dependência da televisão na publicidade das multinacionais que investiram no país, transformando-se também nos maiores anunciantes da televisão.

Examinando o veículo sob a luz das políticas pós-64 para promover a modernização nacional, conclui-se que o crescimento da televisão tem as mesmas características do desenvolvimento dependente do país (Mattos 1982^a).

O modelo adotado pelo regime de 1964 foi direcionado para se construir uma moderna sociedade capitalista. Foram feitas muitas concessões aos investidores estrangeiros que, juntos com os empresários locais, estimularam o consumismo principalmente através de anúncios televisivos. Vale destacar que as primeiras companhias multinacionais, tais como Ford, IBM e Firestone, entre outras, estabeleceram-se no Brasil antes de 1939. Depois de 1964, as multinacionais praticamente passaram a controlar os setores da engenharia eletrônica, produção de veículos, e a indústria farmacêutica em operação no país.

O "milagre econômico brasileiro" ocorreu durante o governo de Garrastazu Médici, um período de dura repressão política e de controle dos meios de comunicação através da censura policial,

da Lei de Segurança Nacional e do Ato Institucional nº 5. Fato significativo se considerarmos que, a fim de atrair o capital estrangeiro, o governo precisava manter uma imagem de estabilidade social e política as quais, de acordo com os conceitos estabelecidos pelo regime militar, era uma condição fundamental para garantir o desenvolvimento econômico nacional.

Foi durante o "milagre econômico" que o PIB atingiu o nível de US\$ 80 bilhões. Apesar dos resultados do milagre terem sido contestados, a verdade é que, como um reflexo do desenvolvimento econômico alcançado, ocorreu também no país um "boom da televisão". O regime militar concedeu 67 licenças de canais de TV para empresas privadas em todo o território nacional.

Ao mesmo tempo, a produção de televisores foi incrementada e o crédito direto ao consumidor facilitava a compra dos mesmos e de outros bens de consumo produzidos pela indústria brasileira e amplamente anunciados na televisão.

No ano de 1968, as vendas de televisores cresceram em 48% sobre o ano anterior (Sodré, 1977:174). Segundo o presidente Médici, em mensagem enviada ao Congresso Nacional, em 1974 as indústrias de telecomunicações tiveram um crescimento médio de 20% entre 1970 e 1973 (Médici, 1974).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARDOSO, Fernando Henrique. Associated – dependent development: theoretical and practical implications. In: *Authoritarian Brazil: origins, policies, and future*. New Haven, Conn.: Yale University Press, 1973. p. 142-176.
- CAMPBELL, Gordon. *Brazil struggles for development*. London: Charles Knight and Co. Ltd., 1972.
- CASTRO CAMARGO, Enjolras José de. *Estudo de problemas brasileiros*. São Paulo: Editora Atlas, 1977.
- MATTOS, Sérgio. *The impact of brazilian military government on the development of TV in Brazil*. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade do Texas. Austin, Texas, USA, 1980. – Universidade do Texas.
- _____. *The impact of the 1964 Revolution on brazilian television*. San Antonio, Texas, USA: Klingensmith Independent Publisher. 1982.
- _____. O impacto da Revolução de 1964 no desenvolvimento da televisão. *Cadernos do Intercom*: São Paulo: Intercom/Cortez Editora, 1, n. 2, p. 29-43, 1982.

- MATTOS, Sérgio. *Domestic and Foreign Advertising in Television and Mass Media Growth: A Case Study of Brazil*. Tese de doutorado, defendida na Universidade do Texas. Austin, Texas, 1982^a (Tese de doutorado) – Universidade do Texas.
- _____. Advertising and government influences: the case of brazilian television. *Communication Research*, v.11, n.22, p.03-220, Abril, 1984.
- _____. Televisão educativa. *Boletim do Intercom*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. nº 46, ano VII, p.18-20. 1984.
- _____. *O controle dos meios de comunicação*. Salvador: EDUFBA. 1996.
- MATTOS, Sérgio (org.). *A Televisão na era da globalização*. Salvador: edições Ianamá, São Paulo: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação/ GT Televisão. 1999.
- MÉDICI, Emílio Garrastazú. *Mensagem ao congresso nacional*. Brasília. 1974.
- SODRÉ, Muniz. *O Monopólio da Fala*. Petrópolis: Vozes, 1977. [s.d.]

*Sérgio Mattos

Doutor em Comunicação, diretor do Campus I da Unibahia, coordenador dos cursos de Comunicação Social da Unibahia, jornalista, poeta e autor de vários livros sobre televisão

V A R I E

Marcelo Carvalho e Silvana Claudio

Nada na cabeça

Mais do que uma questão de justiça, a condenação dos dois skinheads que espancaram e mataram o adestrador de cães Edson Neris da Silva representou também a derrubada de um tabu. Foi a primeira vez no país que uma condenação foi dada sob a acusação de intolerância sexual. No dia 6 de fevereiro de 2000, a vítima foi atacada em pleno centro de São Paulo quando andava de mãos dadas com outro homem. Os assassinos, também acusados de formação de quadrilha — ambos fazem parte do grupo Carecas do ABC, famoso por idéias nacionalistas contra minorias — receberam a pena total de 21 anos em regime fechado. O crime foi classificado como homicídio triplamente qualificado: praticado por motivo torpe, de maneira cruel e sem a possibilidade de defesa da vítima.

No início de maio, o Rio de Janeiro será sede da Conferência Nacional de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e outras Formas de Intolerância. O evento é promovido pelo Comitê Nacional Preparatório para a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o mesmo assunto e tem apoio da Ceap (Centro de Articulação de Populações Marginalizadas) e do Grupo Arco-Íris, entre outros. A Conferência da ONU acontece na África do Sul entre agosto e setembro. Talvez seja uma oportunidade para que o Brasil possa finalmente começar a mostrar ao mundo o que faz contra este tipo de crime e não mais o que deixou de fazer.

Preto no branco

Embora seja o país fora da África com a maior população negra, números do IBGE revelam que apenas 6% dos brasileiros se consideram negros. Se tomássemos as universidades como exemplo, talvez não tivéssemos porque duvidar do último Censo, porque apenas 2% dos alunos são negros. O paradoxo numeral não representa um erro, mas evidencia a presença do chamado “racismo inconsciente”. No Rio de Janeiro, a afirmação se comprova através da pesquisa realizada pelo Centro de Articulação Populações Marginalizadas – Ceap/RJ, em parceria com a empresa DataUff e com o apoio da Fundação Ford. Foram ouvidas 1.172 pessoas, de 18 a 60 anos, entre negros, pardos, brancos, amarelos e índios em 41 municípios do estado. 94% disseram que existe sim preconceito contra os negros. Mas 87% não se consideram preconceituosas. Só 12% admitiram ter algum tipo de preconceito.

Se o número refletisse a realidade nacional, talvez não se fizesse necessária mobilização em torno do Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, 21 de março. Ao contrário, organizações como o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher estão empenhados em lembrar a data. O CDMN está propondo 14 dias de ativismo: de 8 – Dia Internacional da Mulher – a 21 de março. *Depois de um século de lutas, chegou a hora de um século de igualdades* é o slogan da campanha publicitária que deve se repetir nos 14 estados onde o Conselho está presente.

Direito de ir e vir

Mais um direito conquistado pelos portadores de deficiência física. O Congresso Nacional aprovou no dia sete de fevereiro a Medida Provisória que garante a esse grupo isenção de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) na aquisição de veículos novos semi-automáticos, que não exigem mudança manual de marchas do câmbio. Agora, os portadores de deficiência física vão poder adquirir automóveis com o preço final do carro bastante reduzido, algo em torno de 40% de desconto.

A lei é um avanço com relação à Medida Provisória anterior que resultava em nada, isentando de IPI apenas os automóveis movidos a álcool. O absurdo é que a indústria automobilística brasileira não fabrica carros modificados com esse combustível.

Mas tem falhas graves. Ficam de fora do benefício os carros populares. Para o coordenador nacional da Organização Nacional das Entidades de Portadores de Deficiência Física (Onedef), Jerônimo Siqueira da Silva, “a lei é discriminatória porque só tem direito à isenção quem tem habilitação de motorista e nem sempre é o portador de deficiência que dirige. Houve lobby contra a medida por parte das indústrias automobilísticas”.

Comunidade ligada

Um serviço pioneiro criado para divulgar informações sobre cerca de 700 favelas cariocas foi lançado na Internet no início do ano. Trata-se da Agência de Notícias das Favelas, uma idéia que surgiu há três anos para democratizar a informação de maneira ampla e direta e dar voz aos moradores. Como quem tem computador está no asfalto, foi criado também o Favela Interativa. Através de uma ligação telefônica, é possível ouvir notícias e entrevistas, como com o baterista do grupo *O Rappa*, Marcelo Yuka. Além de se informar é possível gravar mensagens ou denúncias em uma secretária eletrônica.

“Não inventamos a pólvora, mas chegamos na frente”, afirma o idealizador do projeto e presidente da ONG Casa da Cidadania, André Fernandes. O site já foi até divulgado em inglês pela Agência Reuters Jornalistas, estudantes, antropólogos do mundo inteiro formam o público do site que tem em média 1.500 acessos diários.

O projeto está sendo negociado com uma multinacional de São Paulo, estado campeão em número de favelas. Pode ser o início de uma atuação nacional. Existe também a intenção de transformar a Agência em um jornal impresso. Tudo depende de apoio. A home page existe graças a uma parceria com o site Buscar e ao trabalho de voluntários. Hip hop e segurança pública também têm seu espaço na página.

Favela interativa: (21) 478-8200
Entrevistas: (21) 478-8236
www.anf.org.br

AfroReggae coisa nossa, mundo deles

O AfroReggae, grupo da ONG de mesmo nome fundada em 1993, está lançando seu primeiro CD, *Nova cara*, pela Universal Music. E já chamou a atenção do New York Times, que publicou que “a banda é de muitas formas o que o Rage Against The Machine esperava ser nos EUA, um grupo firme e de confronto, para servir à agenda social, arquivando resultados concretos enquanto faz um show eletrizante”. Está com a bola toda e andando com suas próprias pernas. E como anda. Já fizeram shows em vários países como Inglaterra, França, Itália, Holanda.

A ONG/banda tem como padrinhos Regina Casé e Caetano Veloso. São, na verdade, três bandas, entre elas o Afrolata, do pessoal mais novo. O AfroReggae tem ação múltipla. Eles produzem o jornal *AfroReggae Notícias*, têm um home page, projetos de prevenção da Aids, o informativo *Quizumba* e espetáculos que englobam música, teatro, dança, capoeira e circo. Tudo produzido pela comunidade de Vigário Geral, bairro pobre do Rio de Janeiro.

Pele vermelha de raiva

Em 1999, a saúde indígena foi terceirizada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa). ONGs, organizações indígenas e prefeituras ficaram responsáveis pela prestação dos serviços de prevenção e assistência médica. Passaram a ser administrados diretamente pelas prefeituras, através de um fundo municipal, 4 a 5 milhões de reais. 12 mil reais só com gastos com profissionais.

Nos estados de Alagoas e Sergipe o resultado não poderia ter sido pior. Parentes de prefeitos, profissionais sem capacitação específica para o trabalho com índios, uso de medicamentos em campanhas eleitorais e médicos trabalhando na cidade enquanto deveriam estar atuando nas aldeias compunham o quadro da saúde. Revoltados, índios e representantes do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) montaram uma comissão para diagnosticar a situação. Isso resultou em uma liminar na ação civil pública em favor dos índios de Alagoas, em 8 de fevereiro, pela Justiça Federal. “A vitória, apesar de parcial [o mérito ainda não foi julgado], é muito significativa para o resto do Brasil”, afirma o assessor de comunicação da Regional Nordeste do Cimi, Jorge Vieira. Com a decisão judicial a terceirização fica suspensa. Os índios lutam para que a União volte a controlar a prestação de serviços, como determina a Lei Arouca. Em Pernambuco eles já estão fazendo seus próprios diagnósticos do sistema de saúde.

A novidade (seja ela conhecimento novo, fato histórico, tecnologia recém-desenvolvida ou forma de expressão inusitada) põe a humanidade em xeque, gerando impasses. Não seria diferente o caso da biotecnologia. A possibilidade de manipulação do código genético dos seres vivos, incluso o ser humano, abre perspectivas antes apenas intuídas de modificação das espécies pela atuação direta sobre os genes.

Transgênicos

O nó da questão talvez seja o poder: até onde é lícito ir? Antes, a natureza agia arbitrariamente, *decidindo* qual espécie sobreviveria, quais mudanças seriam aceitas pelo ecossistema. A biotecnologia dá esse poder ao homem e é preciso decidir o que fazer com ele. A questão é complexa e envolve muitas variantes. Há interesses econômicos poderosíssimos em jogo. Mas não é só. A sociedade organizada também se manifesta. Alguns defendem a pesquisa e o uso da biotecnologia com responsabilidade, segurança e ética. Outros, notadamente no campo minado da comercialização e consumo dos transgênicos, apontam perigos da biotecnologia vividos em nosso cotidiano e que parecem saídos da ficção científica.

MONTAGEM SOBRE FOTOS DE GUSTAVO AZEREDO E MARCUS VINI



Biotecnologia só com bioética

José Luiz Telles de Almeida

Doutor em Ciências e pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro

Silvio Valle

Pesquisador titular e coordenador dos cursos de biossegurança da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro

Uma das características centrais de nosso tempo é a velocidade com que profundas transformações na área das ciências da vida têm ocorrido, em especial nas biotecnologias. Duas áreas interligadas estão no centro dessa revolução: as ciências da computação e as ciências biológicas, responsáveis, por exemplo, pelo sucesso alcançado no mapeamento do genoma humano. Não basta a sociedade pautar-se apenas em leis ou em argumentos estritamente técnicos para se avaliar uma dada biotecnologia. É preciso discutir, pela biossegurança e pela bioética, possíveis conseqüências da aplicação das biotecnologias que estão sendo projetadas atualmente.

O que mais impressiona é que as inovações tecnológicas estão se dando em um curto espaço de tempo, muitas vezes nos pegando de surpresa, atordoando-nos, deixando perplexos governantes e, em especial, a própria sociedade. Configura-se nos tempos atuais uma poderosa aliança entre governos, mercado e ciência que vem impelindo a sociedade para uma nova era na qual determinados segmentos possuirão grande conhecimento sobre a maioria das funções básicas de todas as formas de vida. A partir desse conhecimento, teremos um controle sem precedentes sobre os seres vivos, inclusive nós mesmos. Com efeito, o conhecimento científico sobre como os genes funcionam nos dão o horizonte de poder de cura e de prevenção de doenças. Será possível também moldarmos algumas das mais importantes características dos seres humanos que escolheremos para trazer à existência.

O primeiro rascunho (com 97%) da seqüência do genoma humano foi anunciado com toda a pompa ao mundo no primeiro semestre do ano 2000 pelo presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, e pelo primeiro-ministro da Inglaterra, Tony Blair, acompanhados pelo presidente da empresa Celera Genomics, o geneticista Craig Venter, e pelo chefe do Projeto Genoma Humano, o cientista molecular Francis Collins. Apesar dos cientistas afirmarem que é ainda muito cedo

para os tão esperados resultados práticos, o anúncio foi considerado como um marco na história da humanidade e recebido pela mídia e pelos grandes investidores em todo mundo com euforia por suas potencialidades, principalmente para a saúde humana.

Na verdade, ninguém sabe até onde poderemos chegar com relação ao domínio biológico de todos os seres vivos, ou quando esses limites serão definidos. Antecipar alguns dos possíveis cenários que poderemos ter pela frente se torna um exercício interessante. Quando consideramos as vantagens e as desvantagens da engenharia genética ficam nítidas as diferentes maneiras pelas quais seus efeitos podem ser avaliados. De um lado, posições com alto grau de otimismo. Do outro, aqueles que julgam as potencialidades do conhecimento genético de forma sombria.

Ataque e defesa

As vantagens da biotecnologia, como vistas por seus proponentes, incluem contribuições reais e potenciais para a medicina, farmacologia, agricultura, indústrias de alimentos e preservação de nosso meio ambiente. Na medicina, o mapeamento do genoma humano abre caminho para uma série de desenvolvimentos futuros: diagnós-

ticos e tratamentos para doenças hereditárias, terapias de células somáticas, aconselhamento genético, produção de vacinas etc.

Na agropecuária desenvolvem-se plantas que possuem seus próprios mecanismos de defesa e outras, mais ricas em nutrientes e vitaminas, além da promessa de erradicar a fome no mundo (no caso, esquece-se que o problema está mais afeito à distribuição de renda do que à oferta de alimentos). Sintetizam-se produtos como a baunilha, o cacau, o óleo de coco e de dendê e substitutos para o açúcar, através da inserção dos genes responsáveis pela síntese das proteínas específicas desses produtos. Na pecuária busca-se o melhoramento genético de vacas para que sejam capazes de produzir leite com qualidade melhor. Para o meio ambiente as promessas da engenharia genética estão vinculadas à biorremediação, isto é, bactérias geneticamente modificadas com poder de neutralizar produtos químicos tóxicos e outros tipos de poluição urbana e industrial.

As perspectivas mais pessimistas, em geral, fazem uma associação estreita entre as desvantagens e os benefícios. Alega-se que o investimento aplicado às tecnologias do DNA recombinante é extremamente vultuoso e poderia ser aplicado em ajuda internacional aos países pobres. Algumas indústrias de pesticidas estão deslocando parte de seus parques industriais para a pesquisa biotecnológica e a produção de plantas tolerantes a seus próprios pesticidas, como é o caso da polêmica soja transgênica. Argumenta-se que a entrada das corporações da indústria agropetroquímica (Bayer, Ciba-Geigy, Rhone-Poulenc, Monsanto, Hoescht e DuPont) no ramo da agro-indústria é uma estratégia para se criar uma maior concentração econômica na área.

Os críticos alertam ainda sobre o risco das plantas geneticamente modificadas conterem agentes alergênicos e desconhecidos. Tais vegetais poderiam desestabilizar os ecossistemas naturais, ameaçando a nossa rica diversidade biológica. A engenharia genética poderia conduzir ainda a um aumento da iniquidade econômica e das injustiças sociais em âmbito global. Nos países onde os problemas de saúde são o resultado da falta de condições básicas de habitação, educação e de planejamento familiar, o investimento em tecnologias de ponta não se justificaria eticamente. Além do mais, a engenharia genética concorreria com produtos tradicionais, trazendo conseqüências deletérias à economia local. A baunilha bioengenheirada, por exemplo, poderia provocar o desemprego de milhares de pessoas em Madagáscar e na Indonésia, onde a planta é cultivada. O mesmo se poderia dizer dos derivados da cana-de-açúcar e do cacau.

Haveria também o receio de que os conhecimentos advindos do Projeto Genoma Humano pudessem se tornar instrumentos poderosos de discriminação e controle social. A tecnologia de DNA recombinante tem sido utilizada para o desenvolvimento de uma série de mecanismos para o controle da informação genética de indivíduos e de grupos populacionais. Testes de *screening* genético e *DNA fingerprinting* estão sendo desenvolvidos não só para detecção de desordens monogênicas ou de genes deletérios, mas também para condições multifatoriais como esquizofrenia, criminalidade e comportamentos anti-sociais. Autoridades políticas, companhias de seguro, instituições financeiras e empregadores estariam ansiosos para terem acesso a essas tecnologias.

Os oponentes da engenharia genética afirmam que a biotecnologia teria uma lógica própria, tão poderosa que seria uma forma de aniquilamento da liberdade de escolha dos indivíduos. Esse ponto de vista pode ser denominado de determinismo ou niilismo tecnológico de onde derivaria, entre outras coisas, a certeza de que toda nova tecnologia, apesar de perigosa ou moralmente ofensiva, será implementada ou desenvolvida. Os defensores, por sua vez, acreditam que o desenvolvimento e a implementação de novas tecnologias podem ter sempre suas finalidades controladas pela sociedade, reduzindo assim os espectros sombrios da discriminação, da eugenia ou do desequilíbrio incontrolável e irreversível do meio ambiente.

Nem anjo, nem demônio

Sob o ponto de vista da bioética, é necessário analisar racionalmente os argumentos morais para evitar tanto o endeuamento ingênuo da ciência quanto sua satanização. As evidências empíricas disponíveis até o momento indicam que a engenharia genética não tem se desenvolvido fora do controle social. A maioria dos países ocidentais, ao longo dos anos 90, iniciou um movimento de regulação da engenharia genética, realçando a importância do debate público. Isso não quer dizer, no entanto, que as tentações criadas pelas possibilidades tecnológicas não devam ser ignoradas ou mitigadas. Mas é certo também que elas não devem ser exageradas. A democracia deve ser estendida para a biotecnologia e os cientistas, em vez de serem controlados por acordos voluntários ou por seus pares, regulados por legislação e forte controle social.

É preciso ressaltar que existe ceticismo público quanto às reais intenções dos cientistas. Está cada vez mais evidente a noção da contin-

gência da ciência, isto é, o conhecimento científico é incerto e sujeito a revisões. Não há mais como falar impunemente na neutralidade da ciência. A confiança na tecnologia e na perícia científica está intimamente relacionada com a noção de risco aceitável. A percepção individual de risco nas sociedades modernas representa importante fator de mobilização social. A moderna engenharia genética tem potencial de ser um dos maiores fatores para uma percepção ampliada dos riscos inerentes à condição moderna.

De fato, as intervenções genéticas nos seres vivos têm por características a imprevisibilidade e a irreversibilidade, o que se impõe necessariamente que sejam aplicadas racionalmente para se evitar efeitos desastrosos. Para isso, a investigação e a aplicação da genética deve estar sob a tutela constante da sociedade organizada. Neste sentido, a bioética cumpriria um papel fundamental de orientar o debate sobre a percepção pública das novas tecnologias. Pois não basta, como ressaltamos anteriormente, um parecer meramente científico sobre os riscos da aplicação da engenharia genética. O próprio imbróglio em que se encontra a liberação da plantação e comercialização da soja transgênica aqui no Brasil é um bom exemplo. Não bastou para a sociedade organizada um parecer técnico produzido pela então virtual Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). O parecer ficou sob graves suspeitas quanto à sua isenção, não que seus componentes não tivessem competência técnica e científica na área.

Cada vez mais setores sociais expressivos vêm defendendo a criação de um fórum permanente de debate bioético sobre os riscos e possibilidades da biotecnologia. Espelhando-se na experiência positiva de países da Comunidade Européia, já existem alguns projetos de lei tramitando na Câmara dos Deputados propondo a criação de uma Comissão Nacional de Bioética (Conabio) em nosso país, subsidiando o debate público.

Fica claro, portanto, que a biotecnologia, presente e futura, não deve ser tratada sob o reducionismo tecnocientífico, de sorte que diversas implicações estão nas esferas da ética, da política e de toda a sociedade. Na verdade, as modernas biotecnologias só irão progredir se incorporadas e legitimadas pela sociedade. Nesse aspecto, existe o dilema posto por uma globalização tecnológica ao mesmo tempo em que padrões éticos ficam cada vez mais regionalizados. Afinal, quanto mais se globaliza mais aparecem novos aglomerados humanos,

cujas culturas permaneceram reprimidas por longo tempo e que agora encontram contexto favorável para aflorar e se afirmar, mesmo que para isso lancem mão da violência fratricida.

Os riscos não podem ser avaliados estritamente sob critérios científicos. É bom que se diga porque cresce a preocupação nos meios acadêmicos pelo fato de hoje existir um contingente razoável de pesquisadores de ponta (em instituições privadas e públicas) que tem o seu projeto de pesquisa vinculado a ações comercializadas na bolsa de valores (a mais conhecida é a bolsa de alta tecnologia de Nova Iorque, Nasdaq, que prioritariamente trabalha com ações de empresas de biotecnologia e de informática). Tal fato deixa uma sombra de desconfiança sobre a isenção do pesquisador nos resultados de suas pesquisas.

A biossegurança deve andar estreitamente articulada com a bioética como estratégia fundamental para a institucionalização e reconhecimento público das possibilidades biotecnológicas para a sociedade. As respostas éticas às conseqüências da engenharia genética não estão dadas e deverão ser formuladas a partir de um processo amplo de consultas e debates públicos. Exige, portanto, um ambiente o mais esclarecido possível, buscando-se evitar as paixões e emoções excessivas, tanto de um lado quanto de outro, que só ajudam a obscurecer os argumentos (prós e contras) sobre o tema.

O grande impasse atual na análise dos riscos associados à engenharia genética está intimamente ligado à maneira de analisar os impactos. Segundo estudos de Peterson & Col (2000), os cientistas normalmente exemplificam os riscos no âmbito laboratorial, que é muito baixo, enquanto para os ambientalistas os riscos socioambientais podem ser altíssimos. E ainda, a recente Medida Provisória nº 2.137 – que alterou a Lei de Biossegurança (nº 8.974/95) e legalmente criou a CTNBio – além de não resolver os principais impasses jurídicos e de implementação da lei, demonstra, inquestionavelmente, que, decorridos cinco anos de sua sanção, o país ainda não dispõe de uma política consistente e coerente dos riscos associados à engenharia genética. Seria oportuno que as agências de fomento abrissem linhas de financiamento para pesquisas em biossegurança e bioética.

É premente que a comunidade científica e a sociedade de maneira geral arregimentem esforços para recuperar a credibilidade dos órgãos responsáveis pela biossegurança, para que não se percam os possíveis benefícios dessa poderosa tecnologia. ■

Ameaça nas prateleiras

Sezifredo Paulo Alves Paz

Médico veterinário do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e secretário-executivo do Fórum Nacional das Entidades Cíveis de Defesa do Consumidor

Os consumidores do mundo inteiro constataam ano a ano que estão correndo riscos jamais imaginados. Como se não bastassem os altos níveis de contaminação química e microbiana surgem notícias de alimentos contaminados por substâncias ou agentes de um enorme potencial de risco em escala global, como a doença da vaca louca, disseminando em muitos países o medo de comer. Percebe-se em inúmeros episódios que tanto as autoridades como o meio científico não têm, como sempre afirmaram, a absoluta certeza sobre a segurança dos alimentos ofertados à população. Foi nesse contexto que surgiram, no final dos anos 90, os alimentos transgênicos.

O aparecimento de bactérias super-resistentes a antibióticos pelo uso da biogenética na alimentação de animais destinados ao consumo humano é um exemplo da insegurança quanto ao que comemos, assim como os vários agrotóxicos e drogas veterinárias liberados por décadas e que, após estudos científicos mais aprofundados, revelaram-se carcinogênicos. Esses produtos acabam sendo proibidos, mas somente após muito esforço e pressão de especialistas de alguns países mais precavidos e de organizações não-governamentais. É necessário abordar dois fatores determinantes para que esses produtos se apresentassem aos consumidores de uma forma ainda mais desvirtuada, ou seja, praticamente sem avaliação de risco, sem rotulagem completa e com regulamentação superficial.

Desde a assinatura dos acordos multilaterais para promover o comércio internacional e, principalmente, após a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), cresceu a pressão para que os países-membros implantassem sistemas equivalentes de controle de alimentos e adotassem os parâmetros dos organismos internacionais de normatização de alimentos – como o Codex Alimentarius, comissão criada pela Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS). A intenção é a de que se um organismo internacional liberar um determinado produto ou recomendar um marco normativo de avaliação de risco para o mesmo, os demais países devem aceitá-lo e não impor restrições.

Aproveitando-se da situação, os promotores dos alimentos transgênicos agiram rapidamente e conseguiram que um modelo superficial de avaliação de risco (o Conceito da Equivalência Substancial) fosse recomendado, o que aconteceu no Seminário da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre a Avaliação da Segurança dos Alimentos, em setembro de 1994, em Oxford, Reino Unido. O conceito foi reiterado na Consulta FAO/OMS sobre biotecnologia e segurança dos alimentos em 1996. Os alimentos transgênicos liberados até o momento em escala comercial em alguns países, incluindo aqueles que se busca liberar no Brasil, foram avaliados unicamente através da Equivalência Substancial.

Diversos cientistas já apontaram as escandalosas deficiências na avaliação de risco dos transgênicos baseada nesse conceito, tido como uma metodologia inadequada cientificamente ou mesmo pseudocientífica, pois preconiza apenas um número limitado de ensaios para a determinação da composição e do potencial toxicológico dos produtos. A avaliação exclui a possibilidade de que substâncias tóxicas, não selecionadas para os testes, estejam presentes nesses novos alimentos. Ainda aceita como suficientes os testes em uma ou poucas espécies de animais em laboratório, sempre por poucas semanas, e a falta de ensaios de toxicologia crônica. Também não exige teste eticamente aceitável em grupos de seres humanos, como recomendam alguns especialistas. Quando se compara a análise de risco para a aprovação de

medicamentos ou aditivos com a que foi feita para os alimentos transgênicos constata-se que para os últimos há um claro objetivo em acelerar a liberação e demonstrar que são iguais aos convencionais para, inclusive, justificar a não-rotulagem.

Um segundo fator que contribuiu fortemente para que os alimentos transgênicos fossem *desregulamentados* foi a posição dos Estados Unidos, mais particularmente da sua agência de controle de alimentos, Food and Drug Administration (FDA). Quando, em 29 de maio de 1992, o FDA divulgou a política de controle para os alimentos derivados de engenharia genética, a opinião pública tomou conhecimento de que a instituição considerou os transgênicos tão seguros quanto os alimentos convencionais, incluindo-os na categoria Gras (Geralmente Reconhecidos como Seguros). A decisão significa que não necessitam de uma análise de risco mais profunda ou medidas especiais para industrialização e comercialização.

Porteira aberta

Desde aquela época até 1999 os seus dirigentes informaram que a decisão foi baseada em um "consenso científico" dos seus especialistas e que havia sólida base para tal. A princípio, a sociedade americana depositou crédito integral nessa versão, uma vez que a FDA possuía boa reputação como protetora da saúde do consumidor adquirida em quase quatro décadas de atuação. De 92 a 99 foram autorizados para comercialização nos Estados Unidos mais de 30 produtos alimentícios derivados de engenharia genética, nenhum passando por uma análise de risco apropriada ou trazendo a informação no rótulo.

A aprovação dos transgênicos pelos Estados Unidos, ante as falhas e superficialidade do modelo adotado de regulamentação, despertou nas entidades de consumidores, cientistas e sociedade em geral uma série de questionamentos sobre a segurança desses produtos. Atualmente, a FDA enfrenta uma ação judicial que questiona as autorizações realizadas, sendo que, após serem reveladas cerca de 40 mil páginas de documentos e memorandos internos, constatou-se que a agência não cumpriu as formalidades técnicas e legais necessárias. Tampouco houve o propalado consenso da sua equipe quanto à questão. Na verdade, na liberação dos transgênicos nos Estados Unidos pesou muito mais a decisão política do governo dos EUA de promover a biotecnologia do que uma decisão cientificamente embasada.

São muitas as preocupações no meio científico e entre as associações de consumidores do mundo inteiro sobre esse procedimento pseudocientífico adotado pelo FDA. Diversos cientistas advertem que tal atitude pode propiciar que riscos toxicológicos de médio e longo prazos não sejam identificados e que também riscos não previstos possam aparecer. Um episódio dramático, que demonstra o perigo de uma análise de risco superficial, aconteceu nos Estados Unidos e envolveu um suplemento alimentar à base de triptofano obtido por engenharia genética, da empresa japonesa Showa Denko. O transgênico causou 37 mortes e milhares de casos de invalidez por causa da Síndrome da Eosinofilia Miálgica. O professor Arpad Pusztai, no Roswell Institute, de Aberdeen, Escócia, publicou em 1999 pesquisa que apontava alterações no sistema imunológico e em órgãos vitais de ratos alimentados com batata transgênica. Recentemente, a própria multinacional Monsanto informou ao governo britânico que detectou dois fragmentos de genes imprevistos na soja transgênica Roundup Ready.

A potencialização dos efeitos de substâncias tóxicas naturalmente presentes nas plantas manipuladas geneticamente também pode ocorrer, como adverte o Dr. Michael Hansen, biólogo da Consumers Union. Ele adverte sobre o perigo do aumento das solaninas, cumarinas e outros alcalóides presentes em vários alimentos em quantidades abaixo das doses de risco para os consumidores. Por outro lado, outras substâncias podem ter a sua quantidade diminuída, como foi demonstrado com os fitoestrógenos genistina e daidzina presentes na soja e que protegem as mulheres contra o câncer de mama. A quantidade dessas substâncias diminuiu de 12% a 14 % em algumas variedades transgênicas resistentes ao glifosato.

O aumento da alergia alimentar, afecção subestimada pelas autoridades sanitárias e pelas empresas, pode ocorrer devido à ingestão de novas proteínas ou novos compostos que se formam nos alimentos geneticamente modificados. A soja Hi-breed da empresa Pioneer, que recebeu um gene de castanha-do-pará, causou alergia em pessoas que eram sensíveis à castanha. Em março de 1999, pesquisadores do Instituto de Nutrição de York, Reino Unido, revelaram um aumento de 50% nos casos de alergia à soja em 1998, afirmando que os resultados poderiam estar ligados à introdução da soja geneticamente modificada na alimentação. Dados norte-americanos disponíveis estimam a incidência dessa doença em 1,5% da população adulta e 5% das crianças menores de 3 anos. A possibilidade

de que aumentem as alergias alimentares pela introdução dos transgênicos reforça a necessidade da sua rotulagem plena.

Há também a possibilidade do aumento da resistência bacteriana a antibióticos pelo uso de genes marcadores. Tais genes conferem essa característica na *construção* dos alimentos geneticamente modificados e podem ser transferidos às bactérias que infectam o ser humano e os animais. O aparecimento de bactérias resistentes a todos os antibióticos é hoje a maior preocupação das autoridades mundiais de saúde. Em maio de 1999, a Associação Médica Britânica divulgou um manifesto pedindo a moratória nas autorizações de alimentos transgênicos, apontando o uso desses genes marcadores como uma séria ameaça à saúde pública.

É relevante ainda o aumento de resíduos de determinados agrotóxicos nos alimentos e nas águas de abastecimento, devido ao uso em quantidade muito maior dessas substâncias em plantas resistentes. Se não tivesse ocorrido o pedido da Monsanto e o parecer favorável da CTNBio para a liberação da soja Roundup Ready, resistente ao glifosato, o Ministério da Saúde não teria tentado aumentar em cem vezes o limite de resíduos desse veneno nos produtos à base de soja (Portaria 764, de 24 de setembro de 1998). O aumento, de 0,2 partes por milhão passaria para 20 partes por milhão.¹

O impacto dos transgênicos do ponto de vista ambiental pode trazer riscos à saúde. A perda da diversidade genética na agricultura, aliada ao monopólio das sementes por parte de poucas empresas multinacionais em escala global, poderá fazer com que apenas algumas variedades transgênicas venham a substituir tanto as variedades melhoradas por processos convencionais como as selecionadas pelos próprios agricultores. Pesquisas de opinião feitas em muitos países demonstram que os consumidores querem que os alimentos transgênicos sejam rotulados.² A rotulagem informando sobre origem e características dos produtos transgênicos (embora não substitua a adequada análise de risco) é direito do cidadão expresso no Código de Defesa do Consumidor e importante instrumento de rastreabilidade.

Vaca louca de presépio

No Brasil, o governo federal, através da CTNBio e de diversos ministérios, assumiu a mesma posição dos Estados Unidos. A sociedade reagiu de maneira eficaz e fez com que a justiça

suspendesse qualquer liberação em escala comercial desses produtos até que haja um sólido processo regulatório, incluindo testes pré e pós-comercialização, estudos prévios de impacto ambiental e uma rotulagem completa e confiável. O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) impetrou as ações judiciais que impedem a liberação dos transgênicos e avaliou os processos de pedido de liberação de soja e milho transgênicos pela CTNBio, encontrando diversas falhas na avaliação de risco do ponto de vista ambiental e sanitário.

Além das falhas já citadas com relação à "Equivalência Substancial", aceita pela CTNBio como suficiente para analisar os riscos à saúde dos consumidores, outros problemas sérios foram identificados pelo Idec, destacando-se a dispensa da realização dos estudos de impacto ambiental dada pela CTNBio no caso da soja Roundup Ready, contrariando os dispositivos legais e constitucionais que exigem tais estudos. Outro fato grave em relação à soja transgênica é que o parecer favorável à aprovação dado pela CTNBio foi deferido baseado unicamente em estudos apresentados pela Monsanto, obviamente todos favoráveis à sua intenção, sem serem validados cientificamente. Além disso, a Comissão aceitou que todos os dados apresentados fossem exclusivamente de experimentos feitos nos Estados Unidos, não havendo ainda informações sobre análises feitas em soja obtida de cultivos em presença do herbicida glifosato, o que poderia alterar e influenciar os resultados. Conforme Glaci Zancan, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), "é fundamental repetir os testes com as sementes cultivadas no país, em diferentes condições ambientais, e que os dados sejam confirmados por equipes independentes daquelas contratadas pela empresa como forma de assegurar a fidedignidade dos resultados".

Portanto, não há dúvidas de que os alimentos transgênicos não devem ser liberados para consumo enquanto não forem exaustivamente testados e se tiver a necessária segurança sobre a sua inocuidade. Até o momento, são poucas as pesquisas científicas com tais produtos em relação aos riscos à saúde, como afirmam pesquisadores espanhóis que recentemente fizeram ampla revisão bibliográfica e só encontraram seis trabalhos na área. Há uma lacuna científica em relação aos alimentos transgênicos que não deve ser substituída pela pura e simples liberação para o consumo, submetendo a população mundial a um experimento em tempo real. ■

¹ Após a contestação ao referido aumento, pelo Idec e outras entidades, outra portaria foi publicada, estipulando em 2 ppm o limite de glifosato na soja, ainda assim, dez vezes mais.

² Nos Estados Unidos, 93%; na Austrália, 99%; no Canadá, 94%; na Bélgica, 74%; na Grécia, 81%; na Espanha, 69%; na França, 78%; na Irlanda, 61%; na Itália, 67%; no Reino Unido, 82%; na Holanda, 79%; e, em Portugal, 62%. Fonte: European Commission Directorate Generale.

Joãosinho

gentileza gera amor e carnaval



Vinte e três de novembro de 1933. Nascia na cidade de São Luís do Maranhão um menino que traria no nome o número 30 e na alma, o carnaval: João Clemente Jorge Trinta. Da infância pobre veio o talento para inventar fantasias e criar ilusões através de seus próprios brinquedos. Mais tarde, o fascínio pelas artes, em especial o balé, e pela atmosfera cultural da capital do país nos anos 50 fariam o jovem de 17 anos pegar um Ita no Norte e desembarcar no Rio de Janeiro em pleno carnaval.

Diplomado em Danças Clássicas pelo Teatro Municipal do Rio de Janeiro, diretor artístico e professor de moda, o carnavalesco mais premiado do Rio, com 12 títulos, possui uma trajetória de vida que hoje já daria um enredo. Autor de opiniões e atitudes que geram polêmica em setores da sociedade como Igreja, mídia e ONGs, ele quer muito mais. Escrever um livro daqui a exatos sete anos, transformar lixo em flores e ver um Brasil melhor para todos são alguns de seus projetos e sonhos.

Você é um símbolo do carnaval do Rio, conhecido no mundo todo e artista consagrado. Mas teve uma trajetória difícil. Nordestino, pobre, chegou ao Rio de Janeiro muito jovem. Como foi essa história?

Joãosinho Trinta – Foi um caminho de dificuldades, mas também muito bonito. Primeiro, porque nasci em São Luís do Maranhão. Isso para mim é o máximo. Quem nasce em São Luís nasce em um lugar feliz. São Luís era uma ilha de magia para mim porque eu era criança e,

teatro e do cinema. De uma determinada época em diante, tinha a idéia fixa de ser bailarino, de estudar dança. Mas em São Luís não havia possibilidade, não havia nada, não havia escola de dança. E o grupo do qual fazia parte o Ferreira Gullar, o Cléber Fernandes e o Sarney já tinha vindo para o Rio. Fiquei desesperado porque o Rio de Janeiro, para nós adolescentes, era uma miragem. O Rio – com aquele movimento cultura de capital federal, com tantas companhias de teatro, Teatro Municipal – exercia sobre nós e principalmente sobre mim uma atração terrível.

Quando você resolveu ir para o Rio?

Joãosinho Trinta – Eu lutei e com 17 anos peguei um Ita no Norte. Cheguei aqui num dia de carnaval do ano de 1951. Portanto, o carnaval sempre esteve presente nos maiores momentos da minha vida. Na quarta ou quinta-feira depois do carnaval, já es-

Trinta,

tava procurando um curso de dança, que encontrei em Copacabana. Comecei a fazer aquilo que, para mim, era um encantamento total, muito grande, que me envolvia em todos os instantes da minha vida: estudar balé, dança clássica. Até que, em 1956, fiz concurso para o Teatro Municipal, passei, ingressei no corpo de baile e participei de momentos gloriosos.

Naquela época, o Teatro Municipal era um templo da arte, onde aconteciam temporadas de grandes óperas. Hoje, nem se sabe o que é isso. Havia ópera alemã, italiana, inglesa, francesa, russa, assim como dança, balé, além das temporadas nacionais. Participava daquele mundo que foi um grande aprendizado de arte, vivência nas artes do mundo inteiro. Pouco a pouco, passei a me interessar pelo espetáculo completo, pela montagem da ópera. No teatro tinha dois grandes amigos cenógrafos – Fernando Pamplona e Arlindo Rodrigues – que já estavam envolvidos também com o carnaval. Eles faziam a decoração de carnaval da cidade, faziam a do baile de gala do Teatro e já estavam começando a fazer o carnaval do Salgueiro. Passei a participar da montagem das óperas – montei algumas, como Aída, O Guarani e Tosca – até que fui levado para a escola de samba.

Mas como exatamente você ingressou no carnaval carioca?

Joãosinho Trinta – Em 1973 tive o primeiro contato com o Salgueiro. Foi no carnaval de Arlindo Rodrigues, com o enredo *Xica da Silva*. E aí eu não saí mais. Fiquei dez anos ajudando, montando o carnaval junto com ele.

como toda criança, tinha muita imaginação. Minha infância foi deslumbrante nas mínimas coisas, nas minhas brincadeiras. Minha pobreza foi muito rica, justamente por não ter posses. Só recebi três presentes da minha família: um bonde, uma gaita e um boneco de celulóide – que pegou fogo e desapareceu na minha frente quando eu o toquei com um cigarro. Desenvolvi minha criatividade porque toda a minha infância eu passei criando os meus brinquedos. Considero isso um grande privilégio. E era mais feliz, garanto, do que as crianças ricas que recebiam presentes.

Tive um nascimento glorioso, nasci em novembro. Tirando nove meses de gestação, chega-se ao mês de fevereiro. Então, fui concebido em pleno carnaval. Minha mãe deve ter dado uma belíssima trepada naquele carnaval maravilhoso, que é o de São Luís do Maranhão. Embora três meses depois ela, que era viúva há dois anos, ao perceber que estava grávida, deve ter levado um susto muito grande. Mas foi corajosa porque naquela situação me botou no mundo. Embora com alguns traumas naturais, foi uma mãe maravilhosa. Era uma operária de fábrica. Deu educação para cinco filhos, não deixando jamais faltar nada em casa, sobretudo colégio, educação. Essa foi a tônica da minha mãe.

E eu cresci, mas sempre a minha visão de vida foram as artes. Aliás, eu tenho Vênus na cabeça da minha carta astrológica. E não podia ser de outra maneira. Meus brinquedos, minhas brincadeiras, sempre giravam em torno do

Na Baixada, em 1976, adquiri muita força e junto com o povo comecei a fazer projetos. Em Nilópolis não havia esgotos, havia valas negras

Até que, em 1974, fiz meu primeiro enredo e assumi o posto de carnavalesco. Ganhei esse carnaval, que foi sobre a história da invasão francesa no Maranhão, e dei o campeonato para o Salgueiro. No ano seguinte, em 1975, o Salgueiro foi bicampeão com meu enredo *As minas do rei Salomão*. Já naquela época sentia a grande mudança que estava acontecendo no Rio de Janeiro, principalmente nas favelas.

Antes, éramos recebidos com toda a tranquilidade. Os ensaios do Salgueiro eram no morro, as famílias que moravam lá e os sambistas viviam em paz. Havia uma tranquilidade muito grande. Isso até 1973, aproximadamente. A partir de mais alguns anos, fui sentindo a mudança na Cidade Maravilhosa, onde até então se respirava paz e tranquilidade, onde não passava pela cabeça de ninguém ser assaltado ou ser morto. Não acontecia, não existia. O Rio de Janeiro era uma cidade tranqüila, belíssima, onde aconteciam grandes eventos. Era a capital federal. E pouco a pouco foi se transformando. E foi no morro que se sentiu mais essa transformação. A ponto de, em mais algum tempo, eu ver um garoto de 11 anos, que era o presidente da ala das crianças, transformar-se no maior bandido do morro do Salgueiro. Comecei a ficar preocupado.

Até que entendi que a palavra preocupação é formada de pré – que quer dizer antes – e de ocupação. E quem está antes de se ocupar, está desocupado. Então, cortei da minha vida a palavra pré. Não me preocupo, eu me ocupo. Foi o que eu quis fazer naquela época no Salgueiro. Quis me ocupar de algum trabalho social com as crianças, mas não fui entendido pela diretoria. Resolvi sair daquela escola numa época em que só ganhavam o carnaval as quatro grandes: Salgueiro, Mangueira, Império Serrano e Portela.

Você saiu porque eles não aceitaram fazer o projeto social?

Joãosinho Trinta – Não aceitaram. Então escolhi uma escola bem pequena, que só ganhava o último lugar: a Beija-Flor. Em 1976, fui para a Baixada Fluminense. Lá aceitaram que eu fizesse o carnaval e o trabalho social. Já naquele ano aconteceu o que espantou a todos. Uma escola pequena da Baixada ganhou o carnaval. Naquela época, a figura do carnavalesco não era conhecida porque tinha alguém mais

importante, o diretor de harmonia. Era o Natal da Portela; o Mestre Fuleiro do Império; o Laíla do Salgueiro. As honras do carnaval iam sempre para o diretor de harmonia, aquele que aos gritos arrumava a escola em uma hora com o que tinha e com o que estava lá. Com meus conhecimentos de Teatro Municipal, de montagem de ópera, de fazer organograma, modifiquei muito esse ritmo de fazer a escola de samba. E tem mesmo que ser planejado, como até hoje planejo. Não se pode fazer um espetáculo de 5 mil pessoas sem haver um planejamento do começo até o final. Esse meu *know-how* de montagem de óperas levei para a escola de samba. Houve a grande mudança, o grande crescimento das escolas de samba a partir daí.

Lá na Baixada, já em 1976, por termos ganho o carnaval, adquiri muita força e, junto com o povo, comecei a fazer projetos. Um deles foi o de mutirão, levando o povo para as ruas para plantar árvores e ajudar na instalação de esgotos. Em Nilópolis não havia esgotos, havia valas negras. Conseguimos fazer esse trabalho, que era obrigação da prefeitura. Mas o prefeito da época, como ainda hoje, só pensava em roubar. Levei o povo a trabalhar, a plantar hortas comunitárias e particulares. Fiz um trabalho muito grande com as crianças de rua, levando-as para dentro da quadra. Fiz bateria-mirim e grupo de mestres-sala. Organizei a escola-mirim da Beija-Flor. Fiquei em Nilópolis por 17 anos.

E por que você saiu da Beija-Flor?

Joãosinho Trinta – Resolvi sair para fazer o Flor do Amanhã, um projeto para criança de rua que era muito bem arquitetado, muito bem aceito. Tinha pessoas de alto nível junto comigo, isso foi em 92. Exatamente naquele ano aconteceu a Eco-92. E estava aqui o Dalai Lama, do Tibet, e o único projeto que ele quis visitar foi o Flor do Amanhã. Ele, como sempre, acompanhado de toda imprensa internacional, participou de uma solenidade muito bonita que fizemos com os Canarinhos de Petrópolis cantando em sânscrito. No final, ele me chamou numa sala reservada e disse, olhando nos meus olhos, que sobre aquele projeto recairiam forças malignas incomensuráveis. E que eu iria necessitar de muitas energias para superar essa avalanche. Eu, que conhecia a história do Dalai Lama, naquele momento duvidei da clarividência daquele homem. O projeto estava muito em pé, aplaudido por toda a imprensa. Ia muito bem. Como ele me dizia aquilo?

Quatro meses depois, fui chamado pelo governo italiano justamente porque uma deputada italiana que esteve nessa época aqui viu todo o projeto, ficou encantada e quando voltou nos indicou. Fui para lá, viajei no dia 9 de setembro. No mesmo dia, o juiz Liborni Siqueira fez



uma representação contra o Flor do Amanhã. Eu não estava aqui e não pude me defender. Aí a imprensa pintou e bordou.

Quando voltei ao Brasil, fui reconhecer as forças malignas de que o Dalai Lama tinha falado. Primeiro, a imprensa que tripudiou sobre mim com acusações feitas por bandidos. E sei porque fizeram isso: eu já tinha tirado mais de 200 crianças da rua e já havia conseguido instalações para mais 700. Elas tinham colégio, parque esportivo e alimentação. A imprensa se aproveitou, me malhou e eu nem tomei conhecimento, me acusaram. Essa era uma das forças. Uma segunda força maligna eram 500 instituições do Rio de Janeiro e que estão catalogadas num livro. 500 instituições que recebem muito dinheiro, muitos dólares para trabalhar com crianças de rua e que não fazem nada, não querem que se tire criança da rua. Por isto me combatiam, porque eu tirava as crianças das ruas. Porque com isso acaba o trabalho delas; acaba a mamata de todo o mês receber dólares e mais dólares. A terceira força, a Igreja Católica. Ou melhor, uma parte da Igreja Católica. Todos sabem que a Igreja é dividida em duas: há a Igreja progressista e há a outra comandada por D. Eugênio Salles [cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro], que criou um grande problema no carnaval de 1989 – o carnaval dos mendigos. A Igreja, a parte conservadora, com mandado judicial proibiu que eu saísse com uma criação artística, que era o Cristo mendigo.

A que você atribuiu essa atitude da Igreja?

Joãosinho Trinta – Eu não fiz o Cristo Redentor. Fiz o Cristo mendigo, da mesma maneira que foi criado no México o Cristo operário. O enredo pedia não o Cristo Redentor, não o Cristo plácido, mas justamente um Cristo que se identificasse com as mazelas do povo carioca, que eu estava expondo no carnaval e que não foi entendido por essa Igreja conservadora. Mas que foi muito bem aceito pela Igreja progressista. D. Paulo Evaristo Arns me encontrou na inauguração de um shopping em São Paulo, onde estavam presentes várias emissoras de televisão, e me abraçou dizendo que com aquele abraço estava me resgatando da maldade de parte da Igreja Católica.

Aquele grupo de instituições de *proteção à criança* do Rio de Janeiro e a imprensa fizeram, através de uma campanha terrível, acusações mais terríveis ainda para me arrasar. Mas eu fiquei quieto porque estava com a consciência tranquila. Sabia que em merda quanto mais se mexe, mais fede. Estava lutando contra forças poderosíssimas, então fiquei calmo. Superei tudo isso, porque o povo com sua sabedoria vê onde está a verdade. Acreditei na sabedoria do povo e consegui superar um dos períodos mais terríveis da minha vida. Não tão terrível porque, sobretudo, estava com a consciência tranquila e superei tudo isso. Continuei meu trabalho no carnaval, ganhei outros títulos e hoje estou na Grande Rio, também para fazer um duplo trabalho.

Quando você fala de instituições assistenciais que trabalham com crianças de rua, está falando das ONGs. Para você é esta intenção das ONGs, receber dinheiro e não acabar com o problema?

Joãosinho Trinta – Foi a minha verificação em 1992. Porque elas me combatiam quando eu estava retirando criança da rua. Não vou dizer nomes. Mas sentia isso quando procurava chamá-las para discutir o problema. Percebi várias entidades me combatendo e eu sem entender o porquê. Não posso dizer que foram todas, mas em algumas era muito clara a reação contra o meu trabalho.

E o projeto acabou?

Joãosinho Trinta – Ah, claro. Não podia mais continuar, mas os próprios garotos disseram – e isto está publicado no jornal O Dia – que se o Flor do Amanhã tivesse continuado não teria acontecido a chacina da Candelária, porque estariam protegidos pelo projeto. Acredito que as mortes daquelas crianças têm vários autores, não foram só policiais. Os que fizeram acabar o Flor do Amanhã são também autores. Mas esse é um capítulo passado que pretendo contar tinton por tinton num livro que só daqui a sete anos vou escrever.

Hoje estou em Caxias, onde fica a sede da Grande Rio, mas também onde está o depósito de lixo de todo o Rio de Janeiro. Além de fazer o carnaval sobre o Gentileza – uma contribuição de paz e de amor ao Rio de Janeiro – lá em Caxias também vamos trabalhar na parte social. Fui para lá anunciando que iríamos implantar vários projetos através da escola, entre eles o Do Lixo às Flores. Esse projeto, que já foi implantado na cidade de Guarulhos, em São Paulo, aproveita antigos aterros sanitários para a produção de flores, um dos dez produtos mais vendidos no mundo. Algumas famílias, que antes trabalhavam com lixo, passaram a trabalhar com flores. Tenho certeza de que quando a mídia souber que

flores estão substituindo lixo, as flores serão muito bem recebidas.

Outros projetos também estão sendo cogitados, como creches. O meu trabalho é de apoio à criança, ao jovem e ao idoso. Eu não gosto da palavra idoso, gosto da expressão *melhor idade*. A melhor idade é um movimento que está se processando em todo o Brasil, do qual sou padrinho. E eu estou em plena melhor idade, com 67 anos. Esses projetos começam a partir de março. Vou estar lá em Caxias porque o prefeito Zito me convidou para tomar conta de uma secretaria de apoio a crianças, jovens e idosos. É um trabalho muito grande, mas do tipo que eu gosto de fazer e vou realizar.

O que é a escola de samba para você?

Joãosinho Trinta – É uma manifestação profunda da cultura popular brasileira, através do carnaval e do samba, que são o espelho da alma brasileira. O samba é formado por três culturas: a do negro, a do índio e a do branco, nossas culturas primordiais. O samba é uma síntese dessas três culturas. Portanto, expressa perfeitamente a alma brasileira. O carnaval é uma cultura européia, mas que se plasmou e se identificou muito com a maneira brasileira de ser. Hoje o carnaval, que começou nas camadas mais humildes do Rio de Janeiro há dois séculos, desenvolveu-se. Das manifestações dos morros, das baixadas, o carnaval se transformou no maior espetáculo da Terra.

Houve uma grande mudança no ambiente das escolas de samba?

Joãosinho Trinta – Sim. E a principal razão é que o Rio de Janeiro também mudou. Tempo e espaço são duas coisas que devem ser muito consideradas porque provocam mudanças. Há tempos, o Rio de Janeiro se limitava ao Centro da cidade e a pequenos bairros, como o Santo Cristo e a Praça Onze. O Rio era muito menor, a população também. Todos trabalhavam no Centro e podiam acordar às 7h, tomar seu café, pegar o bonde e ainda chegar cedo no trabalho. Por exemplo, um morador do morro do Salgueiro chegava cedo ao trabalho, almoçava em casa e voltava ainda de tardezinha. Numa época em que não existiam televisão nem grandes divertimentos, esse morador do morro Salgueiro jantava e tinha bastante tempo para ir à quadra da escola curtir o que gostava de fazer, que era o samba. A escola era no morro, com uma comunidade pequena. Era uma escola muito miúda, muito pequena. Era um grande esforço fazer um carro alegórico. A fantasia era mais pobre. Mas, mesmo assim, acontecia porque havia muito amor e muita empolgação.



Na realidade, a única coisa que acontecia no morro era a escola de samba para desfilar no carnaval. Um carnaval totalmente diferente do de hoje. Porque o Rio de Janeiro foi crescendo. Aquela pessoa que trabalhava no Centro da cidade, que ia de bonde para trabalhar e voltava para almoçar, passou a trabalhar em Copacabana, Ipanema ou Leblon. O espaço – a distância – foi aumentando e o tempo, diminuindo. Hoje qualquer operário, qualquer trabalhador do subúrbio acorda às 4h, vai fazer sua marmita, pega duas ou três conduções, não almoça em casa e volta depois das 20h. Que tempo essa comunidade tem para se dedicar à escola de samba? Se não fosse a atual organização, o carnaval do Rio já teria terminado como já terminaram outras manifestações carnavalescas.

O carnaval do Rio, quando eu cheguei em 1951, tinha grandes sociedades, ranchos, escolas de samba, bailes em todos os clubes, banhos de mar à fantasia, frevos e blocos de rua. Havia uma quantidade de manifestações que se reduziu apenas à escola de samba. Hoje ainda existe a escola porque ela se organizou, senão já teria desaparecido.

As escolas se profissionalizaram?

Joãosinho Trinta – Claro. Porque era a única forma de se estabelecerem. O carnaval passou também a ser um movimento turístico. E nenhum turista agüentaria ver o mesmo espetáculo de 60 anos atrás, nem o carioca. Era muito frágil. Naquela época era interessante, mas quem iria hoje se sentar no sambódromo para ver uma escolinha pobre, sem carro, sem organização? Portanto, é romantismo barato pensar em antigamente. Hoje o Rio de Janeiro, uma cidade cosmopolita, só pode ter o carnaval na dimensão que tem. E ainda é falho. Esse espetáculo da escola de samba ainda pode melhorar muito.

Em que sentido poderia melhorar?

Joãosinho Trinta – A iluminação, por exemplo. Por que um espetáculo que é uma ópera de rua é iluminado com luz de estádio? É uma luz que ilumina toda a platéia e não o espetáculo. Isso pode melhorar no momento em que os homens que fazem o carnaval me escutam. Há 25 anos venho falando isso. Sou um homem de teatro, já montei várias óperas e sei que a luz é essencial. Qualquer idiota sabe que sem a luz adequada não há a magia do espetáculo. No Rock in Rio, por exemplo, o que se gasta mais é em iluminação. E o desfile da escola de samba não tem luz!

Nesse carnaval mais humilde que você descreveu já existia a figura do patrono?

Joãosinho Trinta – O jogo do bicho no Rio existia já no século XIX. O Barão de Drummond quis fundar o jardim zoológico e para isso

recebeu verbas do Império. Foi possível mantê-lo com dinheiro público até o fim do Império. Mas depois não havia mais como: Imagine manter um jardim zoológico sem verbas! Leão, elefante, tudo com fome. Então, o Barão de Drummond aceitou a sugestão de um italiano que tinha floricultura e todo dia fazia uma loteria com as flores, que fizesse o mesmo com os bichos. O Barão escolheu 25 bichos e fez uma loteria. A entrada custava 200 réis e o prêmio era de 2 mil réis. Isso num Rio sem atrativos, sem nada, seduziu muita gente – que ia ver os bichos e também tentar a sorte. Dessa maneira, o Barão pôde sustentar o jardim por muitos anos.

Mas logo surgiu o que chamo de *corretor zoológico*, o pessoal que fazia o jogo do bicho do Barão. Esse jardim zoológico ficava em Vila Isabel, existe até hoje, um bairro reduto de sambistas. O entrosamento entre o pessoal do samba e os banqueiros era local, veio naturalmente. Claro que eles ajudaram muito a erguer o carnaval, coisa que deveria ter sido feita pelo governo. Em qualquer país civilizado, o governo tomaria conta do carnaval. É uma grande manifestação do povo carioca e uma atração internacional.

Hoje o carnaval movimenta mais de R\$1 bilhão e dá 360 mil empregos por ano. R\$1 bilhão é muito dinheiro! O governo tira 50% da arrecadação do sambódromo, os outros 50% vão para as escolas de samba. E ainda cobra imposto sobre as escolas. É com o dinheiro da arrecadação do sambódromo, mais o direito de arena que as televisões pagam, uma contribuição da prefeitura e o lucro dos ensaios (venda de bebidas e camisetas) que as escolas de samba estão podendo fazer o carnaval. Quase não estão mais precisando do patrono. O bicho foi perseguido e caiu muito; bicheiros foram presos. Alguns patronos de escolas de samba ainda continuam pela sua liderança, porque foram eles que criaram a escola.

Qual a influência do tráfico de drogas na escola de samba? Você chegou a receber alguma oferta de traficantes?

Joãosinho Trinta – Não tenho conhecimento de que traficantes estejam presentes nas escolas. Mas houve oferecimentos quando eu estava no Flor do Amanhã. Houve também

Nenhum turista agüentaria ver o mesmo espetáculo de 60 anos atrás. Era muito frágil. Quem iria se sentar hoje no sambódromo para ver uma escolinha pobre, sem carro, sem organização?

ameaças. Três homens mascarados entraram lá enquanto eu estava viajando. O clima de violência não influencia as escolas porque não são mais feitas nos morros.

Como mantêm então a ligação com a comunidade?

Joãosinho Trinta – Mantêm porque algumas escolas são diretamente ligadas, embora muitas não sejam mais. Na época em que eu estava no Salgueiro, os ensaios eram feitos na rua porque a escola já havia perdido a quadra lá em cima do morro. É claro que mesmo assim uma parte da população do morro participa da escola, mas fica bem distanciada.

Hoje, as escolas de samba estão organizadas. Têm uma diretoria e uma comunidade que circulam e mantêm as raízes. Por exemplo, a bateria, a ala das baianas, a velha guarda, a ala de compositores são compostas por pessoas da comunidade. Os demais componentes são de várias classes sociais. Tem até estrangeiro. Coisa que eu não admito.

Seu enredo Ratos e urubus larguem minha fantasia – o carnaval dos mendigos – modificou o carnaval de alguma forma?

Joãosinho Trinta – Aquele carnaval marcou uma nova concepção, uma nova criatividade. Não modifiquei muito porque repetir um carnaval daqueles é quase impossível e até hoje, já faz mais de dez anos, não se repetiu. Funcionou muito pelo inusitado, principalmente, numa época em que a Beija-Flor fazia um outro tipo de carnaval.

O que você achou do enredo Kizomba da Unidos de Vila Isabel, vencedora do carnaval de 1988?

Joãosinho Trinta – Eu gostei, mas faço críticas porque esse carnaval só ganhou por causa do samba. Como carnaval era muito fraco, tanto que eu chamei a atenção da Liga das Escolas de Samba para o perigo pelo qual o carnaval passava. Se o samba continuasse a ganhar o carnaval, o desfile estaria ameaçado de decadência. Porque todos iriam pensar no samba, descuidando das alegorias, das fantasias e da evolução, como aconteceu com a Vila Isabel. O carnaval foi péssimo, mas o samba foi fantástico.

O luxo continua sendo a tônica dos desfiles das escolas de samba?

Joãosinho Trinta – Ao responder sobre luxo fico um pouco com o pé atrás. Eu, pelo menos, tenho usado muito mais criatividade do que luxo. O que se chama de luxo? Fazendas caríssimas e pedrarias?! Hoje não se usa mais isso. Os materiais atuais dão muito mais brilho e são muito mais apresentáveis do que fazendas caríssimas e pedrarias. Eu, que comecei a usar esses novos materiais justamente pelos efeitos que causavam, fui acusado de apresentar luxo. Mas as críticas ao meu trabalho me faziam rir. Enquanto estava usando materiais mais baratos, com criatividade, os críticos estavam dizendo que eu gastava muito. Ria porque estava enganando aos que me criticavam justamente com o espírito carnavalesco, que é uma brincadeira. Eu estava brincando enquanto os críticos estavam me criticando; o que me levou a dizer: “o povo gosta de luxo, quem gosta de miséria é intelectual”. O povo estava satisfeito com o carnaval que vinha sendo apresentado. O povo sonha. Em três dias, tem direito à brincadeira e à fantasia. É a tradição!

Dizem que o carnaval e o futebol são o ópio do povo. Mas não são ópio, não! Foi só com o carnaval que pude fazer todo aquele movimento social em Nilópolis. Foi só com o carnaval que pude lançar muitos enredos altamente culturais. É com o carnaval que se pode manter uma comunidade agregada a uma escola de samba. E com isso realizar muitas coisas positivas que não são do conhecimento do público.

Por exemplo?

Joãosinho Trinta – A Mangureira está desenvolvendo um projeto belíssimo. Na Viradouro tem um projeto odontológico que já atendeu mais de 30 mil crianças. Em Caxias vou começar um projeto enorme. Eu teria forças para fazer isso se não fosse através da escola de samba? Jamais.

Como definir a produção de encantamento e magia que está por trás do olhar do carnavalesco?

Como saber o que um enredo vai provocar na avenida?

Joãosinho Trinta – Definiria citando a Bíblia: “nem só de pão vive o homem”. O sonhar, o se divertir e o alimentar as emoções são também necessidades viscerais.

Justamente por ser povo e procurar entender o povo é que ousou fazer o que faço. Tenho experiência de que o inconsciente coletivo das classes populares é muito mais rico do que imaginamos. O povo brasileiro é o somatório de culturas. Começamos com o índio, o branco e

O povo sonha. Em três dias, tem direito à brincadeira e à fantasia. É a tradição. Dizem que o carnaval e o futebol são o ópio do povo. Mas não são ópio, não

o negro, mas hoje o Brasil é o caldeamento de todo mundo. Ouso dizer que a civilização brasileira é uma civilização-síntese: somos formados de todas as etnias, de todos os povos do mundo. No Brasil está se fazendo uma raça-síntese. Somos 169 milhões de misturas étnicas. Somos a civilização-síntese porque na América do Norte nenhum negro se mistura com branco – uma grande besteira. Aqui, felizmente, o português pegou logo a índia, a negra e foi nos fazendo. E os portugueses já vieram misturados com os árabes. Eu, por exemplo, tenho descendência árabe.

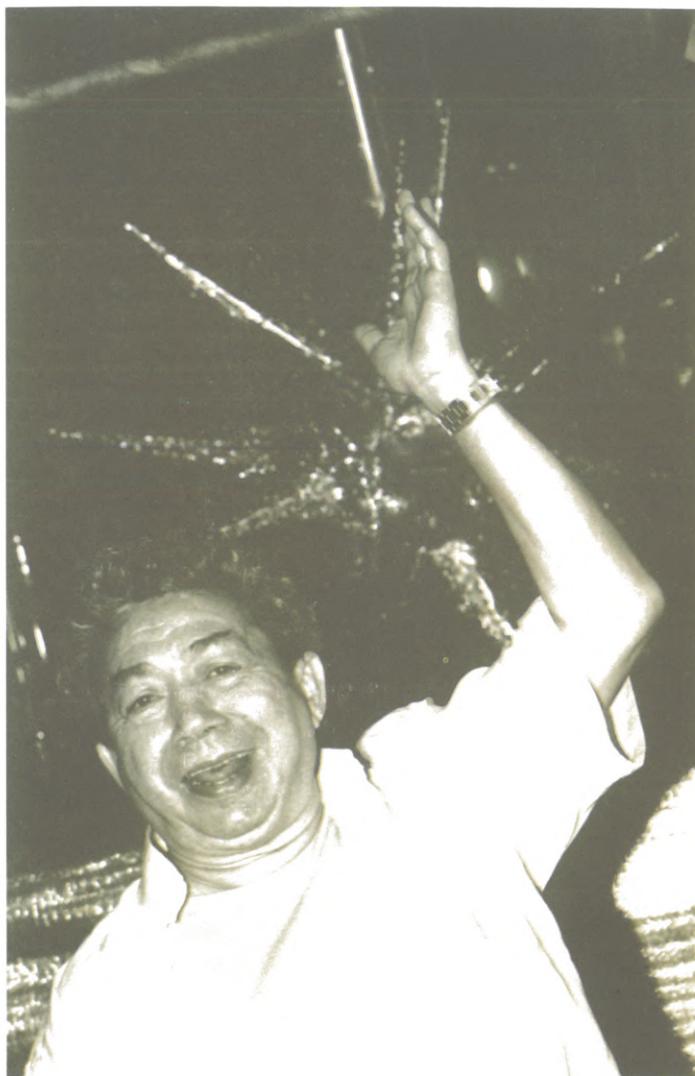
Agora, imagina esse povo, que guarda no inconsciente coletivo todas essas imagens do passado, o que não é capaz de fazer? Garanto que se eu fizer um enredo complicado sobre a Polônia, o filho de um descendente de poloneses vai entender. Mesmo que seja uma criança entenderá as imagens e as heranças trazidas pelo pai. Quando o homem dança e canta, movimentam seus neurônios. Quando recebe informações, recebe histórias. Em tudo isso há um processo mental que vai mexer em coisas surpreendentes. É o que eu tenho de experiência. Tenho mexido com o inconsciente coletivo que surpreende. Enquanto o povo entende, o intelectual que tem barreiras, às vezes, não entende.

Qual a relação entre o poder constituído e o carnaval carioca?

Joãosinho Trinta – Se os governos brasileiros fossem mais hábeis estariam aproveitando muito mais o carnaval exatamente como fonte de renda. Porque o carnaval carioca é o único evento que traz turista ao Rio de Janeiro. O governo deveria assumir sua função de gerenciar os negócios no Brasil, mas está desatento com o carnaval. Por exemplo, deveríamos estar num local muito melhor do que esse barracão – que não nos foi dado, invadimos. Os governantes deveriam dar mais verbas. E teriam que cuidar mais da cidade. A relação do poder com o carnaval ainda é muito frágil.

Havia um projeto de transformar a Zona Portuária, onde ficam armazéns e barracões das escolas de samba, em um pólo cultural. Também está em discussão uma proposta de trazer o Guggenheim para essa mesma região.

Joãosinho Trinta – Há anos estão cogitando fazer isso. Não se sabe para quando nem como. Seria muito bom transformar esse local num grande centro turístico. Já temos o elemento carnaval. Fora os dois dias de desfile, o turista que vem ao Rio – conhecido mundialmente como a cidade do carnaval – não tem nada para ver, não vai a shows ou a museus.



Quanto ao Guggenheim, você acha que eles vão botar carnaval lá? A Helena Severo, secretária de Cultura do governo passado, até declarou que não gosta de carnaval!

Como surgiu a idéia de fazer um enredo sobre o profeta Gentileza?

Joãosinho Trinta – O enredo 2001 da Grande Rio se chama Gentileza X – o profeta do fogo. É um hino de amor, de fraternidade para o Brasil, para o Rio e para o mundo também. A inclusão de um X no título foi uma decisão da minha numeróloga. E se quiserem explicações sobre isso terão que procurá-la porque, embora no meu nome eu tenha um número, não sei numerologia.

Mas a idéia veio mesmo da necessidade de engrossar esse movimento contra a violência. Ao raiar do Terceiro Milênio, em plena Era de Aquário, no ano 2001, o homem avança para o espaço sideral e tão perto de nós há uma onda de violência, de miséria, de injustiças. Tantas mazelas não são mais compatíveis

Gentileza era um pregador. Um homem que diz que gentileza é a maior das virtudes porque gentileza gera gentileza, gera amor, gera bondade, gera riqueza, gera natureza, é um sábio em quem se deve prestar atenção

com a nossa época, e no entanto cada vez aumentam mais.

O poeta Marco Antônio Saraiva, no prefácio do livro sobre Gentileza, compara a Idade Média com a época atual, chamando de Idade Mídia. Estamos vivendo, como acontecia na Idade Média, um confronto de forças e de poderes enquanto o povo fica na miséria sofrendo. Desenvolvemos um enredo que mostra desde o circo romano, passa pela Idade Média e vai até a era espacial.

Você conheceu o profeta Gentileza?

Joãosinho Trinta – Não tive contato direto com ele. Apenas me aproximava quando o via nas ruas e ficava escutando o que falava. Lembro muito bem de um dia quando peguei um ônibus, ele subiu atrás. No primeiro banco tinha uma menina vestida de minissaia. Ele começou a pregar, a falar tudo o que pensava a respeito da minissaia, dos costumes. Era muito interessante o seu linguajar, as suas expressões. Eu prestava muita atenção ao que ele dizia.

Ele apareceu nas ruas do Rio de Janeiro na década de 60. Em 1961, houve um grande incêndio num circo americano em Niterói que matou 500 pessoas. Quando isso ocorreu, espíritas disseram que tinha sido um resgate cármico de vidas passadas da Roma pagã, quando imperadores, senadores, cortesãos e o povo participavam de espetáculos terríveis nos circos romanos: cristãos, santos, profetas eram jogados na arena para serem devorados pelos leões. Foi isso que causou a lei do carma – a lei de ação e reação – e veio a se cumprir nesse incêndio em Niterói.

Depois dessa tragédia, José Datrino, que era um homem do povo, um empresário bem-sucedido, ficou muito abalado. No sexto dia depois do incêndio, começou a escutar vozes que diziam que ele tinha uma missão a cumprir na Terra. No sétimo dia, abandonou casa, família, vestiu uma túnica branca e sandálias e foi para Niterói. Lá, no local do incêndio, plantou flores e distribuiu vinho. Aquilo, como ele escreveria depois, era a ressurreição de um mundo destruído. Falava também que o vinho

representava um momento de alegria. Creio que naquele momento ele solicitou a todo mundo que agisse com gentileza. Daí por diante, começou a peregrinar pelas ruas do Rio de Janeiro dizendo sempre que a maior de todas as virtudes era a gentileza. Ele dizia: "gentileza gera gentileza, gera beleza, bondade, amor, riqueza e natureza". Ele andou pelo Brasil inteiro e acabou escrevendo nas 55 pilastras do viaduto do Caju toda a sua sabedoria, todos os seus pensamentos. Faleceu em 1996.

Junto com Zezé Motta, você é padrinho do movimento Viva Gentileza. Qual a origem da iniciativa?

Joãosinho Trinta – Gentileza está crescendo na admiração, pelo carisma e por sua peregrinação por todo o Brasil. Muitas personalidades estão reconhecendo isso. Marisa Monte escreveu uma música reclamando que a Comlurb [Companhia de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro] tinha pintado as colunas em que ele havia deixado seus pensamentos. Depois, o professor da UFF Leonardo Guelman lançou o livro *Brasil: tempo de gentileza*, baseado em uma dissertação de filosofia. Várias pessoas começaram a se interessar e já há projetos de filmes e vídeos sobre ele. De tudo isso surgiu esse movimento de resgate do profeta Gentileza, que está ligado a um movimento que prega a paz no Rio de Janeiro.

Qual a importância de Gentileza para a cidade do Rio de Janeiro?

Joãosinho Trinta – Era uma figura carismática e muito popular. A importância dele está se dando agora, com esse levantamento do que falava. Ele era um pregador. Um homem que diz que gentileza é a maior das virtudes porque gentileza gera gentileza, gera amor, gera bondade, gera riqueza, gera natureza, é um sábio em quem se deve prestar atenção. Considero o trabalho dele nas pilastras formidável: fazer inscrições em 55 pilastras da Avenida Brasil é algo deslumbrante. E ele não escreveu de qualquer maneira, também na sua forma de escrever há significados. Escrever amor com três rres – *amorrr* – significa que o amor existe em três planos: o espiritual, o mental e o terreno.

Há uma coincidência nisso tudo, porque o nome dele, José Datrino, vem do italiano e quer dizer José da Trindade. No próprio nome já estava embutido o pensamento que ele desenvolveria sobre a Santíssima Trindade, sobre os três planos. Gentileza conhecia esse pensamento da trindade: do Pai, do Filho e do Espírito Santo. E apoiava essa trindade num quarto elemento: Nossa Senhora, o aspecto feminino da obra de Deus.

Você é um homem religioso?

Joãozinho Trinta – Se pegarmos o sentido da palavra religioso, que vem de *religare*, tornar a ligar, o que faço é tentar sempre me religar a coisas que são superiores, a esfera divina, no sentido exato da palavra divino: o que há de vir, tudo que seja futuro, tudo que seja evolução material ou espiritual. Então, nesse sentido, sim. Mas não sou religioso no sentido de estar ligado a Igrejas. Fiz um estudo de comparações entre as religiões e vi que todas têm uma mesma verdade, embora com imagens e palavras diferentes.

Ainda há sonhos que você queira realizar?

Joãozinho Trinta – E como. Ver o Brasil melhorar é sonho de todos nós. Tenho sonhos coletivos. Acho que todo mundo pensa num Brasil melhor, num país civilizado, num país sem corruptos, sem sem-vergonhas. Por aí passa um pouco dos sonhos.

Outro é começar vários projetos em março, em Caxias, mesmo que não seja de maneira total. No momento em que faço um projeto,

como esse no qual vou tirar gente do lixo e plantar flores, já estou realizando um pedacinho dessa aspiração. Porque sonho grande se faz aos pedaços, cada um fazendo um pouco.

Você disse que vai escrever um livro daqui a sete anos. Por que sete anos?

Joãozinho Trinta – Pergunta isso quem ainda está longe de ter 67 anos. Quando se chega à metade de 67 anos, percebe-se que o tempo tem uma outra dimensão e que nós devemos administrá-lo. Se estou fazendo planos para daqui a sete anos é porque já tive muitos períodos de sete anos e sei o quanto é curto. Isso só a experiência dá.

Você era um menino que fazia os próprios brinquedos. Como se sente o menino depois desse tempo todo ainda criando seus brinquedos?

Joãozinho Trinta – Criança, criando e dando presentes. Porque fazer carnaval é um ato de doação. Estou doando o que eu tenho, o que eu sinto, o que sei fazer. ■

Participaram desta entrevista: Cândido Grzybowski, diretor-geral; Iracema Dantas, coordenadora de Comunicação e editora da revista; Marcelo Carvalho, subeditor da revista; Jamile Chequer, subeditora do Jornal da Cidadania; e Silvana Claudio, editora do IbaseNet

Fotos: Marcus Vini



Quem ganha e quem perde no futebol

Desde que a seleção brasileira começou a ganhar Copas do Mundo, descobriu-se que era nos pés, não na cabeça, que se manifestava a superioridade do homem brasileiro. O neofascismo tupiniquim identificou a seleção como motivo do orgulho nacional, a pátria de chuteira. Seu verde-amarelismo, do *Ame-o ou deixe-o*, coroou a patriotada patética. Os filhos de Goebells, gênios da publicidade, sempre a postos para servir a quem lhes pague mais, fizeram confundir a nação, juridicamente destroçada, com a seleção vitoriosa. O poder confirmava, a um só tempo, a eficiência da propaganda na ascensão nazista e o poder do futebol – coisa de preto e pobre – para soerguer a auto-estima.

Enquanto na TV, os anúncios asseguravam que, com os militares no poder, o país encontrara o caminho da paz e da prosperidade, homens fardados, ou seus prepostos, dirigiam o futebol. Impunham e dispunham dos clubes nos campeonatos; de jogadores e treinadores na seleção. Com o povo afastado das paixões políticas desde a morte de Getúlio Vargas, a *catarsis* redentora deslocou-se para os estádios – muitos construídos à época da ditadura. E a paixão cega se apossou de todos. O mais sanguinário dos generais-presidente freqüentava estádios; era ovacionado e considerado popular. Circo e circo. Pois faltava pão.

Mais tarde, surgiram as torcidas organizadas. Como exército brancaleone, hordas truculentas e incontroláveis tomavam arquibancadas, ruas e praças, predispostas a escaramuças, brigas, violência e até assassinatos. Cada torcida exigia a vitória do seu time a qualquer preço, independentemente do

saldo de feridos e/ou mortos nas batalhas campais. Pelo figurino fascistóide de então, era vencer ou vencer. Derrota, jamais.

Hoje, são outros os tempos. De globalização, privatização e mercado. De dinheiro farto para poucos e miragem de oportunidades para muitos. O futebol tornou-se um grande negócio. Político e comercial. Atletas espalham-se pelo mundo ameaçando fortunas e fama. Treinadores compram passes de jogadores, aceleram-lhe as carreiras, e os impõem à seleção. Torcidas elegem dirigentes esportivos para altos cargos nos legislativos e executivos. Tornam-se autoridades nacionais. Têm imunidades, não devem explicações, pairam acima do bem e da lei.

Os torcedores, que enchem os estádios, pagam os ingressos. Mas, hoje em dia, isso é pouco dinheiro. É preciso muito, muito mais. As emissoras de televisão pagam para transmitir os jogos. Mas isso é pouco dinheiro. É preciso muito, muito mais. Pelo que dizem os dirigentes, o futebol ficou insaciável. Consome montanhas e montanhas de dinheiro. Tanto que os clubes viram-se obrigados a se transformarem em empresas.

O torcedor paga, torce, empurra o time para a frente, o time ganha o jogo, os jogadores ganham gratificações, a empresa prospera. Os torcedores, porém, seguem se acotovelando e se esmagando, em estádios-caldeirões e estádios-alçapões. Se há um acidente, e o torcedor ferido é atendido no gramado, o dirigente expulsa-o, para que a partida prosiga. O torcedor é um estorvo.

E surgiram também as empresas esportivas. Ainda mais ricas que os clubes, fazem intermediação de negócios, de patrocínios, além de administrar campeonatos e torneios. Compram e vendem passes de jogadores, reproduzindo as regras do tráfico de negros à época da escravidão e as da servidão voluntária, de que falava Boécie. Seus negócios envolvem tanto dinheiro que pelo menos um banco já tem o seu Departamento de Negócios do Futebol. E, para alcançar mais público para seus anúncios, há as que compram tempo na TV que, por sua vez, impõe aos jogos, horários e calendários de sua conveniência.

No vôlei e basquete, clubes já vendem até o próprio nome. A palavra de ordem é: se rola uma boa grana, às favas com os pudores, nomes e tradições. Os times passam a ter o nome do produto ou da empresa. Seja sabonete, banco, produtos alimentícios ou perfumaria. Há casos em que se compra até a torcida. Toda a arquibancada ganha o mesmo uniforme dos jogadores, com cores e logomarca da empresa. O torcedor não sabe que seu coração e sua empolgação entraram na mesa de negociação. Que nome dar a isto: manipulação da paixão? Um novo nicho de marketing?

A TV, como empresa privada, precisa vender cotas publicitárias para cobrir os custos da transmissão. Os anúncios são exibidos não apenas antes e depois da partida, mas, sobretudo, durante. A narração é, então, entrecortada. Na cobrança de laterais, tiros-de-meta, faltas etc – o narrador chama o anúncio dos cotistas, que entra em áudio e vídeo. De sua parte os clubes cobram mais pelo espaço publicitário na camiseta dos jogadores – afinal, não é apenas o público do estádio que verá, mas os milhares ou milhões de espectadores da TV. Se as cores do clube não deixam nítida a logomarca do patrocinador, muda-se a proporção de cada cor do clube, deixando área maior para a que dá mais contraste ao nome do anunciante. Alguns já vendem espaços em calções e meias. Há quem pensa retornar aos antigos uniformes, que tinham gorro – é sempre mais um espaço para se negociar. Em pênaltis, faltas, laterais e algumas defesas do goleiro lá está a marca da bola, em close – em troca, bolas de graça para treinar. O boné e as chuteiras são contratos privados dos jogadores, que ganham para usar determinada marca, algumas de cores berrantes – que, na TV, aparecem mais do que a bola. Se os pilotos da Fórmula 1 podem, dizem eles, por que não os jogadores de futebol?

Esmagada como sardinha, os miolos cozinhando debaixo do sol quente, a torcida grita e pula, quase solta as vísceras pela boca. É a única a por a alma em jogo, a única a vestir a camisa. O resto é profissional – ou seja, uma outra instância de envolvimento: “Não se vai jogar apaixonado, isso é coisa de torcedor. Não se vai correr o risco de contusão

numa dividida. Ninguém quer ficar fora da seleção. Cada um quer mostrar seu futebol na Europa. E depois, o adversário é colega de profissão; amanhã poderão estar no mesmo clube. Nem se vai correr mais que o necessário; o campeonato não acaba com um jogo, haverá muitos outros. Se a diretoria quiser mais empenho, que aumente a gratificação.” Profissional só se mexe por dinheiro. E há muito dinheiro para quem quiser se mexer.

No entanto, a verdade precisa ser dita. O futebol evoluiu muito do ponto de vista tático. Hoje usam-se mais as laterais do campo... para anúncios sofisticados, em cores, que giram e mudam os dizeres. Claro que o jogador embalado tem que ter reservas de energia para saltar antes de se estabacar. Assim como atrás dos gols. Às vezes, não sobra espaço para bater o córner. Além de mais anúncios, lá estão as ambulâncias...com letreiros enormes. Se focalizam o placar eletrônico, olha lá o anúncio piscando! E, antes de qualquer tomada aérea, entra em quadro o dirigível, ou helicóptero, com os devidos anúncios O céu não é o limite.

Há ainda lugares para anunciar. No próprio gramado, no uniforme do juiz, dos auxiliares, e nas suas bandeirinhas; nos uniformes imaculados dos homens da padiola e no carrinho que retira os feridos do gramado; nas bandeiras do córner, nas traves, no travessão, nas redes, nas arquibancadas, nas grandes bandeiras da torcida, no uniforme dos PMs, e mesmo nas roupas dos torcedores – basta que a entrada só seja permitida aos que usam o uniforme do patrocinador. Ao invés do grito apaixonado e pouco rentável da torcida, pode-se criar jingles com os produtos dos patrocinadores, um para cada emoção do jogo. Não é o que faz o Silvio Santos com as suas colegas de trabalho?

Na arquibancada, como sempre, a torcida, na sua paixão cega, continua gritando, brigando e se matando pelas cores de seu clube. Seduzida e abandonada.

Dia desses, vi um desenho da bandeira brasileira. No lugar de Ordem e Progresso estava escrito: *Anuncie aqui*. Isso quer dizer alguma coisa. Ainda não sei bem o quê. ■

Governança

conceito dúbio, política firme

No fim dos anos 80, a palavra *governança* surgiu no Banco Mundial no meio da ação e da elaboração doutrinal, marcada por uma série de balanços – em geral negativa – e de reflexões sobre o ajuste estrutural feito depois de 1980. O conceito apresentado, tentativa de relançar uma máquina operacional bastante contestada, procurava tratar com mais cuidado o quadro institucional de ajuste, que enfrentava muitas resistências na época.

A questão era muito importante para os economistas neoliberais do Banco que, no início daquela década, eram claramente keynesianos: os grandes fracassos na execução dos planos de reformas estruturais, macroeconômicos e setoriais, julgados indispensáveis para abertura generalizada dos mercados, eram creditados à incompetência institucional dos países em desenvolvimento. Não se cogitava colocar em dúvida o modelo operacional. Era necessário exteriorizar as causas das distorções entre um projeto e uma realidade, cuja opacidade só crescia. Por causa disso, era necessário extrair do imaginário sociopolítico um modelo de governo que oferecesse um quadro de funcionamento adequado aos mercados. O conjunto seria legitimado pelo renovado objetivo de luta contra a pobreza.

Este artigo foi publicado em: Les annales de la Recherche Urbaine n° 80-81 – Dezembro de 1998

Tradução: Lourdes Grzybowski

Colocada dessa maneira, com tal objetivo envolvendo um processo que se reforçaria no decorrer dos anos, na interface da reflexão e da ação, a proposta é marcada por grande ambigüidade, fonte de confusão. Confusão essa reforçada pelo fato de que, no trabalho de disseminação que se segue ao lançamento do conceito, há forte acompanhamento ideológico para legitimá-lo e, sobretudo, para legitimar o modelo operacional tanto na sua aplicação como na sua elaboração.

Sem dúvida isso explica porque a elaboração do conceito de *governança* foi objeto de atenção sem precedentes por parte do Banco Mundial. O fato pode ser constatado nas minúcias do trabalho produzido, nos cuidados para sua difusão, no apoio dado às reflexões paralelas (como a de D.C. Martin: *The cultural dimensions of governance*, trabalho apresentado na Conferência Anual do Banco Mundial sobre o Desenvolvimento Econômico, em abril de 1991) ou em apoio ao funcionamento do modelo operacional (por exemplo, o texto de L. Frischtak, *Governance capacity and economic reform in developing countries*, publicado pelo Banco – technical paper nº254, em junho de 1994). É constatado também no apoio dado aos programas de pesquisa aplicada, como o de R. Stren sobre o *Urban governance*, de 1993, com financiamento da Fundação Ford, no quadro de seu programa Pobreza Urbana.

A elaboração do conceito é orientada por duas premissas:

- a relação casual explicitamente estabelecida entre a gestão pública – a *governança* – e a liberalização completa da economia. É o que destaca o presidente do Banco Mundial, Conable, no prefácio do texto *Managing development: the governance dimension*, tornado público em 29 de agosto de 1991. Ele reafirma as proposições de base: “uma gestão do setor público eficaz e transparente é um ponto crucial de eficiência ao mesmo tempo dos mercados e das intervenções governamentais – e portanto do desenvolvimento econômico”;
- a contradição é explicitamente enunciada pelo Banco Mundial. Ao julgar que a estabilidade política e a gestão econômica sadia são pré-requisitos para o desenvolvimento, o Banco afirma que, em conformidade com seus estatutos, não leva em conta em suas decisões considerações políticas.

Mas descobre também que “este delicado equilíbrio foi posto em questão recentemente quando a performance econômica começou a cair em inúmeros países em desenvolvimento”¹.

A partir de então, para poder controlar melhor as políticas de reformas e evitar ser acusado de ingerência, o Banco Mundial inventa o conceito de *governança*, bem substancial ao ajuste estrutural, como diz claramente I. Shihata: “O interesse crescente do Banco Mundial pelas questões de *governança* nos países credores representa um último passo lógico na sua crescente implicação em uma política de reforma através dos empréstimos de ajuste, que foram levados até os setores sociais”.

Assim, recorrer a um vocábulo tido como novo se explica pela necessidade, apenas camuflada, de intervir no campo político (entendido como o lugar de poder), mas tecnicando ao máximo. Postura internacional de delicadas negociações diplomáticas assim o obrigam. Com a necessidade cada vez mais imperiosa de ajuste estrutural, é fundamental reforçar as reformas econômicas no plano das normas, das regulamentações/desregulamentações, mas também das finanças públicas, da administração, da função pública, o que implica luta contra a corrupção, direito de conferir as escolhas orçamentárias, a reorganização dos serviços públicos e, finalmente, o tipo de governo. A postura adotada permite aos responsáveis pelo Banco serem mais evasivos a propósito de questões como gestão democrática e descentralização.

Versões para todo gosto

O *Webster's Unabridged Dictionary* tem uma definição clássica, abrangente, de *governança*, termo até então em desuso: “o exercício da autoridade, do controle, da administração, do poder de governar”. Já o Banco Mundial, no *Managing development: the governance dimension* (1991), tem uma versão modernizada e, sobretudo, mais de acordo com seus objetivos: “a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos econômicos e sociais de um país em vias de desenvolvimento”. Trata-se aqui de um empréstimo à economia institucional, na época em grande desenvolvimento nos Estados Unidos, para o qual a *governança* é o quadro institucional que permite maior controle dos custos de transação.

¹ Cf. Shihata I. (juiz, vice-presidente do Banco na época), *The World Bank in a changing world*, Ed. Martinus Nijhoff publishers, Dordrecht (Holanda), 1991, 490 p. O capítulo II, “The World Bank and ‘governance’ issues in the borrowing members”, mostra a doutrina oficial do Banco sobre a matéria.

Quanto mais nos aproximamos da formulação de novo modelo de ação, mais a definição tenta exprimir um conceito operativo. Para R. Charlick (*senior governance expert* para *Africa bureau democracy and governance project* da Usaid) "a governança é a administração imparcial e transparente dos negócios públicos, através da criação de um sistema de regras aceitas como constituindo a autoridade legítima, com a finalidade de promover os valores sociais visados por indivíduos e grupos". É mais ou menos um modelo ideal de democracia que não diz seu nome. O objetivo é aplicar ao corpo social dos países em desenvolvimento o modelo da *corporate governance*.

A palavra e o seu conteúdo não foram apropriados imediatamente pelos francófonos do Banco Mundial. Na versão francesa de um relatório de 1989 sobre a África (cf. *infra*), encontram-se várias traduções aproximadas do termo, que têm relações umas com as outras mas que, é evidente, não são permutáveis: "métodos de governo" (p.18), "poder político de dirigir os negócios de uma nação" (p.73), "uma boa administração" (p. xii). A extensão do conceito é incerta, vai do menor – a administração – ao maior – o poder político –, o que marca uma grande ambivalência na forma e no conteúdo operativo da *governança*, e torna bastante problemática a recente tradução francesa do termo: *gouvernance*².

Good governance?

A temática da *governança* em relação ao desenvolvimento económico surgiu em 1989, a partir das discussões levantadas pelo estudo de prospectiva a longo prazo sobre a África Subsaariana. Constatando os repetidos fracassos de ajuste no decorrer da década de 80, os especialistas do Banco recomendaram agir sobre o próprio quadro político institucional para fornecer condições adequadas ao desenvolvimento. O debate foi ativado também pelas rápidas mudanças políticas feitas no leste europeu, na América Latina e em certas partes da Ásia e da África. O período é marcado por uma renovação da esperança democrática, acompanhada de uma reflexão sobre a transformação do papel do Estado ("menor participação do Estado, melhor Estado", diz o presidente senegalês Abdou Diouf), e se traduz pela recomendação de criar dispositivos administrativos e regulamentares mais ágeis para o

desenvolvimento e de dar responsabilidades maiores ao setor privado; diminuir a intervenção direta do governo na produção e na atividade comercial e, principalmente, descentralizar o poder. É o período de descentralização em vários países, sem uma preocupação com o nível de centralização anterior.

Tudo isso é associado a difíceis reformas económicas em quadro de ajuste global que exige habilidade dos governos para chegar ao consenso político. É ressaltado que o Banco, pela sua função, está envolvido nesse vasto processo de reforma, levado a abordar cada vez mais as questões de administração económica, inclusive aquelas relativas ao quadro legal, aos sistemas de intercâmbio de mercados e à responsabilidade financeira que se situam na interface das esferas económica e política.

Há pouco tempo que, aos olhos do Banco – mesmo nas sociedades que fizeram um esforço maior de abertura de mercado – só o Estado pode oferecer dois tipos de serviço público: trata-se de regras que permitem ao mercado funcionar com eficiência e, em certos casos, de intervenções que corrigem falhas do mercado. Além disso, o Estado deve ter papel-chave no fornecimento de serviços como educação, saúde, infra-estrutura essencial, em particular quando tais serviços são destinados aos pobres e não são oferecidos pelo setor privado. Mas, para financiar tais despesas, o Estado tem necessidade de recursos, principalmente, fiscais e de agentes para os coletar, o que requer sistemas fundados na responsabilidade³. Para que o conjunto do dispositivo funcione, é preciso transparência. Tudo isso permite legitimar a luta contra a corrupção. Portanto, para que a administração seja mais eficiente, é preciso que seja, sem dúvida, mais competente, mas também, e sobretudo, mais moral.

Do papel do Estado no mercado à ética de governo; como se vê, a extensão do conceito é ambiciosa. Ainda mais que o modelo operacional decorrente supõe reformas institucionais profundas. Nenhum nível será poupado. As cidades, as metrópoles económicas, as cidades portuárias e as capitais administrativas são um trunfo cada vez mais decisivo para a economia liberal e, rapidamente, será anunciado o tema *governança urbana*, junto com o da descentralização.

Para o Banco Mundial, um conjunto de regras de moral pública vai formar o fundamento da *governança* e delimitar o campo da

política na administração. Mais precisamente, no caso da África, será legitimada dessa maneira a luta contra o Estado patrimonial no qual, para o Banco, faltam os elementos fundamentais: a responsabilidade, o estado de direito, a honestidade e a transparência. Entre a economia e a política, o rigor da análise e a ideologia, a prescrição pela ação e a moral, a fronteira se torna – de propósito? – mais do que confusa.

O domínio da economia política de ajuste é aquele no qual o Banco inscreve explicitamente o conceito de *governança*. No decorrer dos anos, aliás, o Banco reconhece publicamente que o ambiente político é tão importante, ou mais, que o quadro físico e institucional para incentivar o crescimento e o desenvolvimento. Concorda, por isso mesmo, que estava otimista demais no início do ajuste sobre a possibilidade de regradar tudo pelas reformas econômicas. Mas qual é a consistência dessa economia de ajuste?

“Para garantir a capacidade de trabalho dos países credores, a *condicionalidade* é centrada sobre as mudanças institucionais na administração econômica e financeira, na reestruturação setorial e nas reformas políticas setoriais, no aumento da eficiência da administração do setor público. Isto significa: reduzir o número de funcionários, reestruturar os ministérios, liquidar, reestruturar ou vender empresas públicas, privatizar os serviços públicos. Mas não se pode ignorar que essas medidas podem exigir importantes mudanças legislativas, em particular na regulamentação do trabalho, dos investimentos, da taxação e, de maneira geral, o que se tornou *the enabling business environment*, isto é, a criação de um quadro favorável ao desenvolvimento das empresas.

A condicionalidade também evoluiu de medidas macroeconômicas até reformas detalhadas que afetam a própria administração pública e, algumas vezes, o próprio quadro legislativo. Essas questões entram direto na rubrica geral de *governança*, mas são apresentadas como estritamente ligadas ao imperativo de fazer vitorioso o ajuste: o RAL II (*Report on Adjustment Lending II*, março de 1990), mesmo chamando a atenção do Banco contra um desvio no campo político e reafirmando que deve evitar tudo o que poderia ser taxado por ingerência, considerou que o custo de um fracasso era muito grande para os países credores e para o Banco, para que ignore

a contribuição que representa uma melhor compreensão da realidade da política econômica de ajuste⁴.

Vê-se que a ambivalência é completa. *Governança*, em seu pleno sentido, cobre a maneira segundo a qual uma sociedade é administrada e dirigida, o que inclui a elaboração e a administração de dispositivos legais em matéria de controle político e também as questões econômicas relativas à administração dos recursos da comunidade. Existem, portanto, fortes ligações entre os termos *governança* e *economia* e, mais ainda, entre *governança*, *políticas* (no sentido anglo-saxão de *policies*), e *política*.

Para contornar a dificuldade, só falaremos de *good governance*, pois não é a *governança* que é boa, é uma evidência que deverá ser imposta, como deverão se impor a todos as regras de mercado. O que é menos evidente em um ponto essencial que constitui a *good governance*: a existência de um estado de direito. Todavia, isso é entendido em um sentido preciso como “um sistema de regras que devem realmente ser aplicadas, e de *instituições* que realmente funcionem e assegurem uma apropriada aplicação dessas *regras*”.

O que não é dito é que esse modo de administração não pode ser instalado em qualquer tipo de estrutura de poder e de governo. Mas aqui o problema é devolvido aos responsáveis dos Estados, objeto de reformas que vão até a revisão de seus princípios. Os Estados bem que viram a transformação fundamental de seus sistemas de governo como ingerência.

Para vencer as resistências o Banco mantém uma atitude decidida. Afirma poder ajudar, se for requisitado, a elaborar políticas de governo. Mas “é igualmente livre para condicionar a anuência de seus préstimos à adoção de políticas econômicas aprovadas”⁵. Assim, mesmo com a concordância sobre suas regras e instituições, isso não deve ser visto como um quadro muito rígido nem excessivamente legalista. Apesar de tudo, o sistema é fechado por essa condicionalidade ao mesmo tempo global e imprecisa. Qual é a consistência e a delimitação do ato de aprovação que está na origem da decisão de ajuda?

No coração da governança

Segundo o Banco, a legitimação, uma vez mais, precisa ser procurada fora, é de ordem ética. Acima de tudo porque o mandato do Banco e da IDA é uma luta contra a pobreza diretamente ligada pelo tema *governança*: “O Banco

2 Esta palavra aparece na versão francesa de um documento de Mamadou Dia para o Banco Mundial, de 1994, com o título: *Pour une meilleure gouvernance comme fondement de la réforme de la fonction publique en Afrique au Sud du Sahara*. A versão inglesa de 1993 foi intitulada: *A governance approach to civil service reform in Sub Saharian Africa*. É possível que a utilização do termo *governance*, no contexto fracos date de 1994-1995.

3 Esta palavra é uma tradução inadequada do inglês “*accountability*”, que implica a idéia de prestar contas, mas em qual instância? Não é uma maneira dissimulada de falar em democracia?

4 Cf. Shihata I., *World bank in a changing world*, op. Cit., cap. II, p. 59-60.

5 Cf. Shihata I., *op.cit.*, p. 86

Mundial, com apoio unânime de seus membros é, depois de longo tempo, comprometido por uma distribuição igualitária de renda, comparada ao simples crescimento e renovada na sua luta contra a pobreza". Da mesma maneira, o preâmbulo dos estatutos do IDA sublinha que "a aceleração do desenvolvimento que vai elevar os níveis de vida e levar a um progresso econômico e social nos países menos desenvolvidos é desejável, não somente no interesse destes países, mas também nos da comunidade internacional em seu conjunto". O grau e a qualidade da intervenção do Estado no mercado da economia têm efeito direto sobre as perspectivas de investimento. Isso faz da *governança* uma questão de *good order* na administração dos recursos de um país, através de suas regras e instituições, mais que uma questão de exercício do poder político na administração dos negócios gerais.

A visão do progresso no desenvolvimento deve se traduzir na visão ética de um poder estável, desembaraçado dos aspectos incontroláveis e conflitantes do contraditório jogo. Mas se trata de um poder desencarnado, de um modelo de ordem moral ideal susceptível a oferecer um melhor quadro para o bem-estar da economia. No momento que deixamos o campo limitado da administração da economia pelo da ideologia, entramos rapidamente no campo da utopia, da utopia liberal mundializada. E a noção de *good order* vai ser o coração do conceito de *governança* e constituirá o veio ideológico.

A *good order* é qualificada também nos seus aspectos estritamente técnicos. Baseia-se em três pontos: a reforma da função pública, que poderá ser considerada como ingerência não autorizada porque terá que ser requisitada pelo país e porque é julgada necessária pelo Banco para que a reforma econômica possa ser feita; a reforma do quadro jurídico, indispensável para criar um ambiente promissor ao desenvolvimento dos negócios e que permite ao Banco dar sua ajuda técnica e financeira; a responsabilidade em relação aos fundos públicos, que será materializada por um sistema *adequado* de mercados públicos, comportando a garantia do respeito aos procedimentos. Enfim, a disciplina orçamentária é indispensável para racionalizar e controlar as despesas públicas e deve ser objeto, aí também, de uma concertação com o Banco, mesmo se as questões postas forem importantes para as escolhas de política econômica e reflitam, ao mesmo tempo, escolhas de políticas maiores.

Sobre esse último ponto, o campo de aplicação do Banco se torna extremamente extenso: o governo terá oficialmente a responsabilidade de estabelecer as prioridades orçamentárias, mas o Banco pode – a pedido de um membro ou quando a questão for pertinente em uma operação específica, ou na determinação de suas próprias estratégias de empréstimo para um país – dar sua opinião sobre o estabelecimento de prioridades orçamentárias que permitam ao país atingir seus objetivos de desenvolvimento. Nada pode ser feito de forma abstrata nem sem um exame da situação particular do país. Na verdade, só pode ser feito através de estreitas negociações com os responsáveis, reguladas com firmeza por uma condicionalidade estrita.

O modelo proposto não pode ser dissociado: é assim que o desenvolvimento e a administração urbanos são compreendidos como um setor entre outros na elaboração e na execução do modelo. Segundo uma lógica de execução descendente e multisetorial da estratégia de ajuste, a atividade essencial é a do conselho em "bom governo local", obrigando os escritórios de estudos internacionais profissionalmente qualificados, para executar os projetos de reorganização física, a adquirir novas competências, principalmente em matéria fiscal ou para propor a organização de serviços técnicos, ou ainda estabelecer planos contábeis, ou mesmo elaborar um projeto de lei municipal.

As profissões tradicionais de urbanismo foram delegadas às ONGs, que por longo tempo sofreram por falta de profissionalização, o que procuraram compensar pela participação das populações-alvo. Esses aprendizes de feiticeiros do novo urbanismo estão lá menos para organizar o espaço da cidade do que para produzir a *governança* local, o que permitirá fazer uma cidade com um funcionamento esperado em um conjunto macroeconômico nacional reestruturado. Por uma escorregada metafórica, e se nos referirmos à teoria dos custos de *transição* da economia institucional, veremos a cidade não somente com a função de produção, mas como uma estrutura de *governança* que, de maneira racional, administra e coordena transações econômicas, sociais, políticas (no sentido anglo-saxão), onde é a sede.

A estrutura de *governança* é constituída de elementos como o mercado, mas também a tomada de controle, o contrato e suas múltiplas formas e as *hierarquias administradas*,

os grupos de atores urbanos. Pode-se assim compreender mais claramente situações a princípio contraditórias: a privatização de serviços urbanos, como transportes e eletricidade; a tomada de controle do que se constitui a moles- tra do trabalho urbano – portanto público – através da criação de agências nacionais de urbanismo; a descentralização e a criação de bancos nacionais de crédito para o desenvolvimento urbano; a instauração de sistemas centralizados e parapúblicos de financiamento de moradia; e a privatização das sociedades de produção de casas populares.

O que se tornou essencial no desenvolvimento urbano é o que o Banco chama de *macrolinkages*, ligações existentes entre elementos ligados à produção, à fiscalização e ao financiamento, através dos quais os projetos urbanos podem afetar a economia urbana e que representam um objetivo maior da produtividade das cidades⁷. Esse problema é apresentado como questão-chave: "A contribuição do setor urbano se tornou uma preocupação maior durante a segunda década de empréstimos ao setor urbano, colocando luzes sobre sua importância e a da concepção de projetos neste campo"⁸.

Um bom exemplo é o empréstimo feito à Indonésia em 1987, de grande vulto: US\$ 270 milhões, destinados ao setor urbano, ligado a um ambicioso programa nacional de reformas. O episódio dá a visão do papel das cidades em um certo desenvolvimento. Se todos esses dispositivos podem parecer, à primeira vista, totalmente contraditórios com as intervenções que visam colocar no lugar, em escala local, a desconcentração da administração – vista como descentralização – e do poder, eles são, na realidade, coerentes com um sistema de hierarquias administradas. Os subconjuntos locais, se são estabelecidos no respeito das *macrolinkages*, correspondem a uma necessidade. Os discursos sobre a descentralização são, conforme essa necessidade, favorecidos, em razão de sua utilidade ideológica, fundamental para amparar o conjunto.

De maneira geral, vê-se em toda a diversidade de seus aspectos e de suas escalas porque a *governança* interessa ao Banco no mais alto grau, mas somente em seu estrito senso de *good order*, que designa um quadro legal convenientemente gerido por administração renovada, instalada na paz civil e na transparência dos procedimentos, com o objetivo de criar um clima favorável aos investimentos e uma

utilização eficiente dos recursos. É portanto a justificativa do desenvolvimento econômico – e social – que autoriza o Banco a se interessar pelas questões de poder.

E, se a luta contra a pobreza está sempre presente nos discursos, é para justificar as medidas sociais de compensação do ajuste, com o objetivo de melhorar uma regulamentação social que se tornou delicada pelo crescimento do desemprego e pelo empobrecimento das populações, urbanas em primeiro lugar. Mas o Banco tem o cuidado de não passar de certos limites: por exemplo, se na sua concepção apregoa a participação popular e a execução de um projeto ou de um programa específico de desenvolvimento, sobretudo quando é enquadrado e apoiado pelas ONGs locais, recusa-se a levar em conta como exigência geral a participação popular na definição das regras jurídicas da *governança* e da *good order*. Graças ao papel assumido pelas ONGs, a participação pode ser um bom parâmetro da luta pela exigência democrática, sem que o Banco tenha que dar um aviso aberto e direto.

Técnica versus política

Está aí porquê e como o Banco pode entrar no campo da política: transformando a noção de poder de *governança*, a de moral pública, em *good order*, tecnicizando os procedimentos legais e as regras de administração na substância que rege as relações entre os membros de uma comunidade nacional. Há uma grande habilidade que consiste em introduzir o campo de políticas públicas no esquema técnico da *governança*. Mas o que faz o próprio fundamento da aspiração democrática constatada em todo o lugar, um contrato mais claro e mais amplo – fruto de garantias institucionais – das relações entre cidadãos e seus representantes, sobretudo quando eleitos pelo voto, é inteiramente deixado sob a responsabilidade dos *nacionais*.

O sistema de governo que introduz a *governança* é lógico, mas completamente estranho ao seu conteúdo concreto por se tornar uma espécie de modelo social desencarnado. Aí também o círculo vicioso do arrazoado é totalmente identificável: a eficiência no desenvolvimento tornam necessárias as reformas políticas; o Banco pode dar sua assistência para quem esteja melhor identificado com os objetivos do desenvolvimento. Mas, por causa disso, apóia demandas onde sejam adotadas as reformas, o que se traduz seja pelos termos de

⁷ Cf. Shihata I. op. cit. p.87 a 92

⁸ Este conceito de "*macrolinkages*" apareceu em um documento de avaliação de projetos urbanos sobre um período de vinte anos, estabelecido em 1994 pelo departamento de avaliação das operações do Banco. Cf. Banco Mundial, "Twenty years of lending for urban development, 1972-1992". Na revista OED; Washington, Ed. Banco Mundial, junho de 1994, 110 p., bibliog. Anexos estatísticos.

⁹ Banco Mundial, Twenty years...op. cit., p. 15.

condicionalidade nos projetos singulares, seja pela conclusão dos acordos de empréstimos, portanto sobre a criação da própria *good order*.

Por exemplo, o objetivo de um projeto chamado *Comprehensive package of legal assistance*, concluído com a Guiné em 1988, no período em que o Estado estava se reconstruindo. A legalidade democrática, em seus aspectos funcionais, torna-se objeto de um contrato passado entre o Banco e o governo de um país, sem que alguém se pergunte sobre a existência ou não, no local ou nos arredores, de um contrato entre o governo e o povo, que dará os fundamentos para a legitimidade de sua ação pública, principalmente na execução de projetos de assistência política. Existe um contrato sim, mas estabelecido de modo extraterritorial entre um governo, agindo no melhor dos casos de maneira tecnocrática, e um órgão multilateral, agindo em nome de uma lógica de desenvolvimento exógeno.

Constata-se que o termo tecnocrático de dimensão institucional, por tanto tempo usado pelo Banco para designar o quadro jurídico – regulamentar mas também operacional – enfim, que define o estatuto dos projetos em conjunto de regras do jogo e de dispositivos existentes, é atualmente deixado de lado pelo de *governança*, mais amplo, que representa a dimensão do exercício do poder. Mas para o Banco, é em razão de seus efeitos econômicos diretos que aparece a pertinência das considerações políticas. A globalização da economia é que comanda. Para que o Banco possa se ocupar de reformas políticas e de democratização, é preciso reformar os estatutos, o que exigirá profundo debate entre os países-membros.

É por isso que o Banco considera *in fine* que os problemas políticos continuarão sendo da competência direta dos diretores, como precisa o presidente R. Conable na sua carta de acompanhamento do documento *Managing development: the governance dimension*: "Ainda permanecem alguns temores entre os membros devedores que nosso pessoal vá além do mandato do Banco, de uma maneira que poderá ser interpretada como ingerência nos negócios políticos de nossos devedores. Essa preocupação, dada a dificuldade de traçar linhas nítidas neste domínio, é compreensível. Até que nossos membros devedores fiquem à vontade no diálogo sobre este assunto, e que nossa experiência neste diálogo seja mais madura, é bom que os assuntos políticos delicados sejam dis-

cutidos somente pelos responsáveis – os diretores e seus subalternos. Os assuntos técnicos certamente podem continuar a ser tratados pelo *staff*".

Não se pode ser mais claro sobre a estratégia de intervenção, em um domínio onde o ponto de partida é mais que ambíguo. Como, na prática, conselheiros técnicos instalados pelo Banco em determinado governo, encarregados de definir prioridades orçamentárias no quadro de ajuste, podem se limitar ao domínio técnico se os responsáveis governamentais sabem muito bem que as recomendações dos conselheiros determinarão a assinatura do próximo Programa de Ajuste Estrutural?

Alguns chamaram a atenção sobre o fato de que na África, principalmente, com o ajuste estrutural, as agências de ajuda poderão ter estabelecido *informal governance*⁹. Mas todos os especialistas conhecem bem a opacidade do informal, uma das condições de sua existência, opacidade essa que os responsáveis políticos nacionais manipulam para assegurar, a sua maneira, um mínimo de regulamentação social: que dizer então da clareza e da transparência dos dispositivos, que deverão constituir uma das bases mais sólidas do sistema de governo e um dos pilares da *good order*?

O que é boa prática?

São essas as grandes linhas do quadro de reflexão que marcaram a ação do Banco Mundial acerca de uma quinzena de anos e se cristalizaram no conceito de *governança*, entre 1989 e 1991. O encaminhamento deixa muitas questões, colocadas a economistas, advogados, cientistas sociais, antrossociólogos, tanto do Norte como do Sul. Sobre este terreno, os Estados concernentes, eles procuram com aplicação contornar ou desviar reformas vindas de fora, cujo caráter utópico-autoritário não lhes escapa e que, antes de trazer crescimento e desenvolvimento, vem minar as bases do poder estabelecido.

Sobre o plano metodológico nota-se ainda que a profusão de produção a propósito e em torno de um conceito como este permite, em determinado momento, não falar mais da sua origem, isto é, do momento fundador. A partir de então, pelo fato de as premissas serem ocultadas e os conceitos não serem restituídos em sua profundidade e extensão, chega-se a um quase círculo vicioso da produção intelectual que, assim acorrentada

⁹ É um comentário externo feito durante um seminário sobre "Beyond autocracy in Africa", realizado em fevereiro de 1989 no Carter Centre of Emory University, EUA.

¹⁰ Cf. Banco Mundial, *Programa de Administração Urbana. Reforço da capacidade de administração urbana para os anos 90*. Ed. Banco Mundial, Washington DC, 1991, 39 p. Este Programa foi renovado em 1996: reforça a tendência de se interessar pelas boas práticas.

nos seus pressupostos, setorizada e sistematicamente orientada na direção da difusão de resultados de pesquisas onde não se questionou o *status* epistemológico, é condenada a prosperar no domínio único da produção ideológica.

Com efeito, as mais recentes formulações de temas de pesquisa neste campo mostram bem: é sempre o ajuste macroeconômico que comanda, é em nome de sua eficiência que se melhora o conhecimento dos efeitos das medidas e das reformas adotadas. E não é por acaso que os comandatários insistem sobre a dupla medida a adotar: partir de estudos monográficos "tendo por objetivo recensear as melhores práticas de administração" adotadas em campo para ir na direção de um "exame dos modelos teóricos de base"¹⁰. Só existem exemplos bons, dizem os especialistas do Banco, senão não há exemplaridade. E porque esses exemplos são declarados bons, tornam-se modelos. Mas quem dirá com certeza o que é o bom? □

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANCO MUNDIAL. *A África subsahariana, da crise ao crescimento sustentável. Estudo de prospective à longo prazo*. Washington DC: 1989. 346p.
- _____. *Governance and development*, Washington DC: World Bank, 1992. 61p.
- Dia M. (para o Banco Mundial), *Por uma melhor governança, como fundamento da reforma da função pública na África sahariana*. Washington DC: Banco Mundial, 1994. 143p.
- HIRSCHMANN, A. *Face au déclin des entreprises et des*. Paris: Les Éditions ouvrières, 1972. 143 p.
- MARTIN, D. Cultural dimensions of governance. In: *Proceedings of the World Bank, annual conference on development economics*. Washington DC: World Bank, 1992.
- MC CARNEY, P. L. (Ed.). *Cities and governance, new directions in Latin America, Asia and Africa*. University of Toronto, Canadá: Ed. Centre for Urban and Community Studies, 1986. 208 p.
- OSMONT, A. *La Banque Mondiale et les villes, du développement à l'ajustement*. Paris: Ed. Karthala, 1995. 309 p.
- PAUL S. *Institutional reforms in sectors adjustment operations, the World Bank experience*, Washington DC, Ed. World Bank, 1990.
- Revue internationale des sciences sociales, *La gouvernance*, n. 155, Paris: Unesco, março de 1998.
- SHIHATA I., The World Bank and Governance issues in its borrowing members. In: *The World Bank in a changing world: selected essays*. Dordrecht, Holanda: Ed. Martinus Nijhoff, 1992.

* Annick Osmont

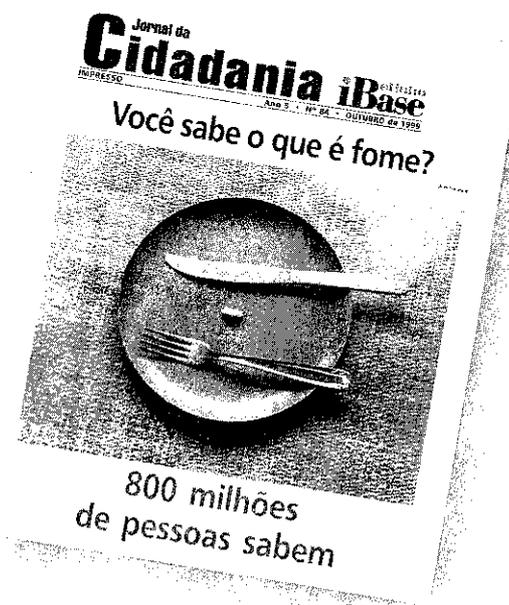
Socioantropóloga e mestre de conferência, realizou pesquisas em uma escala comparativa internacional sobre políticas de habitação, estratégias redenciais urbanas, administração urbana participativa e políticas urbanas em geral. Seus trabalhos são principalmente sobre a análise da política urbana do Banco Mundial e resultaram na publicação de artigos e de um livro: *La Banque mondiale et les villes, Du développement à l'ajustement*, Paris, Ed. Karthala, 1995.

Jornal da Cidadania iBase

O Jornal da Cidadania é distribuído mensalmente para pessoas que têm pouco ou nenhum acesso à informação crítica e comprometida com a democracia. São trabalhadores urbanos e rurais, líderes comunitários, moradores de periferias, estudantes e professores, entre outros segmentos da sociedade. Sua tiragem de 40 mil exemplares chega gratuitamente a todos os estados brasileiros.

Participe dessa iniciativa. Você pode colaborar com contribuições voluntárias ou organizando um núcleo de distribuição. Doações de pessoas jurídicas serão abatidas no Imposto de Renda.

Converse com a gente pelo telefone (21) 509.0660 ou pelo e-mail jcidadania@ibase.br



PELO MUNDO

Jamile Chequer

É o inferno

Cientistas de 99 países alertaram que é necessário diminuir a poluição do ar ou esperar uma mudança climática drástica durante o século. Nos últimos cem anos, a temperatura subiu 0,6° C. Nos próximos, a previsão é de que aumente 5,8° C. Desde 1750, a concentração de gás aumentou 31%, índice muito parecido com o de 20 milhões de anos atrás. A emissão de CO₂ – responsável por 80% da poluição do ar – está 12 vezes maior do que em 1900 e 30% maior do que antes da revolução industrial. Analisadas amostras do fundo do mar da Antártica, constatou-se que a quantidade emitida é a maior dos últimos 420 mil anos. A década de 90 foi a mais quente e 1998, o ano mais infernal do milênio. O mar subiu entre 10 cm e 20 cm porque as geleiras estão se desfazendo. Desde 1960 a neve nas montanhas diminuiu 10%. Os alpes europeus perderam metade do seu volume desde 1850 e há uma previsão de que em 2030 a neve nas montanhas do Parque Nacional de Montana, nos EUA, não exista mais. Com o calor, as doenças estão se espalhando muito rápido. Malária e dengue estão sendo detectadas em altos níveis na África, América Latina e Ásia. A emissão de CO₂ precisa ser diminuída em 60% para estabilizar sua concentração na atmosfera no nível atual. Ou torcer para que até 2100 nossa espécie tenha evoluído a ponto de respirar CO₂.

Fonte: Intergovernmental Panel on Climate Change, National Geographic e WWF

Banho de piche

Alguns italianos andam confundindo o espírito esportivo com espírito de porco. Lembrando os momentos infelizes do fascismo, os torcedores *ultras* estão vaiando aqueles que são miscigenados. O racismo está tão evidente que o presidente do Verona, Giambattista Pastorello, declarou que não compra jogadores negros por medo de uma reação ofensiva da torcida. Francamente não é a melhor política. Ainda bem que a ministra dos Esportes, Giovanna Melandi, pediu uma punição severa para o cartola. Verona e Roma, consideradas cidades bem receptivas a estrangeiros, estão tendo que lidar com esse tipo de sujeira na imagem. A polícia italiana está com bastante trabalho, principalmente em Verona, Lazio e Atlanta. Fiquem pasmos, pois são exatamente estes os times que não possuem negros jogando na série A. Parece que são apenas 200 torcedores, os racistas, já devidamente conhecidos pela polícia. Melhor, porque a nossa vaia segue com um trecho da música cantada pelo Ileaí: “branco se tu soubesse o valor que o negro tem, tu tomava banho de piche e ficava preto também”.

A especial da pandemia

O alarde de que o impacto da Aids é maior do que o estimado, entre outras razões, resultou na sessão especial da ONU que acontece entre 25 e 27 de junho, em Nova Iorque. Serão revistas questões ligadas à pandemia de Aids. A idéia é elevar a discussão ao mais alto nível político, intensificando ações de combate à doença e mobilizando recursos necessários. A expectativa é de um acordo sobre a Declaração de Compromisso, o esperado fruto da reunião. Será discutida a prioridade para áreas onde há necessidade de uma ação mais eficaz no combate à doença. Prevenção, acesso ao tratamento, cuidado com crianças, órfãos da Aids, situação nos países de cada participante e medidas a serem tomadas também serão pontos de debate. Estão previstas mesas-redondas com a participação de líderes, governos, ativistas, especialistas e parceiros do setor privado. A sessão deve estabelecer concretamente os alvos de ações para lutar contra a doença – assunto já discutido em outros Fóruns da ONU –, incluindo o que já foi decidido no *Millennium Summit*, em setembro de 2000 – onde foi dado o *deadline* para o controle do contágio: 2015. A Declaração será divulgada ainda este ano pelo presidente da Assembleia Geral da ONU, Harri Holkeri, da Finlândia. A sociedade civil é bem-vinda na discussão. As ONGs estão sendo convidadas a participar. Vão existir fóruns eletrônicos no site da UnAids.

www.unaids.org

Sem retorno, sem paz

A PRCC (The Palestine Right to Return Coalition), em árabe, Al-awda, está promovendo uma grande marcha e comício para acontecer em Nova Iorque, em 7 de abril. Eles querem reafirmar o direito de volta dos palestinos e refugiados para suas casas e terras, de onde foram expulsos depois de 1948. O comício vai coincidir com o aniversário de 53 anos do massacre dos palestinos em Deir Yassin. A idéia é chamar a atenção publicamente para a situação dos refugiados, dos abusos de direitos humanos e o sofrimento dos palestinos. Também querem dar sinais de apoio aos palestinos cristãos e muçulmanos que estão sofrendo com a ocupação israelita. Mais de 350 civis foram assassinados e cerca de 11 mil feridos por forças israelenses nos últimos meses. Os palestinos representam o mais velho e maior grupo de refugiados do mundo. Hoje, mais de cinco milhões estão sem suas casas. Isso acontece, eles dizem, "porque Israel continua negando o direito legal, histórico e legítimo de repatriação e restituição concedido pela Declaração dos Direitos do Homem, pela Convenção de Genebra e pela resolução 194 da ONU". A situação vai ficar ainda mais fervorosa, principalmente agora que Ariel Sharon assumiu o poder.

www.al-awda.org

Pedra sobre pedra

Ariel Sharon foi eleito com 62,5% dos votos, mas com 40% de abstenção – justificada pela insatisfação com os candidatos (?). A questão é que Sharon vai reinar até 2003, mas seus antecedentes desagradam palestinos e israelenses. Em setembro de 2000, o primeiro-ministro fez uma visita ao Monte do Templo (para judeus) ou Esplanada das Mesquitas (para palestinos), desencadeando uma Intifada. A famosa "paz com segurança" foi tentada por Sharon outras vezes. Ao que tudo indica suas idéias de paz são baseadas em massacres. Conhecido como *mascate da guerra*, foi responsável pelas mortes de civis palestinos e libaneses. Principalmente pelo controle das populações palestinas de Sabra e Shatila em 1982, no Líbano, onde civis foram mortos diante da TV. O também não-flor-que-se-cheire Iasser Arafat disse estar disposto a manter as negociações, mesmo com Sharon tomando atitudes mais drásticas que seu antecessor Ehud Barak. Segundo o Clube de Presos Palestinos, 400 crianças de Jerusalém estão presas desde 29 de setembro de 2000. A LAW (The Society for the Protection of Human Rights) diz que pessoas estão sendo detidas e torturadas. Se pedras fossem colocadas em cima das sepulturas, o monte provavelmente poderia ser visto da Lua. Mas elas estão sendo usadas como armas. A tensão está longe de acabar.

www.alternativenews.org

JON LEWIS / TIMOR AID



Um lugar chamado Timor

Em 1999, o Timor Leste, depois de muita luta, conseguiu sua independência. Século XXI, e o país tenta se reerguer do genocídio praticado pela Indonésia. O governo, ainda de transição, é composto por quatro integrantes da ONU e quatro integrantes da população local. A ilha ainda passa por problemas, além da população que está na fronteira por medo de voltar porque votaram na anexação a Indonésia, há problemas como violência de gênero, dengue, malária, falta de economia interna, falta de moeda corrente e outros. O Ibase vai atuar no Timor. Será a primeira vez que a Instituição terá uma função internacional como esta. Em fevereiro, o diretor Cândido Grzybowski e o pesquisador Athayde Motta, estiveram no local para avaliar como e se o Ibase poderia ser útil. "Podemos desenvolver a metodologia que o Ibase tem em termos de organização de campanhas de participação sobre os direitos de cidadania e levar para as ONGs essas discussões. Vamos começar a criar programas em conjunto adaptados à realidade local, à cultura, às possibilidades de línguas. Ao mesmo tempo em que eles estão criando um Estado há a oportunidade única de criar uma sociedade civil também dinâmica", conta o pesquisador. A previsão é que o Ibase atue de abril a agosto deste ano.

Errata (Democracia Viva nº9)

Em 23 de janeiro de 1989, a Argentina não vivia sob ditadura militar. La tablada foi invadida exatamente para conter os carapintadas de dar um golpe de Estado.



ARTIGO

José Carlos Assis*

Quem tem medo da isergonia?

A democracia grega, assim como a constituição norte-americana séculos mais tarde, fundou-se no reconhecimento do direito de propriedade, incluída a propriedade de escravos. Os gregos entendiam o conceito de igualdade na acepção simultânea de igualdade perante a lei (isonomia), igualdade de expressão (isagoria) e igualdade de respeito (isotimia). Essas relações, contudo, eram limitadas aos cidadãos livres, fundadores e contratantes do Estado, cujo laço comum era a propriedade da terra e de outros meios de produção ou de comércio.

O direito de propriedade continua sendo o princípio anclar da democracia moderna, à medida que seu reconhecimento formal nas constituições estabelece um marco de convivência social. Mesmo o socialismo revolucionário, que propôs e chegou a pôr em prática a expropriação dos meios de produção, reconheceu o direito

à propriedade individual. A cidadania, contudo, estendeu-se para muito além do direito de propriedade. Nas democracias contemporâneas, é um atributo de nascimento ou adoção voluntária.

A implicação desse desenvolvimento histórico é a contradição entre direitos democráticos básicos universais e as condições econômicas objetivas da cidadania moderna. Para um cidadão grego, não teria sentido inscrever a igualdade de oportunidades econômicas entre seus direitos básicos porque o pré-requisito da cidadania era a igualdade da condição econômica. Um cidadão poderia ser discriminado perante a lei comum e reclamar de lesão perante um juízo, mas estava seguro de que nenhuma lei seria promulgada contra o direito de propriedade individual, base do pacto constitucional.

A cidadania, contudo, segue como fonte do exercício e da distribuição do poder político em uma democracia. Enquanto ela foi um monopólio de classes econômica ou culturalmente privilegiadas no alvorecer das democracias modernas, o poder político correspondente era pouco mais que um comitê de vanguarda da burguesia capitalista triunfante, seja na revolução inglesa ou mais marcadamente nas revoluções americana e francesa. Foi essa a configuração política que os socialistas clássicos, sobretudo Karl Marx, analisaram nos séculos XVIII e XIX. Contra o poder econômico que virtualmente controlava o poder político através de uma cidadania exclusiva e limitada, só era possível a democratização de oportunidades econômicas através da revolução.

Espaço conquistado

O fenômeno político mais marcante no século passado foi a progressiva ampliação dos direitos de cidadania. Inicialmente foram admitidos homens não-proprietários ou rentistas, depois mulheres, analfabetos, jovens e imigrantes naturalizados. Hoje, na maioria dos países democráticos, a cidadania é universal, quase confundida com a condição de habitante do território nacional. A forma como os antigos cidadãos-proprietários abriram mão de seu monopólio político variou de país a país, sendo que os avanços em uns influíram no curso do processo político de outros. Contudo, a marca comum foram as contradições na luta pelo poder entre as próprias classes dirigentes, cujas facções de alguma forma acreditaram ampliar seu domínio sobre as outras incorporando parcelas crescentes das massas. Estas, em um

segundo momento, estabeleceram suas próprias agenda e representação política a partir da cidadania conquistada.

Sendo a cidadania fonte do poder político e sendo esse poder fonte suprema de organização da sociedade, a democracia moderna avançou no século XX com passos sucessivos de *domesticação* do poder econômico e do próprio capitalismo. O momento crucial desse processo foi a Grande Depressão dos anos 30 e a contra-ofensiva do Estado intervencionista através do *New Deal*. No próprio coração do capitalismo liberal, os Estados Unidos, deu-se uma mudança de paradigma na concepção e na condução da política econômica, diante de uma taxa de desemprego sem precedentes – 1/4 da população ativa – e em nome da estabilidade social e da igualdade de oportunidades econômicas para as massas.

Para o capitalismo liberal, o desemprego é um fenômeno natural do ciclo econômico, que se resolve por si mesmo na medida em que haja flexibilidade de salários para baixo no mercado de trabalho. A questão moral relacionada com o desemprego foi também, a seu modo, *resolvida* pelo darwinismo social de Herbert Spencer, no começo do século, com sua ética da sobrevivência do mais forte. Restava resolver a questão social. Numa situação de cidadania ampliada, era ainda possível ter uma atitude estoica perante o desemprego, do ponto de vista econômico e ético, mas não era possível ficar indiferente politicamente. Os desempregados e os que têm medo de virem a sê-lo são cidadãos que se mobilizam e votam. A questão social do desemprego tornou-se dos anos 30 para cá uma questão política fundamental nas democracias.

Ao *New Deal*, primeiro nos Estados Unidos, depois na Grã-Bretanha, correspondeu o fascismo em grande parte da Europa Central. Os altos índices de desemprego e o desconforto social que estava a ele associado constituíram a motivação central dos dois processos. Com o fim da Segunda Guerra, a divisão do mundo em dois blocos estabeleceu paradigmas concorrentes de organização social e política: o pleno emprego sem cidadania no Leste comunista e a plena cidadania sem segurança jurídica do emprego no Ocidente. Contudo, com o desenvolvimento das democracias ocidentais, o pleno emprego tornou-se uma realidade generalizada por pressão social e política. Medidas keynesianas de regularização do ciclo econômico e de promoção do pleno emprego, herdadas do *New Deal*, foram amplamente

Conjunto de medidas econômicas, caracterizadas pela forte intervenção estatal na economia e diversas medidas sociais, implementadas no governo de Franklin Delano Roosevelt, nos EUA, no início dos anos 30. Tinham por objetivo salvar o país e o sistema econômico das consequências da crise econômica mundial do capitalismo em 1929.

O conceito que temos em vista talvez extrapole o significado convencional que está associado à expressão *pleno emprego*. Propor uma outra, contudo, seria um preciosismo por se tratar de termos já consagrados na literatura e na luta política. Nesta acepção ampla da expressão, a luta pelo pleno emprego não apenas se confunde com a luta por maior igualdade social, na antiga tradição socialista, como na verdade é o instrumento mais eficaz de um projeto concreto de democracia econômica, de justiça social e de solidarismo no contexto político contemporâneo.

relativo ao economista John Maynard Keynes, teórico e implementador da política do *New Deal*.

aplicadas nos países anglo-saxões e, com maior grau de *regulação* do capitalismo, na Europa Ocidental do Norte e no Japão. Se houve algum vitorioso no fim da Guerra Fria, venceu o sistema que conciliou um maior grau de segurança social com liberdade política.

Nos países de desenvolvimento retardatário as tensões entre o modelo político de cidadania ampliada, importado das nações avançadas, e o limitado avanço nas relações objetivas de produção, caracterizado por um mercado de trabalho atrofiado, inspiraram ao longo de grande parte da segunda metade do século XX processos políticos antagônicos. De um lado, forças dominantes que sabotavam a cidadania formal mediante a fraude e o controle político-eleitoral; de outro, partidos e correntes revolucionárias que mantinham acesa a utopia socialista como única via para assegurar às massas desempregadas ou subempregadas igualdade de oportunidades econômicas. Isso concorreu, de alguma forma, para cristalizar as relações sociais injustas que prevaleciam, já que as energias políticas dissidentes do sistema dominante eram canalizadas antes para um projeto de igualdade utópico do que para a reforma realista do sistema prevalecente de extrema desigualdade e politicamente cada vez mais retrógrado.

No Brasil, onde chegou a um estado crítico no início dos anos 60, a tensão se resolveu pela combinação do controle político absoluto pelas classes dirigentes, negando a própria cidadania, com um projeto de desenvolvimento econômico acelerado sob liderança do próprio Estado. A democracia nunca foi explicitamente negada, mas adiada. O autoritarismo, justificado como reação à subversão socializante, produziu um híbrido de ditadura política com relativa liberdade de mercado, fazendo recuar circunstancialmente a história aos tempos de cidadania limitada dos primórdios da democracia.

Mudança de curso

Com o desmoronamento da União Soviética e o conseqüente desencantamento do socialismo real, o projeto de revolução socialista em outras partes do mundo, notadamente o subdesenvolvido, perdeu simultaneamente a âncora externa e a motivação interna. Na Europa Ocidental os fortes partidos comunistas da França e da Itália mudaram de nome, de ideário e de estatutos. O mesmo ocorreu em outros países, como o Brasil. Partidos comunistas ainda

subexistem em várias partes do mundo mas, exceto na Rússia, onde ainda é uma força política considerável, não contam no jogo efetivo de poder e muito menos propugnam seriamente pela ditadura do proletariado.

O legado historicamente mais relevante da Guerra Fria foi a social-democracia. O *New Deal* foi a primeira tentativa sistemática de regulação social e política do capitalismo, mas ele teria perdido impulso ou seria esmagado pelas forças liberal-conservadoras antes de chegar a maturação não fosse a ameaça comunista vinda do Leste. Um mapa da qualidade da democracia social na Europa acompanha as próprias linhas da geografia europeia: quanto mais perto da União Soviética e de seus satélites, do *perigo vermelho*, mais a social-democracia avançou: mais na Finlândia, Suécia, Noruega, Dinamarca e Holanda que na Alemanha; mais na Alemanha que na França; mais na França que na Itália; e mais na Itália que na Espanha e em Portugal. No Brasil, como também na Grécia, a ausência de democracia social acabou *compensada* pela extinção circunstancial da democracia política como meio declarado de evitar a tensão social democratizante e o comunismo.

Sem a ameaça comunista, pode-se supor que o caminho da democracia social tenha se afunilado para os países retardatários do desenvolvimento econômico e social, mas o fato concreto é que a menor pressão externa atual em favor dela deve ser compensada pelo aumento das pressões internas na sua direção. Com o medo do comunismo desapareceu a justificação da ditadura social travestida de ditadura política. A democracia política está quase universalizada e com ela a cidadania ampliada. Recentes eventos em pontos tão extremos do globo como Tailândia, Timor, Sérvia e Peru mostram que o ritual democrático consolida-se como a única base de poder político passível de ser reconhecida internacionalmente entre Estados. É uma situação singular, dada a emergência dos Estados Unidos como potência hegemônica

No Brasil, a democracia nunca foi explicitamente negada, mas adiada. O autoritarismo produziu um híbrido de ditadura política

O direito ao trabalho nas democracias modernas é tão fundamental quanto o direito de propriedade. Ambos se relacionam com o direito à sobrevivência

e de sua associação histórica com regimes sociais retrógrados. Mas o dado novo que se extrai do discurso político recente das lideranças norte-americanas é que parece inerente à legitimidade interna do poder político nos Estados Unidos que ele continue a defender ativamente no mundo os valores econômicos da livre iniciativa, mas que defenda também os valores políticos dos direitos humanos e da democracia.

Isso coloca sobre os ombros das elites dirigentes dos países retardatários a responsabilidade principal pela conciliação das prerrogativas da cidadania ampliada com o direito humano fundamental de subsistência econômica. No caso brasileiro, a promoção do pleno emprego aparece explicitamente como objetivo da ordem econômica. Entretanto, o direito ao pleno emprego não configura uma relação individual que obriga o Estado juridicamente. É antes uma condição do mercado de trabalho que, em caso de insuficiência das forças de mercado, deve ser promovida pela política econômica. A sanção contra uma

insuficiente política do pleno emprego não é jurídica, portanto, mas política, mediante a remoção eleitoral da elite dirigente pela cidadania inconformada.

Do ponto de vista jurídico-constitucional, o direito ao trabalho (isto é, a *isergonia*: do grego *iso*, igual, e *ergon*, trabalho) nas democracias modernas é tão fundamental quanto o direito de propriedade. Ambos se relacionam com o próprio direito à sobrevivência, assim como ambos partilham a mesma qualidade de valor impessoal assegurado a todos, indistintamente. Sabemos que nem todos os homens são ou serão proprietários, assim como nem todos terão trabalho dignamente remunerado em todas as situações históricas concretas, mas as constituições democráticas modernas se fundam na possibilidade abstrata de que isso aconteça. E não poderia ser de outra forma: elas expressam a vontade da soberania ampliada, incluindo proprietários e aqueles que só têm como meio de sobrevivência a venda da própria força de trabalho.

Na promoção objetiva do pleno emprego, imperativo da cidadania ampliada, os dois direitos fundamentais da democracia moderna – o direito à propriedade e o direito ao trabalho – devem ser conciliados pelo Estado através da política econômica. A condição do mercado de trabalho é determinada essencialmente pelo custo e disponibilidade do crédito (política monetária) e pelos gastos públicos (política fiscal). Uma política fiscal e monetária restritiva favorece os proprietários (sobretudo de títulos públicos) em detrimento dos não-proprietários (devedores e usuários de serviços públicos), levando à recessão, ao desemprego e ao agravamento das mazelas sociais; uma política fiscal e monetária ativa promove o crescimento econômico e o emprego e favorece os despossuídos.

O pleno emprego, nessa acepção, não se constitui em uma meta a ser explorada à margem da política econômica, mas como conteúdo essencial da própria economia política nas democracias contemporâneas. Os valores políticos que representa vão além dos aspectos éticos, sociais e econômicos. É um direito fundamental que governa a própria soberania do Estado, já que é a cidadania ampliada a fonte da soberania. Não se trata, pois, de enquadrar o objetivo da promoção do pleno emprego na matriz da política econômica, mas de condicionar a política econômica ao objetivo maior da promoção do pleno emprego. Não caberia perguntar: a economia moderna suporta o pleno emprego? Mas reformar a economia, reestruturá-la e condicioná-la a um objetivo que está fora dela e que, no entanto, se coloca como um imperativo de poder originário em uma sociedade democrática.

Na realidade dos países retardatários, o Brasil entre eles, políticas ativas fiscal e monetária podem não ser suficientes para reduzir o desemprego e, sobretudo, o subemprego e a miséria, que caracterizam uma mazela específica do subdesenvolvimento. Além das políticas keynesianas tradicionais serão necessários programas como a reforma agrária e outros voltados especificamente para a geração de empregos no Terciário. Contudo, a maior fronteira de crescimento do emprego no Brasil é ainda o setor público, pelo duplo efeito que a ampliação nos gastos em saúde, educação e segurança públicas, programa habitacional, assistência social etc, terão como criadores de empregos diretos e prestadores de serviços essenciais à coletividade. É importante notar

que enquanto 11,2% dos empregos no Brasil são no serviço público, nos Estados Unidos o índice chega a 15,7% e na França, 27%, quadro que se repete em praticamente todos os países industrializados.

Embora exista uma contradição conceitual entre os interesses do capital e da força de trabalho, tal como examinada por Karl Marx, a realidade do processo histórico nas sociais-democracias avançadas – Europa Ocidental, países anglo-saxões (Estados Unidos, Inglaterra, Austrália e Nova Zelândia) e Japão – mostrou que a ação política foi capaz de conciliá-los em um projeto de sociedade altamente civilizada, onde todos os cidadãos gozam de direitos econômicos básicos de sobrevivência. A característica desses países é o capitalismo *regulado*, mediante interferência maior ou menor do Estado nas relações de mercado através principalmente das políticas fiscal e monetária.

Nesses anos de ressurgência liberal altas taxas de desemprego são constatadas nos países europeus mais populosos – Alemanha, França, Itália e Espanha –, mas o fenômeno está longe de constituir o desafio ao direito de cidadania que caracterizou os anos da Grande Depressão. Os desempregados do estado de bem estar social na Europa gozam de proteção pública e não têm sua sobrevivência ameaçada. Claro que, por força do desemprego, as condições do mercado de trabalho são desfavoráveis para todos os que só têm a força de trabalho como meio de obter renda, mas a garantia de um mínimo para sobrevivência reduz o desconforto. Assim mesmo, a cidadania ampliada europeia reagiu eleitoralmente ao alto desemprego: as eleições realizadas nos últimos cinco anos varreram o liberalismo do mapa em quase toda a Europa.

Para inglês ver

No Brasil, o drama individual e social do desemprego começa pelo mascaramento de sua expressão real por limitações estatísticas. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pela apuração do índice oficial de desemprego, só o calcula em seis regiões metropolitanas. Assim mesmo, o que apura é mais do que o governo usa como orientação de política e a grande imprensa divulga para a sociedade. O índice oficial de desemprego refere-se a desocupação absoluta, isto é, a situação na qual, na semana de referência, a pessoa não exerceu absolutamente

nenhuma atividade. Este índice está em torno de 7% da População Economicamente Ativa (PEA), para a média das seis regiões (6,68% em setembro de 2000). É claro que esses números subestimam a realidade ao nos colocar em uma situação melhor que, por exemplo, França, Alemanha e Itália, onde o desemprego tem estado em torno de 9%.

A realidade do mercado de trabalho se revela com muito mais clareza em outro índice apurado pelo mesmo IBGE que reúne desocupados absolutos, ocupados sem remuneração e ocupados com remuneração inferior a um salário mínimo. Para efeito de orientação de políticas e de comparações internacionais é evidente que é esse índice combinado e não o de desocupação absoluta que compete utilizar. Ainda assim, nunca é mencionado oficialmente por autoridades públicas, assim como pelos principais meios de comunicação. Em setembro de 2000 estava em 16,81%, ligeiramente acima de setembro de 1999 (16,69%). É um número mais próximo do calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) em quatro regiões e um sinalizador eloqüente de que, não obstante um leve sopro de recuperação da economia em 2000, a situação do desemprego efetivo continua a deteriorar-se no Brasil.

No contexto contemporâneo de cidadania ampliada, seja na realidade concreta dos países avançados, seja na agenda de demandas sociais dos países retardatários, o direito à isergonia e à igualdade de oportunidades econômicas está na mesma categoria da isonomia, da isotimia e da isagoria. Na realidade, o próprio conceito de igualdade, inerente à democracia, contém implícito o princípio do direito ao trabalho, na medida em que o processo histórico ampliou a cidadania para nela incluir os não proprietários. Nesse sentido, o direito ao trabalho é uma subcategoria do direito de sobrevivência, inerente à cidadania, em um nível superior ao do direito de propriedade, uma vez que este pode ser modificado e regulado para atender ao primeiro.

Democracia em perigo

O risco de negação política da democracia social é o mesmo risco da democracia em caráter geral: a ditadura de uma minoria suprimindo a cidadania por um lado e a discriminação das minorias por majorias eventuais, pelo exercício do poder eleitoral do número, por outro. Fora do contexto da Guerra Fria, e pelas razões

já expostas, o primeiro risco parece afastado, em uma perspectiva próxima, nos países retardatários, mas não o segundo nos países ricos. Nos Estados Unidos, por exemplo, mais de metade da população é constituída de proprietários (em especial, de riqueza financeira), o que a torna potencialmente favorável a políticas macroeconômicas restritivas que promovam a recessão.

Não há realmente nenhum antídoto para esse risco a não ser a ética social. No lançamento da candidatura democrata de Al Gore à presidência dos Estados Unidos, o presidente Clinton afirmou que o que distinguiu o Partido Democrata do Partido Republicano era a *compaixão* pelos mais fracos. Os liberais, tradicionalmente, encaram a riqueza como um sinal providencial de reconhecimento da iniciativa e do mérito e, por conseguinte, a pobreza como prova de pouco esforço e aplicação. Na visão destes, a interferência protetora do Estado apenas tornaria os pobres ainda mais indolentes.

Por outro lado, os liberais se apóiam firmemente, em matéria econômica, na clássica Lei de Say, segundo a qual tudo o que é produzido é automaticamente comprado, o que supõe o pleno emprego dos fatores produtivos em um mercado deixado a si próprio. Isto já era reconhecido como uma falácia antes da Grande Depressão, mas depois dela tornou-se óbvia a ocorrência do que Keynes chamou de "insuficiência da demanda efetiva": os ricos retiravam como renda da economia mais do que colocavam nela como demanda, acumulando riqueza improdutiva.

O efeito da acumulação de riqueza improdutiva em recessão é tanto maior quanto a renda é mal distribuída, o que torna países de péssima distribuição de renda, como o Brasil, particularmente vulneráveis a políticas liberais de restrição de crédito e de gastos públicos. Do ponto de vista político, contudo, a pobreza generalizada, o desemprego alto, o subemprego ampliado, a degradação das classes médias e a falta de perspectiva das novas gerações, tudo isso refletindo um mercado de trabalho relaxado, colocam em perspectiva as possibilidades reais de uma ampla conjugação de forças cidadãs em favor de uma mudança política e de um efetivo comprometimento do Estado com a promoção do pleno emprego. A pré-condição para isso é o reconhecimento crítico da matriz de todas essas mazelas sociais, que se situa na política econômica recessiva e de baixo crescimento, como ponto de partida para uma mobilização consciente da sociedade em torno de uma alternativa.

Contra a efetiva democratização do direito ao trabalho, à isergonia, concorrem duas forças: uma, de caráter ideológico, por efeito da manipulação política das massas; outra, de caráter real, pelo possível efeito inflacionário do pleno emprego. A manipulação ideológica acontece quando o desemprego é apresentado como um fenômeno estrutural inerente ao processo tecnológico nas economias contemporâneas. Esse argumento visa, em última instância, à despolíticação do tema. Curiosamente, o argumento encarna o exato oposto dos movimentos populistas, já que se apóia na ideologia econômica ortodoxa de claro viés elitista; nem por isso tem menos efeito sobre as massas, em razão do suporte que encontra nos aparelhos ideológicos da sociedade e do Estado e nos meios de comunicação. Só mediante o recorrente esclarecimento da opinião pública no debate político aberto, que de algum modo é possibilitado pela democracia política (isagoria), será possível às forças progressistas neutralizar esse tipo de manipulação ideológica.

Já a inflação é um risco real em uma economia em pleno emprego, sobretudo quando sob políticas monetária e fiscal ativas. O pleno emprego aumenta o poder de barganha dos sindicatos e dos trabalhadores individualmente (inclusive serviços), pressionando os salários. Em consequência, aumentam os custos empresariais, os quais, especialmente num quadro de fraca concorrência externa, são repassados aos preços gerando inflação. Uma outra forma de acomodar as altas pressões salariais seria a redução das margens de lucro, o que só acontece em um quadro de alta concorrência interna ou externa.

Pacto social

Assim como a promoção do pleno emprego é um fato econômico imposto pela esfera política, a conciliação do pleno emprego com a estabilidade de preços só é possível no quadro de uma mediação política entre o capital e a força de trabalho. Isso implica, em última instância, o abandono da radicalização de parte a parte em favor do reconhecimento dos direitos fundamentais recíprocos – isto é, o direito ao trabalho, de um lado, e o direito de propriedade, do outro. Os instrumentos desse relacionamento essencialmente cooperativo são os acordos e contratos coletivos, que num plano mais geral para o conjunto da sociedade assumem a forma

do pacto social. Isso se traduz, politicamente, como solidarismo – uma forma intermediária de democracia social entre o capitalismo liberal e o socialismo real.

A isergonia não é um direito abstrato, mas real. Ela existe concretamente nos países avançados e quando não existe, circunstancialmente, é compensada pelas políticas sociais. Ou a cidadania é exercida no sentido de exigí-la mediante mudanças da liderança política. Nos países retardatários, principalmente da

América Latina, coloca-se como um imperativo da cidadania ampliada ou, concomitantemente, como uma condição de estabilidade da democracia política. Não se trata mais, insista-se, de perguntar se o sistema econômico é capaz de dar conta do pleno emprego (isso já foi respondido positivamente pelas democracias avançadas), mas de canalizar as energias da cidadania ampliada na escolha da liderança política capaz de levá-la nessa direção, no Brasil e na América Latina. ■

***José Carlos Assis**

Economista, jornalista e autor, entre outros, do livro *A Quarta Via*

Isergonia plena e irrestrita

Na literatura econômica convencional o pleno emprego ora se conceitua como pleno emprego das máquinas, ora como uma relação da força de trabalho com o capital (empregado de carteira assinada). Contudo, elevado à categoria de direito básico de cidadania, o pleno emprego aqui discutido implica simplesmente uma condição do mercado de trabalho na qual todos os dispostos a trabalhar encontram trabalho remunerado de acordo com suas qualificações.

Na situação atual de alto desemprego e subemprego, as condições de trabalho dos ocupados objetivamente tem piorado, seja pela queda do valor real (e até nominal) das remunerações, seja pela intensificação da exploração da mão-de-obra, o que se traduz no agravamento do quadro de distribuição de renda, por si mesmo perversa. Em várias categorias de emprego formal, como comércio e autônomos, a jornada de trabalho aumentou nos últimos anos. Isso caracteriza um círculo vicioso de degradação do mercado de trabalho que os neoliberais chamam de flexibilização, já que, pela ampliação da jornada imposta (sem possibilidade de reação) pelo patrão ou pela queda de demanda de serviços em um mercado de trabalho relaxado, o número de empregos diminui ainda mais, concentrando-se, e mais se afasta o mercado da condição de pleno emprego. Esta dinâmica perversa deveria ser levada em conta pelas lideranças sindicais quando elegem a redução da jornada de trabalho como programa de luta de algumas categorias profissionais: é certamente uma reivindicação justa e progressista quando posta isoladamente, mas será inócua fora do contexto da luta e da efetiva conquista do pleno emprego para a sociedade.

Por outro lado, a luta pelo pleno emprego nas condições brasileiras implica necessariamente implementação de políticas públicas destinadas a eliminar o subemprego e a miséria, assim como é estruturante, por si mesma, de uma melhor distribuição de renda. Insista-se, contudo, que esses não são objetivos concorrentes. A busca do pleno emprego ajuda a criar as condições fiscais indispensáveis

para atacar os fenômenos de degradação social que se reproduzem à margem do mercado formal. Ao mesmo tempo, como observado acima, as políticas públicas de ataque frontal à miséria e ao subemprego exigem a criação e ampliação de empregos formais no setor público. Acima de tudo, na medida do aumento da renda e da sua melhor distribuição, cria-se ou amplia-se o mercado para ocupações profissionais autônomas melhor remuneradas no setor de serviços.

Especificamente quanto à má distribuição de renda, que se constitui um aspecto vergonhoso à parte do deplorável quadro de subdesenvolvimento social brasileiro, os economistas têm razão quando argumentam que nada se pode fazer exclusivamente por lei salarial. As remunerações, não só de empregados como também de autônomos, são comandadas pelo mercado de trabalho. É sobre as condições do mercado de trabalho que se deve atuar, porém não fragmentariamente, mas globalmente. Na experiência histórica brasileira, a partir da segunda metade dos anos 70, as condições objetivas do mercado de trabalho permitiram o fortalecimento do movimento sindical e, no rastro disso, conquistas salariais relevantes no curto prazo. A médio prazo, na ausência de uma política global de rendas pactada e de controle não recessivo da inflação, as conquistas nominais foram rapidamente corroídas pelas altas recorrentes de preços, caindo a economia no círculo vicioso da espiral salários/preços.

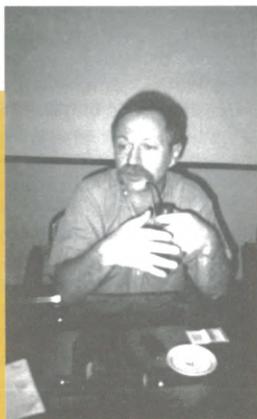
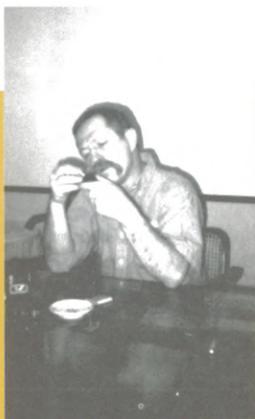
Com o plano de estabilização em 1994 e a desindexação salarial, os ganhos iniciais do trabalho devido à baixa da inflação e ao quase pleno emprego não se sustentaram a partir de 1996 em decorrência do relaxamento das condições do mercado de trabalho e do aumento subsequente do desemprego e subemprego. Em síntese, o pleno emprego é condição necessária e indispensável, embora não suficiente, para melhorar a distribuição de renda no Brasil. A luta por sua promoção deve ser o foco da mobilização social, colocando-se no plano hierárquico mais elevado das demandas sociais e políticas.

É um projeto de lei do pleno emprego, que obrigasse o Estado a implementar políticas públicas para sua promoção, constituiria o próprio cerne daquilo que poderíamos chamar de Lei de Responsabilidade Social dos governantes.

Uma implicação direta do pleno emprego é o aumento progressivo do salário mínimo. Outra, a melhoria também progressiva dos proventos de inativos. Ambos são possíveis, de forma sustentada, a partir do crescimento econômico permanente. A experiência brasileira atual atesta que um salário mínimo legal, embora em um valor vergonhoso em comparação com outros países em estágio semelhante de desenvolvimento, não impede que milhões de brasileiros ganhem menos que o mínimo em um mercado de trabalho relaxado. Quanto aos proventos, não é razoável que tenham sempre aumentos reais quando os rendimentos de ativos, que são a base da receita previdenciária, estão estabilizados ou em queda. Assim, a luta por uma política de pleno emprego, implicando crescimento econômico a altas taxas e o aumento ano a ano das receitas previdenciárias, se traduz-se também como a única luta eficaz pela melhoria do salário mínimo e dos proventos de aposentados e pensionistas. Ativos e inativos estão associados nessa causa.

Isso não significa que os interessados diretos devam abandonar seus pleitos específicos por um salário mínimo maior e por melhores proventos a espera do pleno emprego. Na realidade, aumentar legalmente o salário mínimo e os proventos pode ser uma alavanca fiscal para promover o pleno emprego. Nos anos 30, Keynes propôs que se enterrassem notas de dinheiro para serem desenterradas pelos desempregados, a fim de reativar a demanda efetiva e revigorar desse modo a economia. Pois que, na nossa condição atual de desemprego, dêem as notas diretamente aos que ganham menos na ativa ou na inatividade para se ter o mesmo efeito. O déficit fiscal que porventura resulte disso será logo compensado pelo aumento das receitas advindas do crescimento e do pleno emprego.

Ele quer matar o Ronald



Não foi a primeira vez que o ativista José Bové esteve no Brasil. Mas, sem dúvida, foi a mais conturbada. Convidado para participar do Fórum Social Mundial, ele fez muito mais: conheceu assentamentos rurais, participou de passeatas e arrancou mudas de soja transgênica. A reação das

autoridades nacionais veio rapidamente. A Polícia Federal lhe deu 24 horas para deixar o país, prorrogadas através de um *habeas corpus* por mais um dia. Foi no meio desse "incidente diplomático" que o francês, nascido em Bordeaux em 1953, concedeu esta entrevista. Mas parece que ameaças de prisão ou deportação não assustam esse camponês produtor de queijo Roquefort. Conhecido no mundo todo por quebrar lojas da rede McDonald's, ele promete voltar ao país em junho para o lançamento de um livro. Quanto a sua presença no próximo Fórum Social Mundial, que também acontecerá em Porto Alegre em janeiro de 2002, deixa no ar: "Talvez, eu venha". E nós esperamos.

Sua luta já dura 30 anos. No final dos anos 60, você se uniu a fazendeiros contra os militares. Como isso aconteceu?

José Bové – De 1971 a 1981 aconteceu um grande embate na França. Foi uma luta simbólica. Começou quando o ministro do Exército decidiu aumentar a base militar em Larzac, um planalto francês onde as pessoas criam ovelhas para fazer queijo Roquefort. A base militar tinha 3 mil hectares e queriam aumentá-la para 17 mil hectares. Mais 14 mil hectares! O ministro do Exército decidiu isso sem que ninguém fosse ouvido. As famílias de camponeses que viviam em Larzac ficaram sabendo pela TV. Ficaram surpresas em saber pela imprensa o que ia acontecer com elas. Essas famílias se juntaram e decidiram que não queriam deixar suas terras. Não concordavam com aquilo.

Mas o Estado não iria colocá-las em outro lugar?

José Bové – Não. O governo queria transformar as terras em área militar e as famílias não teriam permissão para ficar. O Exército queria expulsá-las. Era uma base militar para tanques. E iriam bombardear todas as casas.

Então, decidiram resistir. Em 1972, fizeram um juramento de que nunca venderiam suas terras para o Exército – que nunca as deixariam. O embate já havia começado. Ao mesmo tempo, decidiram qual seria a forma de luta. Ficou acertado que lutariam sem violência. Decidiram isso na Páscoa de 1972.

Qual foi sua participação nisso tudo?

José Bové – Nessa época, eu era muito novo, tinha apenas 19 anos. Estava em Bordeaux, onde participava de um grupo ativista que lutava para mudar uma lei que obrigava à prestação de serviço militar. Na França, quando alguém se recusa ir para o Exército, seu tempo de serviço dobra. Era comum ouvirmos: “não concordo em ir para o Exército porque me recuso a usar armas”. Soubemos da luta no campo e fomos ajudar os fazendeiros. Outros grupos, além do nosso, fizeram o mesmo. Também formamos alianças em outras cidades da França para que participassem da ação dos fazendeiros.

Você chegou a morar na cidade?

José Bové – Sim, morei alguns meses em Larzac em 1973. Decidimos construir uma casa para as ovelhas porque a que existia era muito velha. Mas, com a decisão do Exército de obter aquele campo, isso era impossível. Impossível também era conseguir dinheiro em qualquer banco. Era proibido construir qualquer coisa naquela área. Era preciso permissão. Resolvemos construir nós mesmos uma casa bem grande e não do jeito moderno, mas do jeito tradicional. Para isso, usamos pedras. Durante alguns meses, juntamos mais de 400 pessoas para construir

essa casa. A mobilização durou dois anos e outras casas foram construídas. Esse se tornou o símbolo da nossa resistência. Nós chamávamos de resistência sólida – tão sólida quanto as pedras que usávamos. Foi assim que conheci Larzac.

Mesmo depois de dois anos, os camponeses continuaram resistindo? Que tipo de dificuldades enfrentaram?

José Bové – Voltei à região em 1975, depois de muitas idas a Larzac. Os fazendeiros me convidaram. Contaram-me que alguns proprietários estavam vendendo as terras para o Exército. Não eram fazendeiros, apenas donos de terra. Em 1981, estava ilegalmente na região. A polícia poderia aparecer a qualquer momento e me expulsar. Foi bem difícil viver naquela fazenda. Não tínhamos água nem eletricidade. Minhas filhas – uma nascida em 1975 e outra em 1978 – moraram lá por quatro ou cinco anos sem eletricidade nem nada. Só foram conhecer a eletricidade em 1984. Durante esses anos tivemos muitas demonstrações de resistência e de dignidade. 60 mil pessoas, 100 mil pessoas marchando dessas terras para Paris.

São quantos quilômetros?

José Bové – 800 quilômetros. Uma vez fizemos uma passeata com tratores. Em 1978, fomos andando – foi uma grande e importante manifestação. Fizemos muitas outras também. Em 1980, acampamos durante dias embaixo da Torre Eiffel, com todas as crianças! Foi uma grande bagunça. Nós nos divertimos muito. Isso é muito importante: quando se está fazendo um grande embate é preciso também se divertir.

Como foi criada a Confederação Camponesa?

José Bové – Os grandes fazendeiros estavam contra a maior parte dos pequenos e médios fazendeiros. Por isso, decidimos criar a união Camponeses Trabalhadores. Na França, só existia uma grande união de fazendeiros, que tratava os pequenos e os grandes da mesma maneira – o que era uma loucura. Em 1981, decidimos criar uma união de fazendeiros, que não concordava com o que estava acontecendo com a política européia de agricultura. Outras uniões foram nascendo na França em 1983 e 1984.

Levamos quatro ou cinco anos para decidir o que fazer com as terras, para criar uma nova maneira de organização. Mais de 6 mil hectares haviam sido vendidos para o Exército. Não queríamos comprá-los de volta e dissemos para o governador do estado: “Vocês compraram essas terras de proprietários, nós não somos proprietários. Somos fazendeiros e queremos continuar como fazendeiros. Mantenham as terras, mas nos dêem a possibilidade de organizá-las, de resolver a maneira como vão ser distribuídas”. Decidimos tudo sobre a terra e fizemos uma seleção entre as pessoas que queriam ser fazendeiros.

A idéia é transformar a fazenda da Monsanto em uma fazenda de agricultura de subsistência. Deverá ser um exemplo para todo o Brasil

Esse é o único exemplo na França de um tipo de organização assim. Estamos fazendo isso desde 1985.

Em 1987, vimos que era loucura ter um monte de uniões pequenas para defender praticamente os mesmos objetivos. Assim nos unimos para criar a Confederação Camponesa. Tivemos que fazer um embate. O Estado não nos reconhecia e só fomos organizados como sindicato em 1989. E só fomos legalizados em 1999. Foram 20 anos de luta para ter essa organização. E agora somos o segundo sindicato na França.

Todos da Confederação são camponeses?

José Bové – Para estar no sindicato é necessário ser camponês, mas agora temos um verdadeiro problema. Desde que começamos a luta contra a OMC e com o acontecido no Mc Donald's, mais e mais pessoas que não são fazendeiros quiseram nos dar apoio. Por isso, em muitos municípios criamos a Associação de Amigos da Confederação. Assim outros podem estar com a gente.

Mas você também esteve envolvido em outras lutas, como contra os testes nucleares.

José Bové – Sim. Durante os 10 anos que lutamos contra o Exército muitas pessoas nos ajudaram. Era nossa vez de ser solidários. Participamos de outras lutas – lutas de solidariedade – em prol de outras pessoas no mundo. Em 1984

nos juntamos a habitantes da Nova Caledônia, uma ilha no sul do Pacífico, onde os nativos eram contra o governo francês. Muitas pessoas foram ajudá-los, mesmo sendo longe de nossas casas: são 20 mil quilômetros. Os líderes desse lugar estavam indo com frequência a Larzac e nos encontrávamos. Durante a luta, decidimos dar-lhes um pedaço de terra da nossa área. Algo como lhes dizer que existia um lugar na França onde eram bem-vindos e que era uma extensão de suas terras. Nós construímos uma casa bem simbólica.

Em 1996, quando Jacques Chirac resolveu voltar com os testes nucleares, decidimos apoiar os moradores da Polinésia contra os testes. Oito fazendeiros foram à Polinésia e lutaram durante dois meses com eles. Fizemos manifestações no Taiti com o barco Rainbow, do Greenpeace. Íamos de barco para onde os testes estavam sendo feitos. Também fizemos manifestações no aeroporto. A polícia agia de forma enérgica, jogava bombas,

não só de lacrimogêneo. As pessoas ficavam muito irritadas e atacavam os policiais. Essa confusão durou um dia inteiro. Mais de 215 carros foram incendiados. Foi terrível. Estávamos lá como observadores para dizer: "olha o que está acontecendo". Mas fomos acusados, como franceses, de ser responsáveis. Quase três anos depois, tivemos que voltar para ir a julgamento. Eram 60 polinésios e quatro franceses na corte. Isso foi em 1998 e ainda continua. Nunca termina!

Como você se sentiu?

José Bové – Tive muito orgulho de estar com todos eles naquele julgamento. É o mesmo sentimento que terei se tiver que ser julgado aqui no Brasil pelo que aconteceu na Monsanto. Ficaria muito orgulhoso de estar com o MST.

Você prometeu apoio da Via Campesina para transformar a área invadida da Monsanto em exemplo de agricultura sustentável. Como será isso?

José Bové – A idéia é transformar a fazenda da Monsanto em uma fazenda de agricultura de subsistência. Mas primeiro temos que colocá-los para fora! Depois, vamos fazer algumas experiências e ensinar os fazendeiros a fazer agricultura de subsistência. Esta deverá ser uma fazenda especial, um exemplo para todo o Brasil.

Durante o Fórum Social Mundial, você foi chamado de MST francês por João Pedro Stédile. O que você acha desse título?

José Bové – É muito simpático. O MST também pode ser chamado de Confederação Camponesa Brasileira. Claro que não temos a mesma situação, não vivemos na mesma situação, mas acho que queremos fazer o mesmo. A maneira de nos manifestar é a mesma. Não temos medo de estar diante da lei e de tomar atitudes ilegais se acharmos que essas atitudes são legítimas. Temos a mesma opinião sobre que tipo de agricultura nós queremos. E nossos movimentos estão envolvidos em muitos embates.

Qual sua avaliação sobre a política agrícola européia?

José Bové – É uma história muito longa. Existem livros e livros sobre o assunto, mas em algumas palavras, desde 1958 existe um projeto político europeu para que cada nação seja capaz de alimentar seus habitantes. Mas isso só deu certo no começo porque tivemos que aumentar a nossa produção. Depois de alguns anos, a produção ficou muito alta, geramos muitos excedentes, foi um problema. O outro problema foi a entrada no mercado internacional. Eles mudaram as leis em 1992 para adaptá-las às regras da OMC. Por causa disso, 40 mil fazendas são destruídas por ano e mais de 80% dos subsídios para a agricultura vão para menos de 8% dos fazendeiros.

Essa política concentra muito dinheiro em poucas fazendas. E também quando se tem uma

maneira bem produtiva de agricultura, para a produção industrial, consegue-se mais dinheiro do que do modo tradicional de agricultura. Se você produz o suficiente para alimentar suas vacas, consegue 300 francos por hectare, mas se planta milho para fazer alimento para vacas e irriga a terra, ganha 3 mil francos por hectare, ou seja, 10 vezes mais. Isso significa que a agricultura industrial tem 10 vezes mais subsídios do que a agricultura tradicional. É o que queremos mudar. E por causa disso temos cada vez mais problemas. Em algumas cidades, é necessário comprar água fora porque a água local está contaminada com nitrato. Nós tivemos a vaca louca e problemas com oxima nas galinhas. As pessoas concordam que é necessário mudar essa política. É preciso parar com os subsídios para exportação.

Você é acusado de ser protecionista, de não concordar, por exemplo, com a venda de produtos brasileiros na França.

José Bové – Essa é uma maneira caricata de ver. Na Europa, precisamos muito de soja, feijão, ovelhas, gado. Não somos contra o mercado, mas a favor da agricultura. Cada país deve ser capaz de alimentar sua população. No Brasil existem 60 milhões de pessoas que não têm o que comer. Nesse caso, é insano ter uma agricultura para exportação, exportar soja para outros países. A agricultura existe para que as pessoas sejam alimentadas. Essa é a principal função, é o que se deve fazer.

Alguns defensores da biotecnologia garantem que os transgênicos podem acabar com a fome no mundo.

José Bové – Isso não é verdade. Não há possibilidade de que os transgênicos alimentem a população. A fome não é um problema técnico, é um problema político e econômico. Representantes das Nações Unidas declararam claramente, há dois meses, que existem dois problemas sobre a fome que devem ser resolvidos: um é acabar com os subsídios para exportação dos EUA e Europa, que ajudam a vender os produtos para os países do Sul por um preço baixo. Isso deve acabar – foram as Nações Unidas que disseram isso, não a gente, dizemos o mesmo, mas desta vez foram eles. O outro é a necessidade de dar terras aos fazendeiros para ter certeza de que não poderão ser expulsos. O que significa que é necessário fazer uma reforma agrária. Não foram os fazendeiros que disseram isso. Mas isso significa que nas altas esferas sabem exatamente qual é o problema da fome. Não é técnico, claro. É possível ajudar de outras formas, porém o mais importante é mudar as regras econômicas e dar aos fazendeiros a possibilidade de ter terras. Vocês sabem exatamente o que é isso todos os dias, não é?

Quais os principais riscos que envolvem a produção de transgênicos?

José Bové – Os transgênicos não têm uma produção alta. E necessitam de pesticidas, isso é muito perigoso e causa poluição genética. Estou lendo muito sobre o assunto e sei que esse é um dos maiores perigos sobre os transgênicos. Também há o monopólio das sementes por uma companhia, o que significa que os fazendeiros não podem manter suas próprias sementes para ter uma nova safra. Se você comprar sementes transgênicas e colocá-las na terra, elas vão crescer, mesmo sendo ruins. Mas se replantar a semente é ilegal, considerado pela companhia como roubo de patente.

O problema dos transgênicos é que eles têm uma patente da semente. Hoje, nos EUA, mais de 500 fazendeiros estão no tribunal porque são acusados pela Monsanto de roubar a patente. Esse é o motivo da Monsanto ter feito, há alguns anos, uma modificação conhecida como *terminator*, que é uma maneira especial transgênica de fazer com que a semente cresça, mas depois seja esterilizada. Se você replantar, nada acontece. Por isso, a cada ano as pessoas precisam comprar mais sementes.

Você falou sobre um tribunal internacional onde os governos seriam julgados, responsabilizados.

Como isso funcionaria?

José Bové – É difícil colocar os Estados Unidos diante desse tribunal, mas é viável colocar outros países que estão em guerra. Já existiu um tribunal especial composto por movimentos para discutir o que estava acontecendo com a guerra, o que era ruim sobre ela. O que tinham era um tribunal popular para dizer "eu não concordo com esta política". Foi o que fizemos em setembro de 2000. Tivemos um tribunal internacional na Índia para julgar o governo indiano sobre a questão da utilização de sementes transgênicas. Acredito que é uma maneira pedagógica de dizer que não concordamos com esta ou aquela política, é uma maneira de se ter um julgamento público sobre as políticas.

Qual a sua definição sobre o que aconteceu em Seattle?

José Bové – Seattle foi a primeira manifestação mundial, foi a primeira vez que a sociedade civil esteve junta para dizer que não concordava com as políticas que estavam sendo decididas. E pessoas diferentes vieram de muitos países e se juntaram para dizer o mesmo. É por isso que eu disse que o século XXI começou em Seattle. Foi uma nova história para as pessoas no mundo.





Acredito que Seattle foi o começo da nossa história. Assim como o Fórum Social Mundial foi o segundo passo.

O que significou quebrar o McDonald's? Ou melhor, você realmente fez isso?

José Bové – Nós não quebramos uma loja do McDonald's, nós desmontamos. E, cinco dias antes, demos uma entrevista coletiva para dizer o que iríamos fazer. Nós avisamos. Todos sabiam, a polícia sabia. Quando chegamos lá, todos sabiam o que iríamos fazer. Nós não quebramos, apenas

entramos – a loja estava sendo construída ainda – e retiramos com ferramentas tudo que estava lá. Depois, levamos para o governador.

Decidimos fazer isso por causa de uma situação especial colocada pela OMC. Ela resolveu tomar uma medida contra a Europa que estava se recusando a comprar carne dos Estados Unidos. A Europa se recusava porque os EUA usam hormônios para alimentar o gado. E desde 1989 é proibido usar tal tipo de hormônio. Não concordamos por ser perigoso para a saúde. Recusamos, então. Aí a OMC tomou uma decisão contra a gente. Foi colocada uma taxa de 100% sobre alguns produtos, que tivemos que escolher, exportados para os EUA. Um desses foi o queijo Roquefort que fazemos. Se vendêssemos o quilo de queijo por 100 francos chegaria nos Estados Unidos custando 200 francos. Eles aumentaram os impostos para dizer "olha o que acontece quando vocês não comem a nossa carne".

Não existe tribunal para isso, não se pode ir contra a decisão. Se não concordamos, não podemos apelar para algum tribunal. E os fazendeiros que fazem esse tipo de queijo não podem dizer que não concordam com a decisão. Percebemos que não tínhamos o que fazer e precisávamos explicar para as pessoas. Então, decidimos fazer a manifestação no McDonald's, um símbolo do

mesmo tipo de comida não importando o país, da agricultura industrial. E também por ser primeira multinacional de comida no mundo.

Fizemos tudo isso para mostrar que agora esta instituição internacional está decidindo o que temos que comer. Para a OMC, o mercado de carne é mais importante do que a saúde da população. As pessoas – depois que fui preso – entenderam o que estava acontecendo e ficaram muito irritadas. Foi uma manifestação bem pedagógica.

Qual sua opinião sobre o governo brasileiro?

José Bové – Temos pouco tempo para dizer tanto, mas acho que a política agrária está completamente errada. Em relação à reforma agrária, está tudo errado. A maneira como faz pressão aos movimentos sociais está errada também. É um governo bem opressor nesse assunto. Eu acho que deve pensar sobre o que está fazendo e deve mudar; e deve mudar.

Você se considera um homem corajoso?

José Bové – Não. Acho que todos têm a mesma coragem. O único problema é que cada um tem que enfrentar seu próprio medo, tem que vencer seu próprio medo, depois pode fazer tudo. O problema não é o medo do que está na sua frente, mas o que está dentro de você. Se você vencê-lo, está tudo bem.

Quais seriam os seus mandamentos para um outro mundo?

José Bové – Temos que mudar as regras internacionais. Todas as regras internacionais mundiais, as econômicas, as financeiras, as de guerra, todas as que você quiser. O que dizemos é que todas as regras das instituições internacionais que tratam desses assuntos devem ser subordinadas aos direitos humanos. Devem respeitar os direitos econômicos, culturais e sociais. Por exemplo, alimentar a população dos países, dar o direito à educação, à saúde etc. Todas as regras internacionais devem estar subordinadas aos direitos humanos. ■

Agricultura não é mercadoria

"Não queremos participar da gestão de um Estado e sim construir, onde estamos e também internacionalmente, um contra-poder para fazer face às instituições financeiras e a todos os que querem tomar decisões à força. A Confederação Camponesa não tem sentido se não for através de um movimento que reagrupe camponeses de todos os continentes. Ela é somente um componente de um grande movimento e está no coração da luta contra o sistema neoliberal, contra as multinacionais. Esse movimento é o Via Campesina.

Nossa campanha começou há somente 2 ou 3 anos. Esse movimento, porém, foi iniciado há mais de 15 anos, em 1990, quando o Gatt, o triste ancestral da OMC, decidiu incluir a agricultura nas negociações internacionais de comércio. Foi quando sentimos necessidade de nos organizar para tornar a luta internacional. O objetivo do Gatt era transformar a agricultura em mercadoria, permitir qualquer empresa internacional de comercializar produtos agrícolas para ter ainda mais lucro. É contra isso que nos mobilizamos."

Ao lado, trechos do discurso do ativista José Bové durante o Fórum Social Mundial (Porto Alegre, janeiro de 2001)

Tradução: Lourdes Grzybowski

Realizaram esta entrevista exclusiva, concedida durante o Fórum Social Mundial em Porto Alegre, a repórter Jamile Chequer e a coordenadora de Comunicação e editora da revista, Iracema Dantas.

Fotos: Iracema Dantas / Arquivo Ibase

No banco dos réus

“A OMC quer fazer crer que o comércio agrícola vai permitir alimentar o planeta. Isso é mentira, é mais um ato criminoso. Por causa das subvenções às exportações da Comunidade Européia ou dos EUA milhões de camponeses são expulsos e as favelas continuam a crescer em torno das cidades. É necessário que um dia um Tribunal Internacional julgue os atos dessas pessoas que estão sistematicamente destruindo a agricultura.

Mas esse combate é feito de maneira desigual. Trata-se, de início, de se reapropriar das terras de grandes proprietários – cerca de 1% detém mais de 50% das terras. Isso é inacreditável. Mais inacreditável, porém, é saber que 60 milhões de brasileiros não comem o suficiente todos os dias. Como o governante de um país pode manter um terço de sua população em estado de fome ou desnutrição? Ele também deve passar por um Tribunal Internacional.

Lutamos contra essa política que subvenciona cereais, leite ou carne em detrimento dos habitantes do planeta. Denunciamos a subvenção que destrói os pequenos produtores. Um exemplo: em cinco anos, por causa da exportação de carne congelada européia, mais da metade do rebanho dos países subsaarianos foi destruída. A carne européia custava 10 francos o quilo no mercado africano enquanto o custo de produção dos camponeses africanos era mais de 20 francos o quilo, é inadmissível. Lá também os responsáveis europeus vão um dia pagar por isso.

Queremos mostrar ainda que a Europa não tem vocação para exportar matérias-primas. Por isso reivindicamos uma reforma agrária. Pedimos o desmantelamento da política agrícola e sua substituição por uma verdadeira política, em solidariedade com os outros camponeses do mundo. Precisa ser uma política baseada no controle da produção, isto é, não se produzirá mais do que o necessário. Que permita o alcance do direito de produção a todos os camponeses para que uma minoria não se apossa da produção e possamos, através de política agrícola, criar numerosos empregos. Mas também uma política orientada em direção a uma agricultura que proteja o meio ambiente.

A agricultura de hoje destrói o emprego e o meio ambiente, tornou-se um perigo público ao consumidor. Na metade das cidades da França não se pode beber água da torneira, inteiramente poluída pelo nitrato. Com a vaca louca nos damos conta que empresas multinacionais e fabricantes de ração para animais ganharam dinheiro colocando em perigo a saúde do consumidor e transformando agricultores em cúmplices de doenças. Os Estados europeus deixaram a política de venda livre de animais continuar, deixaram os fabricantes de ração continuarem seus negócios podres. Movemos processos e esperamos que a justiça seja feita, mas continuaremos a luta para fazer com que um dia também esses fabricantes de agroalimentação paguem pelos prejuízos.”

O combate que fazemos é para dar futuro ao planeta. Passa primeiramente pela sobrevivência alimentar, um direito inalienável do povo

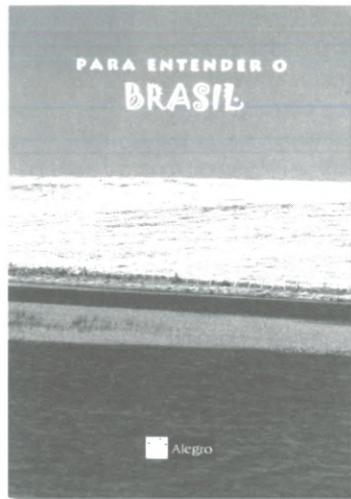
Justiça cega

“Para nós, não há diferença entre nosso combate no Norte e no Sul. A questão da sobrevivência agroalimentar nos reúne para que os europeus possam se alimentar com sua própria produção, para que os brasileiros e os países da América do Sul, da Ásia, da Índia ou da África possam ter sua própria alimentação. Os atos de luta são forçosamente diferentes porque a situação geopolítica é diferente. Mas esse não é o único ponto que nos une. O segundo ato de luta, que nos toca mais, é a luta pela segurança alimentar. Não se trata simplesmente de quantidade, mas de qualidade. É inaceitável que em nossa sociedade, sejamos ricos ou pobres, não tenhamos direito à mesma qualidade de alimentação.

Lutamos para que seja feita uma agricultura que permita aos habitantes do planeta comer de acordo com a sua fome e também produtos de qualidade. Por isso combatemos aqueles que tentam impor um sistema de produção destruidor do meio ambiente e que cause problemas à saúde. Travamos um combate na Europa, nos anos 80, para proibir a utilização de hormônios na criação de animais. Durou anos, mas foi vitorioso graças à mobilização de camponeses e consumidores. Depois de 1989 os hormônios foram proibidos. Essa foi uma vitória radical do movimento.

Como aceitar que em 1999 a OMC tome uma decisão contra a Europa e a condene por ter recusado a importar animais tratados com hormônios dos EUA? Na ocasião nos acusaram de violência, de empregar meios ilegais, mas quem sabe o que é ilegal? São os que têm consciência nacional e querem se proteger contra isso ou os que produzem hormônio, os que dizem que os hormônios não têm importância?

Estamos em condições de resistência, em estado de legítima defesa diante dessas organizações internacionais, das intervenções internacionais, das multinacionais. Ninguém pode atacar a lei da OMC. Se o MST, ou mesmo a Confederação Camponesa, quiser atacar a decisão injusta da OMC não existem meios para fazê-lo. Não temos recursos diante dessa instituição que impõe a lei de mercado. O que fazer então? Só a ilegalidade pode fazer valer o direito.”



Para entender o Brasil

Vários autores
 Editora Alegra
 367 págs.

Há uma questão que o título do livro evoca e que nos assombra, um fetiche nacional: o que é o Brasil? A primeira constatação é a de que não compreenderíamos o país e que precisaríamos compreendê-lo. Haveria uma segunda, mais trágica: o Brasil foge à compreensão, entorna tanto do pote da razão quanto da emoção. A causa, de maneira geral, poderia ser resumida na fórmula *não o entendemos pois não está pronto ainda*. Mas, o que seria esse *estar pronto*? Quais os parâmetros usados para se determinar que o Brasil está em construção?

“O século chega ao fim no Brasil com uma nação inconclusa. O que significa isto? Que os elementos que definem uma nação moderna não se completaram por aqui. Não concluímos a transformação da população que vive no Brasil em um povo brasileiro.”
 (Joel Rufino)

Não seríamos ainda uma nação, mas seria possível identificar modelos. O que nos falta estaria nos outros povos, *naturalmente* em todo país que se preze. Se povos asiáticos são milenares, nós chegamos agora aos 500 anos malfeitos. Se nações européias e africanas são homogêneas, nossa miscigenação só poderá render algo de consistente no futuro, quando estivermos uniformizados. Olhamos com inveja para o Oeste da América Latina, composta majoritariamente por populações descendentes de povos autóctones (sic) da América. Há também a posição inversa de quem, a partir das mesmas relações de alteridade, por positivar o que a postura negativista encara como entraves, exalta a extrema singularidade brasileira. As duas, em suas versões extremadas, nos têm em construção – passe mais tarde, quando nos tornarmos um povo de verdade.

Não que todos os textos reunidos na coletânea *Para entender o Brasil* enquadrem-se em um ou n’outro ponto de vista. Ao contrário. A pluralidade é perturbadora se justamente estivermos a procura da (de alguma) unidade que nos defina. O pressuposto assumido por cada autor e os resultados alcançados são por vezes inconciliáveis e contraditórios. Essa diversidade é a maior riqueza e interesse do livro. O esforço para definir esse Brasil escondido, que escaparia aos brasileiros assim que nos empenhamos em agarrá-lo, é mais do que centenário e nada leviano. Se já é definidor de nosso Romantismo, será plenamente formatado no século XX. Citando de roldão, a Semana de Arte Moderna de 22, o Cinema Novo, o Tropicalismo, as obras de Sérgio Buarque de Hollanda, Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro e muitos outros. Mesmo discordando por vezes, temos toda essa turma em muito boa conta.

E a pergunta persiste nas melhores cabeças como piolho: mas afinal de contas, o que seria o Brasil? E o livro vem colocar mais lenha com 37 textos curtos inéditos de autores das mais variadas áreas e formações. Essa não

é uma questão evidente para toda nacionalidade. Outros povos sabem o que são, ou sabem mais do que a gente, ou sabem que sabem. Por que diabos não saberíamos quem somos? Culpa da nossa formação? O fato do país ter sido inventado por decreto antes de existir um povo brasileiro? (Os índios? Ah, esses nem contavam para a lógica da civilização branca da época, “sei lá, põe para trabalhar, catequiza, mata...”) E a terra se encheu de exilados negros e brancos mas que já eram outra coisa, algo indefinido, uma gente sem nome, um trabalhador qualquer. Um brasileiro.

“Temos uma identidade móvel, que vaza pelas próprias fronteiras. Que não se deixa fixar.” (Heloísa Buarque de Hollanda)

Quem sabe vem daí o fato de que muitos achem que, no fundo, não somos brasileiros, não ainda? Seríamos algo além (além mar), da África ou da Europa onde viveriam, aí sim, povos milenares, homogêneos e autóctones. Ou seríamos um bando, uma reunião qualquer, eternamente correndo atrás, pois sempre seremos mais novos; presos à memória do exílio que talvez seja forte o suficiente para jamais nos encarmos como 100% americanos; e onde a homogeneidade, além de inatingível, talvez venha ser realmente uma falácia. Nossa memória seria a do transplantado e esse trauma, jamais superado, nação *ainda-por-se-definir*, projeto inconcluso.

Mas se, pelo contrário, deslocássemos a questão invertendo a formulação: somos um país por inteiro, pronto, que não precisa ser nada além do que já é, singular mas de uma singularidade entre tantas no planeta. Não há o que compreender, mas aceitar, festejando, lamentando e, quando possível, transformando. Assim, *o Brasil é uma obra acabada*. O que não quer dizer que nossos laços com as culturas estrangeiras que nos formaram não continuem sendo importantes. Também não

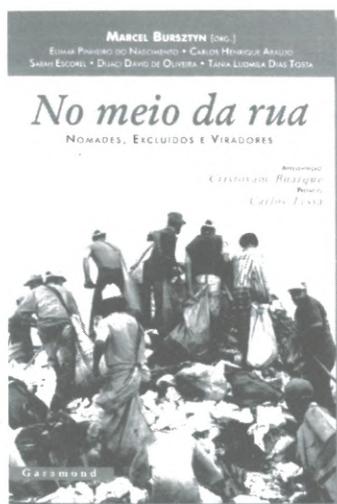
significa que não tenhamos problemas, muitos decorrentes de nossa formação, e que não devamos compreendê-los e mudá-los, como a nossa vexatória dívida social. Mas por que, com todos esses problemas, por maiores que sejam, não teríamos força para constituir uma nação agora, já? O Brasil não é uma abstração, nem o oficial, o qual costumamos desdenhar, nem aquele o qual gostamos de nomear como *real*.

Por outro lado, *o Brasil é um país ainda por ser feito*, que se constrói a cada momento, mutante e com a cara de quem se nomeia brasileiro com todas as referências pessoais e coletivas – a família, a casa, os vizinhos, o Congresso, o clube de futebol pelo qual torcemos, a música (inclusive estrangeira) que ouvimos, o trabalho, o bairro, o transporte que utilizamos para trabalhar, nossos filhos e por aí vai. Da mesma forma como, aliás, todos os outros povos do mundo.

“Há um novo Brasil a ser contado a cada momento, uma síntese, da conjuntura com o mais profundo, a ser refeita constantemente, atualizada.” (Sílvio Tendler)

Realmente, as questões que animam o projeto de *Para entender o Brasil* (título ambicioso) me incomodam. O que não quer dizer que o resultado não seja bom. Uma das qualidades do livro é sua agilidade: os autores, além do texto, respondem a onze perguntas, as mesmas para todos; o livro encerra com a seção *Meu Brasil Brasileiro*, com frases sobre essa busca ontológica do *Ser brasileiro*. Ser definido no texto assinado por Ziraldo de maneira simples, “eu me sinto brasileiro”, contra toda postura negativista da nacionalidade.

Marcelo Carvalho
Jornalista, pós-graduando
em Jornalismo Cultural



No meio da rua: nômades, excluídos e viradores

Marcel Bursztyń (org.), Elimar Pinheiro do Nascimento, Carlos Henrique Araújo, Sarah Escorel, Dijaci David de Oliveira, Tania Ludmila Dias Tosta
Editora Garamond
260 págs.

Alguns anos atrás, ao citar a família de pobres vivendo debaixo de papelão, em frente ao prédio da faculdade onde falava, fui surpreendido pelo espanto de alunos e professores que não tinham percebido a existência daqueles pobres. Era como se fossem tão excluídos, que tivessem ficado invisíveis.

Em meio aos salões acadêmicos não é fácil ver quem vive no meio da rua. É um treinamento diferente que permite esta nova visão. Exige aliar sentimento às análises teóricas. Coisa que a universidade teima em se negar a fazer.

Esta é a importância do livro *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. É um murro na globalização, que desnuda o mais dramático dos sintomas provocados por este processo nas últimas décadas, no mundo inteiro:

a exclusão social. Mas desnuda mostrando o que há de mais imoral na realidade do começo do século XXI: o lixo que une incluídos e excluídos da modernidade. O livro chama a atenção para a diferença entre pobreza e exclusão, entre subdesenvolvimento e miséria.

Antes da globalização, o mundo era dividido entre desenvolvidos e subdesenvolvidos, e estes estavam em mutação para levar seus habitantes às características de ricos. A globalização tornou obsoleta a divisão entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos. Porque nestes últimos há uma parte da população que dispõe dos mesmos padrões de consumo dos primeiros. E nos desenvolvidos há uma parcela tão excluída quanto há nos países pobres.

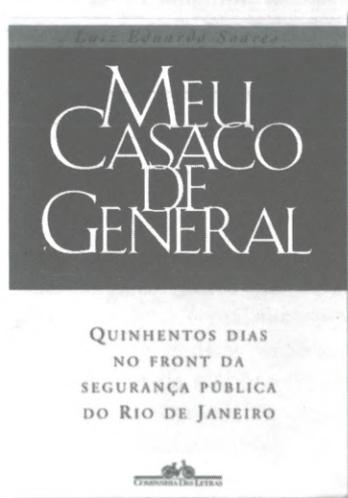
O livro ressalta o fato de que o sistema global produz pessoas descartáveis que passam a viver do descarte do consumo. Como se os seres humanos fossem lixo vivendo na rua e da rua, do lixo dos ricos. O descarte social e o descarte do consumo se unindo – um vivendo do outro.

Tal constatação seria suficiente para fazer deste livro um marco na descrição do mundo moderno, especialmente em países como o Brasil. Mas o livro aprofunda este argumento em oito capítulos que se completam. Os autores partem da análise da marcha social, da desigualdade à exclusão. Fica implícito que esse caminho pode levar da exclusão à dessemelhança entre os seres humanos.

Estamos diante de um livro pioneiro e que tem a riqueza de olhar o mundo a partir do Brasil. Os autores fazem uma revolução no pensamento acadêmico brasileiro, ao saírem da tradição de analisarem o Brasil como se fosse um país em direção à riqueza, e olham o mundo caminhando para a ruptura social entre incluídos e excluídos. Este é o imenso mérito metodológico, a mudança de olhar.

Cristovam Buarque

Professor da UNB (Universidade de Brasília) e ex-governador do Distrito Federal



Meu casaco de general

Luiz Eduardo Soares
 Cia das Letras
 480 págs.

Tão perto e tão longe. Esta é a sensação que ficamos ao concluir a leitura de *Meu casaco de general*, escrito por Luiz Eduardo Soares, coordenador de Segurança Pública e subsecretário de Pesquisas Cidadania do Estado do Rio de Janeiro, até ser exonerado em 17 de março de 2000. Nunca estivemos tão perto de uma política de segurança democrática no Rio de Janeiro. Infelizmente, as dificuldades encontradas também nos levam a pensar sobre o quanto ainda estamos distantes de sua efetiva implementação.

Apesar da incontestável urgência, a questão da reforma do aparelho policial sempre gera um sentimento de impotência. A classe média e os ricos, assim como a mídia, evita o assunto, a não ser quando atingidos diretamente ou confrontados com a grandiosidade mórbida dos fatos. A violência é então transmutada em notícia-espetáculo, show da vida.

Uma das consequências mais perversas desse quadro é a permanente desconfiança em

relação à polícia. Os policiais sofrem com o preconceito, com a falta de treinamento e com as péssimas condições de trabalho. Embrutecem no exercício da função. E brutos cometem crimes muitas vezes hediondos. A prática cotidiana da tortura, do extermínio, a corrupção e a cumplicidade com o crime organizado por parte de agentes policiais são alguns exemplos da falência da segurança pública no Brasil.

O livro é um relato minucioso do que se passa nas entranhas da Secretaria de Segurança. Espécie refinada de caderno de campo, muito usado pelos antropólogos nas suas pesquisas, contém uma reflexão profunda sobre os desafios que enfrentamos nessa área. Imbuídos de uma convicção quase missionária, Luiz Eduardo e equipe caminharam o tempo inteiro no fio da navalha, lutando para vencer o jogo na prorrogação, lançando sementes de uma nova política através de projetos como as delegacias legais, os mutirões pela paz e os centros de referência contra discriminação racial, sexual e violação dos direitos das crianças e adolescentes.

Embora possamos não estar de acordo com todas as suas propostas, a experiência de Luiz Eduardo nos ensina que é possível uma política de segurança democrática. Em grande medida, trata-se de romper com a inércia arraigada há tempos nas rotinas policiais. Conforme gostava de dizer o general José Siqueira, ex-secretário de Segurança do Rio de Janeiro, segundo consta no livro, “secretaria que funciona bem é aquela que não dá trabalho ao secretário”. Parece que esse foi o maior pecado de Luiz Eduardo. Deu muito trabalho ao governador – que recuou quando a única opção decente era a de avançar nas reformas. O livro é uma referência essencial para quem quiser tentar novamente a utopia de construir uma polícia cidadã.

Atila Roque
 Coordenador de Políticas Públicas e
 Globalização do Ibase

Um arranhão no pensamento dominante

O Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, de 25 a 30 de janeiro de 2001, tem tudo para se tornar um daqueles marcos que pontuam a história da nossa geração. São aqueles eventos que parecem definir um antes e um depois deles, pelo que contêm de ruptura e redirecionamento do movimento histórico, ao menos de entendimento do que se passa, das condições da aventura humana. As mudanças que provocam podem ser de efeito prático imediato ou, o mais provável, acontecem no modo de perceber e avaliar possibilidades e limites da ação do homem em sua diversidade de situações, relações, estruturas, culturas e processos históricos.

De toda forma, nós – mulheres e homens – fazemos história pelo que somos e pelo que imaginamos que somos. Imaginar que um outro mundo é possível é um ato de criação para torná-lo possível. Um evento como o Fórum Social destampa contradições e as faz obrar, liberando energias criativas. É, sem dúvida, um esperançoso começo de milênio para os amantes da liberdade e dignidade humana.

A grande força do Fórum Social reside naquilo que carrega como novidade. Trata-se de uma iniciativa da emergente sociedade civil planetária. Visa valorizar as práticas de luta e de participação cidadã nas diferentes sociedades e busca dar uma dimensão mundial às propostas que delas brotam. Quer se tornar grande movimento de idéias que se alimenta na diversidade de possibilidades humanas, opondo-se ao pensamento único dominante. As interpretações a favor ou contra são os melhores indicadores de seu impacto, mesmo que seja difícil um acordo sobre sua novidade, consistência e importância político-cultural.

Ação no front

É fundamental ver o Fórum Social como imbricado no caldo cultural de oposição à globalização dominante que está a serviço dos grandes grupos econômicos, procurando ser uma das formas de emergência da consciência coletiva e da elaboração teórica de alternativas a ela. Por isso, seu substrato e vitalidade estão ligados às trincheiras de contenção à avalanche da globalização, cavadas por grupos de mulheres e homens, lá onde vivem e constroem suas condições de vida econômica, social e cultural.

Do mesmo modo, é impossível entender o Fórum Social sem associá-lo à ascendente onda de protestos em praça pública contra a globalização nos anos recentes, como em Seattle, Washington, Praga e Nice. Os que tornam possível e viável o Fórum são aqueles e aquelas que se forjam como sujeitos em lutas, movimentos, associações e organizações, em ações pequenas ou grandes, locais ou nacionais, regionais, globais, não importa. É a confluência da diversidade de redes e movimentos, a mais mundial possível, que gesta o Fórum Social Mundial.

A emergência dessa sociedade civil global e da cidadania planetária parece chavão, mas não é e merece um esforço analítico para suprir o déficit de reflexão e sistematização teórico-política, fundamental para quem tem como referências a liberdade e a dignidade humana e se engaja na radicalização da democracia. O erro seria limitá-los à própria globalização, como se fossem seus efeitos. Movimentos sociais globais existem por força dos próprios atores que os constituem. Como exemplos temos os movimentos feminista e ambiental. Em amplitude,

podemos associar a eles o movimento de direitos humanos, apesar de não ter ainda forjado um sujeito coletivo global como seu portador. Tais movimentos criaram e criam fatos globais, não por causa da globalização econômico-financeira, mas como desdobramento natural da questão cidadã que os move, ela mesma global por natureza. Só que estamos diante de outro movimento de globalização. Não é por nada que eles estão na frente do combate.

Sem dúvida, e contraditoriamente, a luta contra a globalização amplifica o processo de constituição de redes e movimentos civis globais. A agenda e os eventos *dos outros* no plano internacional foram e são espaços em que vão se gestando novos atores e redes que têm imediatamente a globalização como sua questão própria. A articulação de organizações civis em torno à Rodada do Uruguai de negociações do Gatt, de 1986 a 1994, que produziu a OMC como seu ato final em Marrakesh, foi um canteiro de construção de uma perspectiva cidadã global.

O passo seguinte, que nos levou a Seattle, em fins de 1999 – quando a cidadania militante do mundo conseguiu abortar a instalação de nova rodada de negociações para a liberalização do comércio mundial sob a égide da OMC – já revelava a aliança estratégica de atores, redes civis, ONGs e sindicatos, em particular. Processo semelhante se deu em torno da questão da dívida e a Campanha Mundial do Jubileu 2000.

De onde emergiram redes globais da cidadania, particularmente ativas, foi em torno do ciclo de conferências da ONU na década de 90. Exemplos são as redes Social Watch e Dawn – Development Alternative with Women for a New Era. Mas muitas outras foram se constituindo: Saprin (Structural Adjustment Participatory Review International Network), Alliance Pour un Monde Responsable et Solidaire, Riad (Red Interamericana Agricultura y Desarrollo), APM (Agricultures Paysannes et Modernization), Via Campesina, One World. No geral, redes temáticas que vêm acumulando conhecimento e experiência fundamentais para se pensar alternativas à globalização.

O mundo visto sem os olhos do livre mercado aparece fecundado por valores, pensamentos e atos portadores de outro futuro para a humanidade. Engana-se quem pensa que a globalização econômico-financeira se defronta apenas com velhos interesses e

forças contrariados. Esses existem, sem dúvida, mas se caracterizam por serem contra também a emergente sociedade civil mundial e a cidadania planetária. Os *do contra* que aderiram ao Fórum Social Mundial têm sabor de novo, de forças que se renovam em lutas, tomando conta das ruas para defender as suas causas, organizam-se em redes mundiais para troca e construção coletiva de propostas, participam e remodelam Estados, economias e suas sociedades, explorando as possibilidades em seus locais de vida.

O Fórum Social Mundial procurou ser mais um espaço de encontro, uma encruzilhada, uma universidade aberta da cidadania global, para refletir e trocar conhecimentos e experiências. Uma afirmação pública do diverso e da construção de alternativas diante do pensamento único, aplastador e homogeneizador, da globalização neoliberal. Com o Fórum Social Mundial trata-se de extrair a essência comum construtiva da nossa diversidade, tanto de iniciativas cidadãs globais como de resistências à globalização dominante.

Foi aí que a proposta encontrou eco. O resto foi ousadia e coragem dos atores que se envolveram na sua concretização: o Comitê Organizador, no Brasil, o Comitê de Apoio Internacional, o fundamental apoio do governo do estado do Rio Grande do Sul e da prefeitura de Porto Alegre. Sem dúvida, o tecido social de organizações e movimentos, no Brasil, e a densidade política da experiência de gestão participativa dos governos locais foram condições necessárias para sua realização e um sinal incontestável para o mundo do que se tratava. Não pode ser ignorado também o senso político dos companheiros que souberam identificar um alvo imediato e claro como contraponto de tudo o que desejamos com o Fórum Social Mundial. Neste sentido, o Fórum Econômico Mundial, de Davos, na Suíça, não poderia ter sido melhor escolhido, além de nos dar uma data de encontro.

Caldeirão de idéias

Algo novo nasceu em Porto Alegre. Há muito tempo não se via um encontro semelhante, uma verdadeira *Ágora* da democracia mundial, com o burburinho e as confusões próprias de um evento gigante para o que se propunha. Foi de lavar a alma a sensação de se sentir participante e testemunha de um

evento histórico. Estava no ar um convite a sonhar, pois um outro mundo é possível, oportuno e necessário. Porém, a tarefa demanda muito. Foi apenas um bom começo.

Vai ser necessário ainda algum tempo para evidenciar e valorizar o que o I Fórum Social Mundial propiciou. Recuperar tudo será impossível. Os dados disponíveis são aproximações, mas falam por si mesmos. Como delegados – representantes de entidades e movimentos da sociedade civil, instituições acadêmicas, Igrejas, parlamentares e prefeitos – foram mais de 4.700, sendo cadastrados mais de 1.500 internacionais, de 117 países. Como personalidades convidadas foram 165 (77 nacionais e 88 internacionais), das quais 96 foram painelistas (27 nacionais e 69 internacionais). Estima-se em 2 mil os participantes do Acampamento da Juventude e em 700 os representantes das nações indígenas. Foram credenciados mais de 1.300 pessoas para organização, comunicação, apoio logístico, tradução e segurança. Além destes, foram credenciados 1.870 jornalistas, dos quais 386 internacionais.

O interesse que o Fórum despertou na mídia pode ser evidenciado também pelos veículos de comunicação a que os jornalistas estão ligados: 764 veículos (de TV, rádio, grandes jornais à mídia alternativa de movimentos e entidades), sendo 322 internacionais, de 52 países. Para completar o quadro se somaram cerca de 12 mil participantes que se sentiram atraídos pelo Fórum Social Mundial e, de algum modo, acompanharam as diferentes atividades programadas. O Centro de Eventos da Pontifícia Universidade Católica, centro nervoso do Fórum, foi por alguns dias um microcosmos da emergente cidadania mundial. Com o apoio do Instituto Perseu Abramo, de São Paulo, está sendo concluída uma pesquisa por amostragem (400 pessoas) feita no calor do evento, procurando captar expectativas e avaliações do universo de participantes.

Apesar da expressiva participação nas mesas e da importância dos debates, a verdadeira riqueza do Fórum e a sua força inovadora brotaram das oficinas propostas pelos participantes. Nesse momento, a diversidade não só se fez presente, mas também foi criativa no aprofundamento das questões, na formulação de propostas, na troca de experiências e na articulação entre os próprios participantes.

As seguintes entidades compõem no Brasil o Comitê de Organização do Fórum Social Mundial: Abong, Attac, CBJP/CNBB, Cives (Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania), CUT, Ibase, Centro de Justiça Global e MST.

Contra o desmonte

O Fórum Social Mundial se concretiza como iniciativa de determinados atores, em momento e lugar definidos. Mas se alimenta de um caldo político e cultural que é preciso resgatar para compreender sua capacidade catalizadora. O pano de fundo é a globalização e a luta contra ela.

Por que a globalização que aí está provoca tantas paixões e ódios? A maior parte se deve a seus próprios artífices e arautos, aliás figuras que despertam reações polarizadas. Basta lembrar aqui o *cowboy* Reagan ou a *dama-de-ferro* Thatcher para ficarmos arrepiados. E o que dizer de seus asseclas e imitadores mundo afora? Seria, porém, um erro estratégico não reconhecer toda a escola econômica neoliberal a serviço de tais figuras, que foi penetrando respeitáveis instituições acadêmicas e se impondo como forma hegemônica de pensamento.

Tal escola e as políticas se implantaram de forma decisiva em instituições multilaterais, velhas mas renovadas como o FMI e o Banco Mundial (BM), ou novas e já globais como a OMC. Desde o final dos anos 70, foram se forjando políticas e idéias legitimadoras visando à recomposição de uma hegemonia capitalista, não mais de um imperialismo estatal-nacional, mas de um sistema-mundo a serviço das grandes corporações econômico-financeiras privadas.

Como idéia-força, o livre mercado, a lei da busca da produtividade total e da concorrência em escala global. Para isso, a liberalização, a privatização, a desregulamentação e a redução do papel do Estado na gestão econômica. Os próprios líderes e intelectuais orgânicos de tais idéias as

definiram como sendo a globalização, processo irreversível, segundo eles, marcando o fim da história. O fim real da ordem bipolar, da Guerra Fria, montado no pós-II Guerra Mundial, com a implosão do socialismo real no Leste Europeu, parecia criar as condições definitivas à consolidação e expansão da nova (des)ordem mundial do capital econômico-financeiro.

De prático, porém, a globalização vem produzindo transferência sistemática do poder de formulação de políticas dos Estados nacionais para o internacional e concentração de poder em instituições globais nada democráticas ou transparentes. Como resultados, cabe destacar a aceleração da concentração de riquezas, com ampliação da desigualdade e da exclusão social, ameaça ainda maior à sustentabilidade e um cotidiano submetido aos humores e apostas de especuladores em bolsas e na *saúde econômica* de empresas e governos, pondo em risco a vida de todos.

A globalização é sinônimo de negação de conquistas e de desmonte de direitos. Para permitir seu avanço existe uma perspectiva social e histórica de ampliação do espaço público e cidadão em questão. Está sendo desmanchado o que se construiu a partir da dura luta e da participação social, com negociação e concertação entre opostos, visando à promoção e ao alargamento do bem-estar coletivo.

Apesar da diversidade de situações, o desmonte penetra todas as sociedades, produzindo um fenômeno de interiorização da pobreza do Sul no Norte desenvolvido e ainda mais claramente no Leste Europeu.

E, ao mesmo tempo, uma expansão e introjeção da riqueza do Norte para alguns no Sul empobrecido. É contra o desmonte de direitos da cidadania que se insurge cada vez mais gente.

Outro aspecto tem a ver com a globalização como visão do mundo e ideologia dominante. Já se escreveu muito sobre a falsidade intrínseca da idéia-força do livre mercado, que está no centro das elaborações do neoliberalismo, do seu triunfalismo e arrogância, que não admite alternativas. Basta lembrar que nenhum mercado existe sem institucionalidade política, sem poder. Livre mercado e mercado mundial são, na verdade, um sistema de poder mundial que forja um sistema de instituições de poder estatal adequadas, como OMC, FMI, BM, G-7, União Européia, Otan e outras mais, pondo a seu serviço a ONU e poderosos Estados com seus exércitos e Bancos Centrais, como os EUA.

A globalização carrega uma visão economicista e reducionista da realidade humana. Porém, dizer que não é portadora de valores seria cometer um erro em nossa estratégia de combate a tal modo de pensar e ver o mundo. O neoliberalismo brota de uma restauração, da reintronização das velhas idéias do individualismo como valor central nas relações humanas. Não se trata de negar a individualidade naquilo que cada um e cada uma tem de único. O problema está em erigir isso como valor exclusivo, como faz o individualismo. A idéia de cidadania se contrapõe a isso exatamente por ver valores e direitos comuns por trás de indivíduos diferentes.

Foram programadas mais de 420 oficinas. Estima-se em mais de 300 as que efetivamente funcionaram. Na verdade, todas eram importantes exatamente pelo que traziam de prática, reflexão e propostas. Infelizmente, não foi possível montar uma operação capaz de recolher uma informação sistemática das oficinas realizadas. As mais de 115 fichas produzidas e documentos entregues à organização são materiais ricos que apenas começam a ser trabalhados. Essa é uma tarefa urgente e fundamental para tornar visível o que foram as oficinas e o próprio Fórum Social Mundial, já pensando na sua continuidade.

Os testemunhos revelaram-se eficaz meio de valorização de acúmulos feitos por pessoas identificadas com as causas da cidadania. Completaram um esforço preliminar de mapear o que somos e o que

fazemos, todos e todas que nos engajamos na construção de alternativas à globalização dominante. Os encontros paralelos de prefeitos e parlamentares somaram-se para dar ressonância ao Fórum como evento de caráter novo, capaz de gerar grande movimento de idéias.

O I Fórum Social Mundial foi o esboço de grande mapa de questões que nos tocam, de iniciativas que tomamos e das práticas que desenvolvemos, das alternativas que somos capazes de fazer emergir e das articulações que buscamos para viabilizá-las. Nada sistematizado, apesar de ser um conjunto coerente. Um dos riscos foi exatamente a riqueza da diversidade virar uma anárquica dispersão. Isso não aconteceu pela existência de princípios e valores comuns que animam o amplo espectro de participantes, princípios e valores

* Cândido
Grzybowski

Sociólogo, diretor
do Ibase

que funcionaram como cimento de corações e mentes, juntando o diverso de ativistas do mundo numa onda envolvente.

Provocação de peso

O primeiro e fundamental resultado do Fórum foi ele mesmo, sua realização. Mais do que qualquer debate, sua própria existência nessa primeira versão tornou-se fato político relevante. Poucos poderiam imaginar antes quanto espaço existe e quanta adesão pode produzir um encontro assim. O segundo resultado político fundamental, inseparável do primeiro, foi produzir o Fórum Social Mundial como a antítese do Fórum Econômico Mundial, de Davos, a grande meca do neoliberalismo, *locus* de encontro e troca da elite dirigente da globalização econômico-financeira.

O que importa é ter provocado o debate público, o confronto de perspectivas. Esse é um elemento fundamental na sua identidade. O objetivo central não é a adesão a uma idéia única capaz de se contrapor ao pensamento dominante. Apesar das tensões, das pressões e desencontros no interior do Fórum, o objetivo básico foi resguardado no sentido de valorizar a diversidade de idéias da cidadania diante da falta de alternativas do pensamento único do neoliberalismo. Não saiu um documento único oficial do evento. Produziram-se vários documentos, de diferentes redes e organizações, das diferentes oficinas. Respeitada a diversidade de pontos de vista e de contradições que os contemplam, constituem o que se pode chamar o documento do Fórum Social Mundial. Aliás, a visualização e divulgação desse conjunto são tarefas práticas ainda não concluídas.

Não foi sem riscos a empreitada de garantir seu caráter aberto, não deliberativo, mas valorizador de idéias, iniciativas e experiências da sociedade civil organizada. Desde o início, ainda no processo preparatório, e durante os seis dias em Porto Alegre, a tensão entre ser um evento de mobilização, de ação direta, ou predominantemente um espaço de reflexão e debates esteve presente. Prevaleceu o último apesar de tudo o que aconteceu. Outro risco considerável, presente todo tempo, era partidizar ou oficializar o Fórum. A negociação aberta com os principais responsáveis dos governos estadual e municipal, a generosidade no apoio e

grandiosidade na compreensão da natureza do evento foram fundamentais para que o Fórum Social Mundial superasse todas as expectativas e viesse a ser o que de fato foi: um evento da sociedade civil, com grande densidade social e política, sinalizando para o mundo a possibilidade de fazer emergir um amplo movimento de idéias promotoras da cidadania.

Seu impacto despertou expectativas claras no sentido de levar adiante a iniciativa. Isso esteve estampado nos rostos dos participantes. O que não deixa de ser estimulante e poderosa força de empuxe para a continuidade são os sinais vindos do Brasil e de outros cantos do planeta dos muitos ausentes, manifestando sua adesão e vontade de participar. A mídia amplificou e deu eco ao Fórum, levando-nos a fixar um compromisso público com a continuidade.

Parece que existe a necessidade, hoje, de um espaço de dimensões mundiais para confrontar e burilar nossos sonhos, idéias, experiências e movimentos. Há o desejo e a percepção, expressos de forma diversa e até contraditória, nas diferentes sociedades e culturas que apontam para um mundo mais humano, democrático e sustentável, fundados nos valores e princípios éticos da liberdade, igualdade, diversidade, solidariedade e participação. Esse patrimônio, que se confunde com a própria idéia de cidadania e que a humanidade souou muito para fazer emergir, está ameaçado pela avalanche da globalização econômica.

Mas, em sua teimosia e persistência, é o patrimônio que dá bases para iniciativas como esta. Ativistas do planeta inteiro, mergulhados em lutas locais as mais diversas, quando podem, engajam-se em processos que lhes permitam sintonizar-se uns com os outros para, juntos, imaginar e pensar o mundo que desejam. O Fórum Social Mundial pode funcionar como um fermento que faz crescer um poderoso movimento de idéias.

É bom ter sempre presente que o Fórum vale a pena enquanto não for espaço imediato de exercício de poder. A política é parte de sua identidade. Mas seu compromisso é com o alargamento do espaço público mundial para o exercício da cidadania. Evitemos, de todas as formas, torná-lo evento de mera disputa de posições, sejam quais forem. É a própria onda cidadã que precisamos fazer crescer e não a sua dispersão na arrebatadação da praia.

Desafios na mesa

Algumas definições sobre a continuidade do Fórum Social Mundial parecem não provocar maior divergência: que seja anual, nas mesmas datas do Fórum de Davos, na Suíça, e o mais mundial possível. Os verdadeiros desafios giram em torno de seis questões polêmicas. Delas depende o fortalecimento da iniciativa.

Mundialização – Foi fraca a presença de africanos, asiáticos, europeus dos países do Norte e do Leste, caribenhos e da América Central. Isso sem falar do déficit de representação social do espectro de atores, mulheres e homens, jovens e velhos, com diferente perfil étnico, racial e cultural, portadores de deficiências e outros. Uma maior representação não se resolve com total abertura à diversidade, com convocatória mais clara ou vontade de participação. Há um problema logístico, a capacidade de financiar os custos de participação. Os participantes do Fórum Social, particularmente de países do Sul, não têm meios para se financiar. E não é fácil levantar tais recursos com a cooperação internacional.

Ao mesmo tempo, como a experiência de Porto Alegre revelou, o lugar de realização do Fórum funciona como poderosa ocasião de animação de movimentos, associações, organizações, grupos e redes locais. Aspecto altamente positivo para o que o Fórum se propõe a ser. Mas só será isso se mantiver sua dimensão mundial, que junta o local a outros locais e de todos ao global, fazendo com que interajam. O pior risco seria *nacionalizar* o Fórum Social, fazendo-o preso da lógica política de determinado país ou local.

Isso tudo levou o Comitê de Organização a propor a idéia de rodar o mundo. A idéia mais ousada é a que surgiu na última hora como consenso entre seus membros: um Fórum Social Mundial multipolar já em 2002. Mas será multipolar se iniciativas em outras regiões e países se realizarem ao mesmo tempo e tiverem a mesma visibilidade, criarem o mesmo clima de encontro cidadão mundial e todos nos sentirmos participando de uma única iniciativa. O desafio é de monta, mas realizável se dedicarmos o mesmo ou maior esforço que demos para a realização do I Fórum.

Caráter – A novidade e o lugar político-cultural privilegiado que pode ocupar o Fórum no contexto mundial estão intimamente dependentes do aprofundamento de seu caráter de espaço de encontro e debate. A mobilização e ação já têm sua agenda mundial e, por mais importantes que sejam, não precisam da ocasião do Fórum Social. Esse deve ser preservado como confluência de redes e movimentos para pensar estrategicamente.

Precisamos dessa universidade da cidadania global, na qual nos confrontamos como portadores de idéias e práticas e onde burilamos propostas de futuro.

Princípios – O Fórum Social será um celeiro de idéias e propostas, cuja força brota da diversidade social e cultural e da consistência teórica e prática. Produzir documentos, tomar posições, divulgá-las é uma necessidade e um direito de quem se engaja numa iniciativa como essa. Mas seria impor uma camisa-de-força homogeneizadora querer chegar a um documento único, além de nos tirar a legitimidade na crítica ao pensamento único da globalização. São os valores e princípios éticos que congregam a diversidade do que somos. Por isso, é uma tarefa urgente e permanente o trabalho em torno a uma carta de valores e princípios a que aderem os participantes. É ela que nos pode dar critérios positivos de gestão da nossa diversidade, sem correr o risco de termos aliados indesejáveis por suas idéias e práticas.

Agenda – Este é um desafio particularmente importante. Não parece haver divergências a respeito porque a agenda ainda não chegou a emergir claramente. Em Porto Alegre praticamente tudo coube. Mas é forçoso reconhecer que não foi a consistência da agenda que criou impacto e sim a mera intenção de criá-la, contrapondo-se ao Fórum Econômico. Ao menos foi assim que a mídia nos viu.

De fato, funcionamos como uma balança. Os organizadores propuseram mesas temáticas, os participantes, oficinas. A idéia era que se produziria um encontro entre as propostas, constituindo e validando uma agenda de trabalho para o futuro. Em parte, foi o que ocorreu. Como ficou a agenda futura? Algo a definir, pois os debates foram tão variados que se tornou impossível identificá-la. Trata-se daquela agenda que aponta para a elaboração articulada das questões que motivam pessoas do mundo inteiro.

O Fórum Social pretende ser propositivo e não reativo como tem sido a maior parte dos eventos mundiais da cidadania. A agenda própria, que não dependa da agenda imediata dos *donos* do mundo, é vital para construirmos uma identidade. O desafio é fazer emergir uma agenda que, como disse o Boaventura Souza Santos, em Porto Alegre, seja capaz de “propor o novo para manter o velho”. Dado o desmonte de direitos pela globalização, a sua defesa exige a construção de nova perspectiva que permita sua universalização em diálogo como a multiculturalidade em que se constitui a emergente cidadania planetária. Esta, também,

parece uma tarefa que não pode ser adiada, sob o risco do Fórum Social Mundial perder o rumo.

Práticas – A proposta de alternativas está contida nas iniciativas cidadãs mundo afora nem que seja de forma embrionária. O Fórum pode funcionar como *trudador*, permitindo reconhecer a igualdade na diversidade, aquilo que nos une e diferencia. O que precisamos é realizar uma troca de conhecimentos que brota da ação, identificando os nós em que confluem as questões e propor-se a um trabalho de reflexão política sistemática. Uma tarefa que fica é recolher e valorizar o que já se fez presente e motivou tantas oficinas, animou mesas e testemunhos. Não temos capital, mas temos a riqueza de práticas cidadãs como garantia para que nosso Fórum desenvolva uma perspectiva radicalmente diferente do Fórum Econômico.

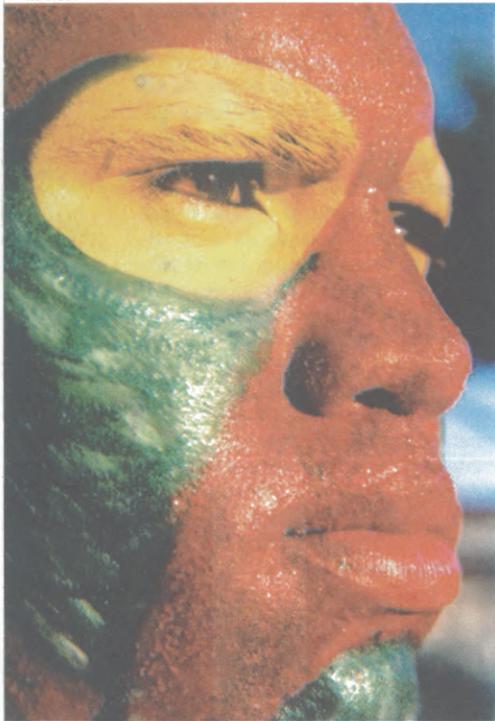
Legitimidade e capacidade operacional – Em princípio, o papel do Comitê Organizador do I Fórum se completou com sua realização. Mas as entidades brasileiras participantes têm uma responsabilidade específica da qual não podem se eximir. Igualmente os governos do estado do Rio Grande do Sul e da cidade de Porto Alegre, bem como todos os que de algum modo o apoiaram.

O problema começa na legitimidade, mesmo se nela não se esgota. A convocatória e a organização da continuidade devem basear-se num comitê que seja mundial, tanto em termos geográficos como sociais. Tarefa delicada e difícil que só pode ser executada a termo pelo próprio Comitê Organizador do Fórum. Vamos precisar de muita generosidade e grandeza política. Um caminho é imediatamente identificar as redes e movimentos que aderiram ao evento e estão dispostos a dar continuidade. Além do mais, aqueles que desde já se dispõem a mundializá-lo e até a organizar eventos simultâneos em suas regiões tornam-se, por isso mesmo, membros do próprio comitê.

Para que o empreendimento seja operacional, devemos constituir um Comitê Político Internacional, a quem cabe definir as diretrizes para o Fórum Social, um Comitê Organizativo representativo e com capacidade operacional em cada local em que se realizará e uma Secretaria Executiva que fará a junção entre Comitê Político e os diferentes Comitês Organizativos, além de implementar ações para articular a realização de um Fórum multipolar. Não dá para se dogmático. Mais vale a pena arriscar, como fizemos com o I Fórum Social, do que esperar que surjam as condições ideais.

Tendências de uma nova cena

MARCUS VINI



Em 1989, a escola de samba Beija-Flor tomava a Marquês de Sapucaí com maltrapilhos loucos e mendigos, convidando a todos que espantassem seus urubus cotidianos e participassem daquele grande e delirante baile de máscaras carnavalesco. Talvez, na última década, tão poucas coisas tenham comovido tanto e penetrado de modo agudo e consensual a memória brasileira como aquele cortejo, nacionalmente televisado, cuja abertura operística nos empurrou os olhos para o resultado do acúmulo de injustiças socioculturais enraizadas na história da nação. Decididamente, foi esse o último grande rasgo de criatividade e impacto do desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro, no tocante ao debate

cultural no país. Nos anos posteriores, o evento consolidou sua posição no mercado dos bens de entretenimento, com decisivos apelos turísticos. Porém, como se cristalizou em uma mesma fórmula artístico-organizacional – a qual cimentou um mega-espetáculo de cores, luzes, movimentos e som – mas pouco a pouco deu provas de dificuldades em superar as limitações das soluções plásticas e artísticas.

A acentuada queda na vendagem dos discos dos sambas-enredos e o desprezo pelo gênero musical na programação das emissoras de rádio seriam índices da crise de popularidade e prestígio do carnaval carioca. Paralelamente, outras alternativas de festas carnavalescas ou não ganharam visibilidade, no rastro da nódoa de violência posta sobre a imagem da Cidade Maravilhosa, deixando em xeque a hegemonia do desfile-espetáculo. Houve rumores inclusive sobre a sua decadência inexorável e até extinção.

Atestar o quanto há de factual no vaticínio acima é uma tarefa para profetas. Talvez seja mais interessante, passado mais de dez anos, perceber uma mensagem subliminar contida no mesmo desfile da Beija-Flor de 1989 e, partir daí, quando sistematizado alguns sinais emitidos nas últimas realizações do desfile, especular sobre seu destino. Destino visceralmente atrelado aos rumos da cidade que anualmente possibilita o ritual. Assim, observar o carnaval das escolas de samba é entrever possíveis alterações nas condições do enredo urbano do Rio de Janeiro.

Uma autocrítica?

Numa declaração para o Jornal do Brasil, o carnavalesco Joãozinho Trinta, autor e principal arquiteto do enredo *Ratos e urubus larguem minha fantasia*, deixava patente o teor da sua proposta, em meio a uma espécie sutil de

URA



FOTO DE MARCELO REGUA / AGÊNCIA O GLÓRIO

auto-crítica: "É uma reviravolta no nosso carnaval. Nessa década que passou, a nossa escola introduziu um estilo de suntuosidade e luxo no desfile. Com esse enredo, a Beija-Flor está fazendo uma convocação a todos os mendigos, pivetes, loucos e prostitutas para aproveitarem os restos de luxo que ainda há no Brasil". Para quem um dia sentenciou que o povo gostava de luxo, a idéia de cobrir a pista-passarela de lixo poderia ser considerada uma revolução. Penso que em certa medida, além da iniciativa de sacudir o país e evitar o abismo social no qual caímos, há na fala do Joãosinho a percepção dos limites do modelo de espetáculo do qual ele contribuiu decididamente para consolidar, escudado na base econômica e na dominação paralela exercida pela contra-venção do jogo do bicho.

Embora não assinale um novo caminho, Joãosinho Trinta reconhecia a necessidade de um deslocamento artístico e organizacional no espetáculo. Algo expresso na decisão de trocar por vestes rasgadas, portadas por um semovente monturo humano disposto teatralmente, os grandes penachos de plumas e capas de tecidos luminosas, vestindo detalhes de mulheres para acentuar a nudez de belos corpos, expostos sobre o gigantismo alegórico.

Decisão audaciosa, afinal a solução do luxo lhe valeu títulos e prestígio. Por outro lado, a fórmula foi incorporada à maneira de uma obrigação por entre as escolas dispostas a participar do concurso carnavalesco, elevado ao status de peça crucial do calendário turístico do país e alvo de disputa na guerra das audiências entre as emissoras de televisão. Mesmo a Passarela do Samba, construída em 1984, normatizava em suas formas a exuberância do superespetáculo marcante da *Era Joãosinho Trinta* e fazia-se a moldura de uma cena agora indissociável da sua reprodução televisual.

Por força desses novos condicionamentos, a tão saudada ousadia do carnavalesco da Beija-Flor perdera o título de campeã do carnaval de 1989 para a apresentação bem comportada da Imperatriz Leopoldinense, projetada nos moldes do superespetáculo, com ênfase no impacto visual dos carros alegóricos. Verdadeiros monumentos ao êxtase do olhar, a produção dessas peças transformou o barracão das escolas de samba no epicentro de um processo fabril, implicando uma diversidade de mão-de-obra e meios de produção espalhados pela cidade, seus entornos e mesmo outros estados. A envergadura dos gastos aí inscritos e a correlação básica de fatores humanos,

MARCUS VINI



materiais e ideativos à montagem do desfile centrado na verticalidade das formas indumentárias e alegóricas pressionaram a sistematização e racionalização dos recursos empregados. A fundação da Liga Independente das Escolas de Samba, em 1984, por obra do comando exercido pela elite do jogo do bicho na cidade, é um registro importante da mesma modernização do carnaval, acelerada nos anos setenta. Mas desde a década anterior, as transformações estéticas no evento traziam para o centro das atenções os elementos cênicos herdados dos cortejos das grandes sociedades e ranchos. Nesse instante, sobre a decoração aérea da Avenida Presidente Vargas, as escolas se viram pressionadas a preencher o espaço nobre da mais célebre festa brasileira.

As arquibancadas e os camarotes definiram uma tendência onde a primazia de um olhar, disposto do alto, volta sua atenção tanto para o conjunto compacto quanto para os detalhes, desde que ambos possuam impactos visuais o suficiente para fisgá-lo. Cenas materializadas na acentuação cromática dos tons das fantasias, mas obedecendo a uma programação capaz de conferir dinâmica e matiz às cores. Da mesma maneira se deu a incorporação de materiais reluzentes e sugestivos do movimento dos corpos desfilantes. A mão do artista plástico substituiu gradualmente o primado do diretor de harmonia, já que o coro dançante é subordinado à magnitude do cenário.

A troca do comando estético se faz possível graças ao – e ao mesmo tempo contribuiu para – o domínio exercido pelo banqueiro do jogo do bicho. Vale lembrar que a primazia das escolas de samba Beija-Flor, Mocidade Independente de Padre Miguel e Imperatriz Leopoldinense se deve ao binômio bicheiro-carnavalesco. As três agremiações, quando somadas suas conquistas, detêm a hegemonia entre as concorrentes e decidiram os rumos artísticos e organizacionais e administrativos do evento. Os bicheiros que tomam as rédeas das escolas, combinando na sua dominação patrimonialismo e racionalidade empresarial, constituem a elite vitoriosa de uma guerra pelo domínio de posições na contração na região metropolitana do Rio, cujo montante em valores monetários fez do jogo um grande negócio – chegando, em 1989, a superar o que circulava na Bolsa de Valores de São Paulo, a maior do país. E estender suas ramificações para outros jogos de azar, na prostituição, no comércio de armas e drogas. A elite dos banqueiros do bicho consolidou,



MARCUS VINI

então, uma força de coação na qual a corrupção das instâncias dos poderes oficiais facultou aos seus membros exercer uma dádiva clientelística com sua vizinhança, obtendo expressivos dividendos eleitorais para seus protegidos. Afinal sua clientela estava, em grande medida, situada na periferia da cobertura dos mecanismos do Estado e, logo, apta a mitigar o favor dos patrões na concessão de bens de cidadania.

O braço armado do banqueiro, seu prestígio nas redes comunitárias, o *lobby* político a seu favor, o volume e rentabilidade dos seus negócios os ergueram ao trono das escolas de samba: de mecenas chegaram ao lugar de donos dos destinos da festa. Impuseram um ritmo e foram responsáveis pela efetivação e concretude de toda a reengenharia necessária ao superespetáculo formulado e coordenado pelo carnavalesco. Embora incômodos, esses novos ricos angariaram notoriedade e prestígio. Assim, a elite do bicho pode não apenas decidir o que deveria ganhar visibilidade nas escolas, mas também no carnaval da cidade; afrontou o poder público, tomando às mãos as deliberações sobre os caminhos do espetáculo no sambódromo. E, ao final do seu governo, Moreira Franco os chama ao gabinete do Palácio das Laranjeiras e os abraça, reconhecendo a força dos banqueiros.

A atitude subserviente do governador, numa esdrúxula reverência de um poder público pusilânime a contraventores, ganha compreensibilidade abrangendo alguns outros fatores da situação histórica descrita. A ascensão do carnavalesco e da elite do bicho está na contrapartida do mesmo diapasão no qual o desfile das escolas de samba adquiriu peso numa festa

agora projetada no patamar cosmopolita do entretenimento mundial. E os governos local e nacional se mostraram sensíveis à incorporação do comércio de bens culturais às estratégias de desenvolvimento econômico sob as novas regras que, desde o final da Segunda Guerra, redefinem a reprodução ampliada do capital no ajuste com o volume e importância crescente das viagens turísticas e das demandas por diversão e lazer nas sociedades urbano-industriais e de serviços. Sob égide da Embratur e da Riotur, o evento carnavalesco das escolas de samba cariocas passou a figurar como o palco majestoso do que havia, entre muitas opções, no endereço Cidade Maravilhosa – portão de entrada do Destino Brasil. A conexão de elementos sociohistóricos e culturais que ensejou o formato de superespetáculo trouxe num mesmo caudal a televisão comercial à pista dos desfiles. Elevadas à condição de peças-chave na integração nacional pelos governos militares e constituindo o mais poderoso dispositivo de galvanização do mercado de consumo interno no país, as emissoras de TV (principalmente a Rede Globo) encontraram na modernização das apresentações

das escolas um aliado eficaz. As escolas ofereciam, a cada ano, um show compacto de movimentos, cores e sons, mas também pleno de detalhes sugestivos de uma brasilidade telúrica e sensualmente envolvente.

A julgar pelas palavras assinadas pelo presidente da Liesa (leia box), o banqueiro do bicho e presidente de honra da Imperatriz Leopoldinense, Luiz Pacheco Drumond, a princípio parece que se sagrou vitoriosa a conjunção de fatores por trás da efetivação do superespetáculo. Entretanto, os percalços observados no conjunto do evento, apontados no começo deste artigo, somados com a própria fragilidade interna à dominação da elite de contraventores, sugerem deslocamentos que põem em suspense o pretendido sucesso. Por exemplo, a folia baiana não apenas tem mostrado mais fôlego na disputa pela repercussão nacional, através das mídias, mas impõe-se como um modelo em várias cidades do país. Internamente, a cultura do samba conheceu um rival ameaçador representado pelo *funk* e sua capacidade de agregar jovens num estilo de vida muito emblemático de transformações que fazem da periferia carioca, hoje, uma cena associando precariedade, consumo, violência e glamour, diversidade e hibridismo culturais, ao lado de sinais esparsos de melhoria nas condições de vida das populações.

Aliás, a fragilização do domínio do bicheiro tem profundas raízes nas mesmas transformações estruturais. O aumento e diferenciação nas áreas de periferia – a presença brutal dos mecanismos do narcotráfico, uma revigoração mesmo que hesitante da presença do poder público e a reordenação da economia do Estado do Rio, vicejando um ainda tímido crescimento industrial, conjuntamente com o fortalecimento do setor de serviços e comércio, do qual coparticipa a diversificação dos negócios na área lotérica, e o entretenimento em geral – feriram o tripé clientelismo, corrupção e braço armado, vital à contravenção da elite do bicho. Amputados do acesso a esses instrumentos, seus líderes foram aos tribunais e encarcerados. Após a liberação, a maioria voltou a exercer suas funções nas suas respectivas escolas, porém longe da notoriedade que antes gozavam.

Números do portal Brasil

De acordo com dados da Riotur, no carnaval do ano 2000 cerca de 300 mil turistas (sendo 200 mil estrangeiros e 100 mil domésticos) visitaram o Rio de Janeiro. Já o impacto da festa sobre a economia da cidade figura algo em torno de US\$ 1 bilhão, gerando próximos de 300 mil empregos diretos, segundo o Ministério do Trabalho.

Quando comparados a números de outras partes do planeta ou mesmo considerando o passado recente da mesma cidade, talvez os elementos quantitativos apresentados não impressionem. Porém, verificando a escalada descendente da entrada de turistas na cidade na última década, a festa do ano passado trouxe índices, em grande medida, animadores no sentido de manter a capital carioca como o principal portão de entrada do país, abrigando mais de 35% dos visitantes estrangeiros. Afinal, ao reter os números acima transcritos, é o carnaval o ícone por excelência da correlação que delimita o sítio turístico do Rio de Janeiro. E o desfile das escolas de samba, realizado na Passarela do Samba, sem dúvida, constitui o seu epicentro.

MARCUS VINI



A própria Liga Independente das Escolas de Samba (Liesa) faz questão do reconhecimento do evento no sambódromo: "O desfile das Escolas de Samba do Grupo Especial assume, a cada ano, grau de importância maior para a vida da cidade e do país. Vira o século como a principal festa do calendário turístico do Rio de Janeiro e como porta de entrada para o visitante estrangeiro que daqui se dirige a outros pontos do Brasil.

Cresce, também, nossa responsabilidade em produzir um espetáculo das mesmas dimensões da expectativa que o envolve. Com o apoio e a credibilidade depositados pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e pela Riotur, essa missão tem sido extremamente gratificante. Têm-nos ajudado a aperfeiçoar cada detalhe da organização, elevando o potencial artístico do evento e oferecendo maiores conforto e segurança ao público do sambódromo.

Assim, ajudamos o Rio de Janeiro a ficar mais bonito, alegre e envolvente. Pelos séculos e séculos".

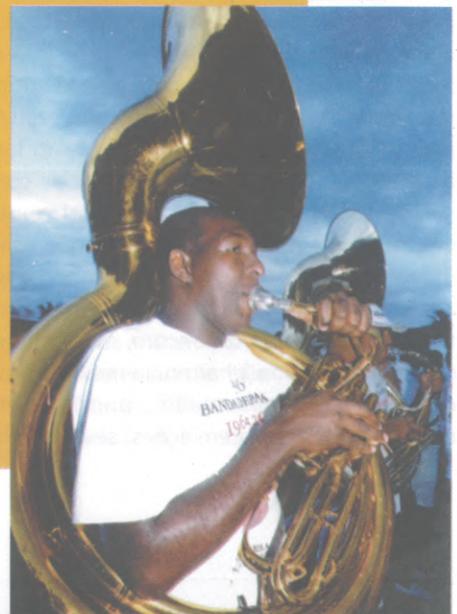
Poderíamos, então, concluir que o vaticínio sobre o declínio do desfile-espetáculo tem fundamentos? Creio que talvez seja temeroso sustentar uma afirmação de tal natureza. O evento hoje protagonizado pelas escolas de samba é uma atualização de um gênero com mais de um século, iniciado pelas grandes sociedades. Um gênero cultural-artístico cuja trajetória está vinculada visceralmente ao carnaval da cidade e às vicissitudes do destino do Rio de Janeiro. Chama a atenção sua capacidade de flexibilizar-se para percorrer âmbitos sociais distintos, deixar penetrar por suas prioridades e bagagens de valores, mas simultaneamente acoplar essas heterogeneidades ao seu conjunto, canalizando-as como recursos ao redimensionamento estético-organizacional do próprio gênero. Mas sem ferir o que lhe é essencial: a natureza plástica audiovisual. Penso que assistimos a uma nova mudança de estágios na história do gênero desfile-espetáculo.

Se voltarmos o olhar para a contemporânea cena do desfile algo logo evade, a saber, a diminuição no número de carros alegóricos. É bem verdade que estão a cada ano mais altos, largos e cumpridos; motorizados, são dotados de recursos de luz e movimentos. Porém, a redução é significativa: do máximo de 12 alegorias no início da década de noventa, chegou-se ao carnaval de 2000 com apenas oito. Porque, então, em 1994 (quando estavam equipadas com mais carros), as agremiações gastaram, em média, um milhão de reais, e em 2000 o valor oscilou entre os 1,5 e 2 milhões de reais? Como explicar o aumento? Teremos de sair do barracão e ir em direção às quadras das escolas – que, ao todo, abrigam mais de 70 mil pessoas por dia de ensaio.

Ali encontraremos uma média de 1.500 a 2 mil pessoas vestidas pelas escolas. Contingente composto por mestres-sala e portas-bandeira, baianas, crianças, comissão de frente e, sobretudo, alas de comunidade. As últimas são sintomáticas das mudanças que pretendo realçar. Distribuídas estrategicamente ao longo do percurso cênico do desfile, as alas de comunidade estão orientadas – após quatro meses de ensaio – a desenvolver uma seqüência de movimentos coreográficos interpretando a letra do samba-enredo. Em alguns casos exercem também o papel de contracoro, acrescentando um dado inusitado à harmonia monofônica do espetáculo. Arregimentados, principalmente, nos entornos das agremiações, seus membros

FOTOS: MARCUS VINI





estabelecem uma relação umbilical com a escola, diferentemente de integrantes das alas comerciais, em sua maioria presentes apenas na situação do carnaval. Justamente esse laço, cuja fantasia doada efetiva o contrato tácito, permite um desdobramento significativo. As alas coreógrafas não são uma novidade no desfile; desde 1959 a ala Sente o drama, do Império Serrano, trouxe o chamado *passo marcado*. Solução repetida em várias outras oportunidades. A diferença atual é o enquadramento desses agrupamentos, assim como sua proliferação entre as diversas escolas. Se essas alas permitem que as entidades restabeleçam um diálogo com sua vizinhança e reconstituam suas bases sociais – incorporando, por exemplo, jovens *funkeiros* –, desde então também viabilizam um investimento no setor artístico horizontal, pouco considerado nas últimas décadas.

As alas de comunidade dão abertura para que o conjunto coral e dançante adquira maior diferenciação no espetáculo. Ora, trata-se de obter uma nova dimensão extensa e volumosa de efeitos cênicos. Algo assim tem inserido um novo personagem na divisão do trabalho no carnaval: os coreógrafos profissionais. A projeção e coordenação das performances das comissões de frente, depois o ensaio dos componentes dispostos sobre os carros alegóricos, justificaram a presença desses profissionais. Atualmente eles penetram no âmbito das alas de comunidade, e gestos ingênuos de mera representação tautológica da mensagem do samba começam a ser substituídos por uma elaboração mais interpretativa e conceitual. Fator estético muito importante, pois sua consolidação vai exigir transformações não apenas nos temas desenvolvidos. As melodias e o andamento das músicas terão de contribuir para o destaque que começa a acumular a dimensão coral e coreográfica dos desfiles.

Na história deste gênero, transformações estéticas e organizacionais tanto implicaram na rotação das formas de financiamento das apresentações como dos seus quadros de comando e do raio de alcance dos públicos que o frui e dele participa desfilando ou trabalhando. Ainda é nebulosa a situação nesses terrenos. Nada nos permite dizer se prevalecerá um novo mecenato, exercido por patrão, como o bicheiro. Ou ocorrerá a acentuação de investidores diretamente vinculados ao mercado e aos esquemas publicitários. Ou mesmo se as escolas serão capazes de atender às demandas, articulando ambas fontes de financiamento. Certo é que os remanejamentos

estéticos de alguma forma respondem justamente ao peso maior adquirido pelo desfile no circuito mercantil do entretenimento-turismo mundial. Pressão que se manifesta na exigência de emergência de um quadro gerencial e administrativo, ao lado dos responsáveis pela criação artística, competente para ampliar e otimizar os recursos de espetáculo existentes no evento e, ainda, tornar possível o trânsito de outros insumos. Atentando, contudo, à manutenção da diferencialidade artístico-cultural da festa popular, no caso o fato de ser um cortejo com características dramatúrgicas e audiovisuais, mas possuindo dotes de canto e dança, ambos sustentados na tradição percussiva do samba.

Para onde o desfile de carnaval irá é mera especulação. O mais evidente é que a percepção de Joãozinho Trinta, em 1989, antevia uma irônica dialética própria ao espetáculo: a *Era Joãozinho Trinta* vai chegando ao seu término. E estamos virando uma página histórica do Rio de Janeiro. ■

*Edson Farias

Professor-adjunto do Departamento de Sociologia da Universidade Federal da Bahia



MARCUS VINI

Desejo, necessidade e viabilidade da utopia solidária

Uma das expressões mais pronunciadas pelos participantes do Fórum Social Mundial, ocorrido em Porto Alegre entre os dias 25 e 30 de janeiro, foi *solidariedade*. Mas, afinal, de que solidariedade se fala quando o termo é contraposto ao individualismo imperante? Já é tecla batida o diagnóstico sobre a dispersão, fragmentação e atomização da sociedade, marcada pela competição em todos os níveis. Não é menos sabido que hoje diversas experiências ensaiam variadas formas de cooperação. Mas parece ser insuficiente o entendimento

da solidariedade apenas como negação do individualismo. Diante da conduta oportunista e interesseira teríamos a cooperação e o compartilhamento. Resta saber: que indivíduo é esse motivado a cooperar e compartilhar? Quais as condições para o surgimento dessa motivação?

Quanto à primeira indagação, trata-se de descobrir qual a moral que funda a solidariedade. Mais do que buscar um novo indivíduo solidário, cada um deve se perguntar como percebe e age sobre si e sobre o outro. É bastante verossímil a tese de que

os seres humanos se formam nas relações que estabelecem entre si. O próprio indivíduo que se pensa isolado, encapsulado em si mesmo, somente o faz porque se encontra inserido em relações sociais que lhe confirmam essa percepção todos os dias. Em tempos de domínio do mercado, ampliam-se as relações de competição onde o outro é sempre visto como rival ou como meio, instrumento para a realização de interesses individuais. Nesse tipo de relação o outro é um obstáculo ou uma ameaça à satisfação do indivíduo. Assim, ele age de maneira individualista não porque seja de fato um ente isolado, que atua independentemente dos outros. Ao contrário, seu individualismo depende mesmo de uma expectativa de que o comportamento do outro seja semelhante ao seu.

Um por todos, todos por um

O vernáculo nos diz que solidariedade significa dependência recíproca e mútua obrigação. Mesmo os individualistas que se pretendem independentes uns dos outros de alguma maneira encontram-se vinculados entre si, têm seu comportamento baseado em alguma forma de solidariedade. Moradores de um condomínio que nunca se falaram, longe estão de encontrarem-se isolados na privacidade de seus apartamentos. A própria privacidade depende da observância por todos os condôminos de certas regras de convívio. O individualismo

está, portanto, orientado por determinadas obrigações recíprocas, por uma moral individualista. A regra *minha liberdade vai até onde começa a do outro*, expressão maior dessa moral, ao silenciar-se sobre como os limites da ação de cada um são definidos, acaba por se traduzir na liberdade de ação egoísta e auto-referente. É fato, a moral egoísta, geradora de desigualdades sociais, está baseada em uma relação de solidariedade.

Na verdade, quaisquer relações sociais implicam algum grau de solidariedade. Então, o que difere a solidariedade que sustenta o individualismo de outras formas de sociabilidade da solidariedade no sentido moral? A diferença está exatamente no reconhecimento e valorização pelo indivíduo do caráter interdependente da relação com o outro. Em vez de viver essa interdependência de forma passiva e *mecânica*, o indivíduo a reconhece como medida das coisas. A relação com o outro como descoberta de si e como fator de distribuição da riqueza na sociedade.

Disso derivam algumas regras de conduta, uma moral da solidariedade. Um de seus princípios seria a abertura e o respeito à diversidade. Respeito não apenas como sinônimo de não-desrespeito, mas principalmente como ausência de um *pré-conceito* sobre o outro, favorecendo que este se deixe reconhecer. Tal moral se justifica porque o outro passa a ser,

Hoje já existe a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogestionárias (Anteag www.anteag.org.br). Organizada a partir de 94, representa trabalhadores de mais de cem empresas.

para o indivíduo, fonte de auto-conhecimento e auto-reprodução. O respeito deriva ainda de que, ao se reconhecer também como medida para o outro, o indivíduo torna-se responsável pela relação que estabelece com ele. Esse comportamento implica, portanto, estabelecer novas relações de solidariedade e de reciprocidade, experimentadas de forma *orgânica*, ativa e consciente. Neste sentido, os indivíduos agirão de forma cooperativa, não necessariamente da ajuda mútua, mas da disposição para o encontro e reconhecimento do outro.

Mas quais seriam então as condições para o surgimento e a disseminação dessa moral da solidariedade? Tais condições devem ser procuradas menos na teoria do que na prática social. De um lado, a intensa mobilidade de pessoas e informações atualmente possibilita uma maior interação entre os indivíduos, favorecendo em certa medida a percepção do outro. O rompimento com padrões tradicionais de conduta, seja na família ou no trabalho, representa possibilidades de encontro com o diferente. Aliado a esses fatores, o próprio sentimento de fragilidade e insegurança gerado pela dispersão, pelo *cada um na sua*, podendo conduzir os indivíduos a reconhecerem no outro uma fonte de realização. Embora se admita que todas essas condições também possam criar, e na verdade criam, um comportamento defensivo, levando as pessoas ao desencontro, a voltarem-se para si mesmas, algumas experiências têm

indicado caminhos na direção oposta. Vale a pena jogar luz sobre tais experiências a fim de se identificar condições institucionais capazes de produzir e reforçar o comportamento cooperativo e não-individualista.

Poder das bases

Duas dessas experiências se destacaram na última década no Brasil e já se contam às centenas. De um lado, o orçamento participativo, no qual o destino do dinheiro público é discutido com a população. De outro, a constituição de empresas de autogestão, a partir do controle dos trabalhadores sobre massas falidas. Ambas foram amplamente discutidas no Fórum Social Mundial.

No primeiro caso, o Estado se abre à participação social no planejamento das ações de governo, contrapondo-se às tendências privatizante e de apatia política características de uma sociedade onde as pessoas encontram-se envolvidas com seus interesses mais imediatos. No segundo, a antiga institucionalidade do cooperativismo assume parâmetros novos. Desenhada no sentido da participação dos trabalhadores como co-proprietários no processo de gestão e nos resultados, tal institucionalidade comumente teve seu funcionamento deturpado por interesses de acumulação. Nesse momento, ela ganha vitalidade pela ação de trabalhadores que estão na iminência de não terem mais trabalho e rendimento.

Mais do que discorrer sobre cada uma dessas experiências, o objetivo aqui é o de identificar algumas de suas condições institucionais que estariam propiciando um comportamento de tipo cooperativo e solidário. Nos dois casos a motivação inicial para a participação dos indivíduos é o interesse pessoal, seja o pleito de um serviço público inexistente em seu bairro ou a necessidade de garantir renda em tempos de desemprego e precarização do trabalho. Mas a interação entre os participantes, em vez de gerar competição, o que era de se esperar já que eles disputam recursos escassos, tende a produzir cooperação.

É comum o abandono de interesses particularistas, como uma obra no bairro ou o salário no final do mês, em prol de interesses gerais que só podem ser alcançados de forma compartilhada, como a construção de uma estação de tratamento de esgoto ou a garantia do equilíbrio financeiro da empresa autogestionária. A percepção pelos participantes do caráter interdependente dos interesses parece evidente: a compreensão de que a medida e satisfação do interesse individual se define na relação que se estabelece com o outro. Como no caso de indivíduos, que no orçamento participativo abrem mão de suas reivindicações em favor de outras que consideram socialmente mais relevantes. Ou ainda, como no exemplo de empresas autogestionárias em que os trabalhadores colaboram uns com os outros no processo de produção, coisa que não faziam antes da falência, antes de se tornarem os controladores da empresa.

Quais seriam então as principais características desses ambientes institucionais, do orçamento participativo e da empresa autogestionária que os tornariam propiciadores e reforçadores do comportamento cooperativo? Nos dois casos, as regras de participação e de distribuição dos recursos tendem a ser negociadas e acordadas com os próprios participantes. Ao mesmo tempo, a participação está aberta à diversidade, independentemente de escolaridade, renda, raça, crença ou sexo. Por fim, as informações necessárias à tomada de decisões estão franqueadas a todos. Esses procedimentos, que obviamente não se encontram de forma acabada nessas experiências, permitem aos participantes confrontarem seus interesses e recursos, não receando expô-los e negociá-los abertamente, já que se estabelece uma relação de igualdade entre eles.

Acordo sobre as regras do jogo, participação da diversidade e transparência das informações, eis as condições institucionais capazes de propagar o comportamento e a moral solidária. Trata-se, na verdade, de procedimentos da radicalidade democrática em que o mais importante não é tratar de forma igual os desiguais, mas sim produzir relações de igualdade entre os desiguais. Como disse Boaventura de Souza Santos, um dos destaques do Fórum Social Mundial, "aceite que lhe tratem de forma igual quando a diferença lhe inferioriza, mas não aceite que lhe tratem igual quando isso lhe descaracteriza". ■

***João Roberto Lopes**

Pesquisador do Ibase,
doutorando em Ciência
Política pelo IUPERJ

ABERTO



MARCO

A agenda da revista Democracia Viva é ampla e aberta, parte do compromisso radical com a cidadania e com a democracia.

Democracia Viva não se alinha com partidos nem religiões, mas toma partido desde que esteja em jogo a possibilidade de aprofundar a democracia. Não disputa poder, mas quer exercer um papel de vigilância, monitoramento e avaliação – com toda autonomia e independência – das políticas públicas e das ações governamentais, bem como das práticas empresariais e das relações econômico-financeiras.

Quer ser ativa como interpeladora de consciências e vontades, questionando práticas e valores que limitam a democracia, estimulando a participação cidadã.

Sua qualidade é a força das reflexões, análises, propostas e dos argumentos.

